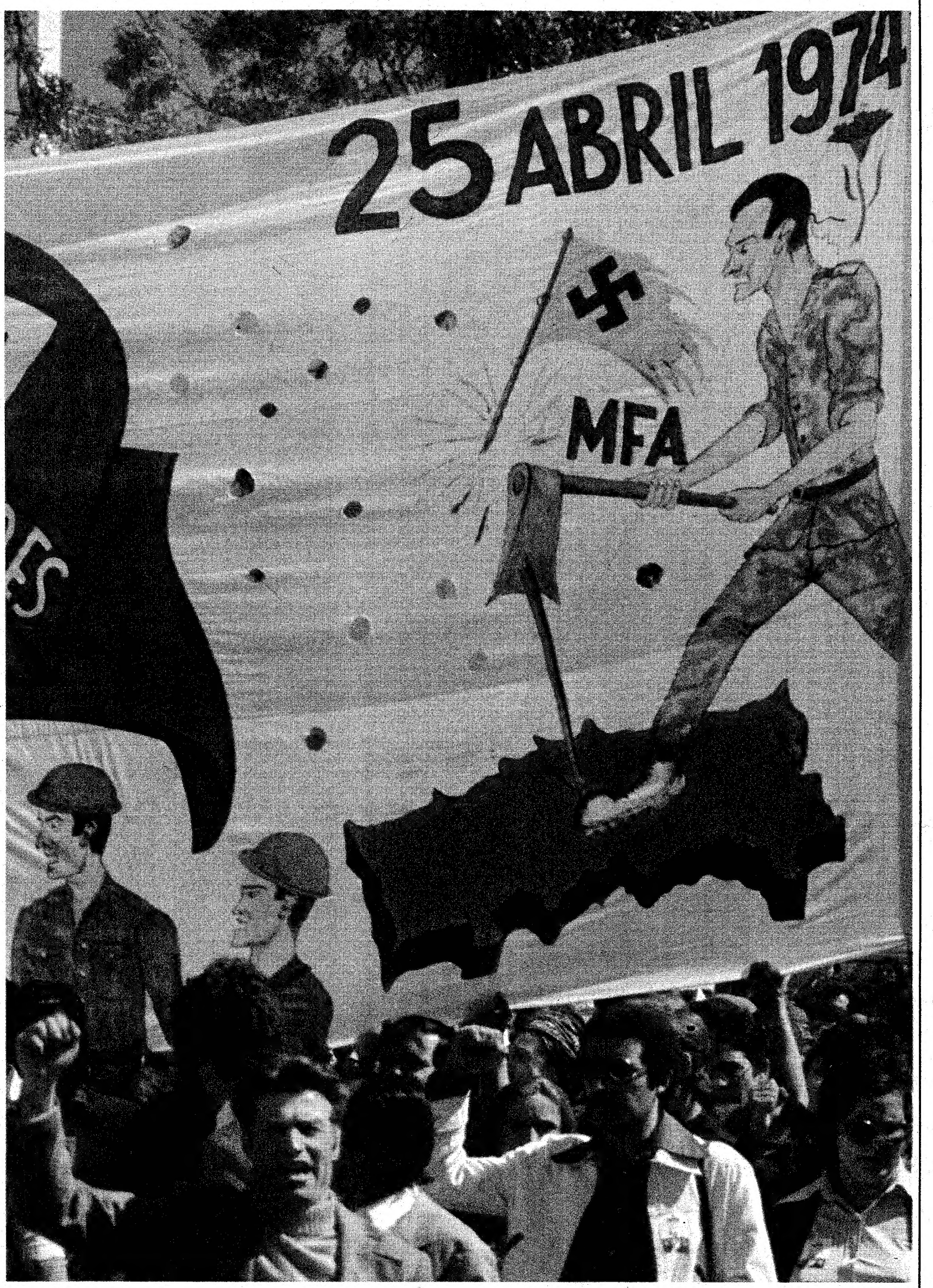
25 DE ABRIL: 14 ANOS

Diário de Lisboa

Preço 50$00

ANO 68 N.º 22 647 Segunda-feira, 25 de Abril de 1988



Política de A a Z

De Abril a Abril

Págs. 2 e 3

DE ABRIL A ABRIL

"Este é tempo de facto e de notícia,
Não ouves o rumor do acontecer?"
Manuel Alegre

①

O acto revolucionário de 25 de Abril de 1974 derrubou um velho regime autoritário de que Mussolini e Hitler tinham sido referências políticas e ideológicas; quebrou o isolamento internacional da Nação; restituiu aos portugueses a dignidade da cidadania. E, porque não é livre o povo que outros povos oprime, o termo das guerras coloniais e o reconhecimento do direito dos povos dos territórios submetidos à soberania portuguesa de fazerem, em liberdade, autonomamente, o seu próprio caminho criou condições objectivas de democratização. Obviamente, o processo de democratização implicava o termo da política colonialista e das guerras coloniais.

Não terá sido por acaso que, na sequência da resistência popular e das lutas antifascistas de variada índole, o acto revolucionário de 25 de Abril, concebido e realizado por militares, reflectia uma clara condenação da política de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano, seu sucessor e continuador. Porque, é preciso não esquecer, a sucessão, quaisquer que tenham sido as ilusões momentâneas que suscitou, foi, na realidade, a continuidade conjuntural possível do salazarismo. Foi mantido o monopartidarismo, apenas se deu novo nome ao "partido único". Foi mantida a "polícia política". Foi mantida a "censura à Imprensa". Prosseguiram as guerras coloniais.

Estas constituíram para os militares do Quadro Permanente e para os Milicianos uma experiência decisiva. Aprenderam que não havia solução militar para aquelas guerras e compreenderam os mais responsáveis que aquelas guerras eram injustas. As relações entre a acção militar que lhes era determinada e os interesses subjacentes às orientações da política militar, ano após ano, comissão de serviço após comissão de serviço, se tornaram mais evidentes. A prestação disciplinada do dever militar não era incompatível com a reflexão crítica. Sobre a guerra, sobre o regime — iam os militares reflectindo. Dessa reflexão nasceu o acto revolucinário de 25 de Abril de 1974. Decisão amadurecida que resultou da consciência de que era necessário mudar de política, e que, para mudar de política, era necessário mudar de regime.

②

ESCREVI um dia: "O curso histórico **republicano** foi retomado em 25 de Abril de 1974". Exprimia a convicção de que um mesmo desígnio aproxima as datas de 1820, 1910, 1974. Na perspectiva do tempo longo, via essas acções revolucionárias como pilares sobre os quais assentava o tabuleiro da mesma ponte. Como marcos que indicam, para a memória das gerações sucessivas, etapas históricas de uma jornada intérmina: a luta do povo português pela soberania nacional, pela Liberdade, pela Democracia, pelo Socialismo.

O 25 de Abril foi uma revolução antifascista e anticolonialista, que assumiu um carácter republicano, renovou a prática democrática, enraízou a esperança de uma efectiva justiça social.

Republicano — dizia —, não me fixando na consideração do simples aspecto formal da definição constitucional do regime, mas tendo em apreço o propósito de imprimir autenticidade à participação dos cidadãos na gestão da **res publica.**

Recordo-me de que, precisamente há oito anos, numa edição especial do "República" citava uma pergunta de José Félix Henriques Nogueira: "Quando será que cada indivíduo terá não só o **direito** mas o **poder** de usar das faculdades que a natureza lhe concedeu, com o máximo de proveito de si mesmo e da sociedade?" Fiel a uma interpretação, à minha interpretação, do 25 de Abril, considerava que esta constituia uma resposta válida à questão do nosso primeiro doutrinário republicano. Perdoai, leitores, que me cite: "A vida política não se confina à **delegação democrática**, abrange incentiva e valoriza, a **participação democrática;** a cidadania não se limita a **um direito,** é, na letra da Constituição, **um poder. A participação democrática,** um direito, desdobra-se em dois poderes: o de **intervenção** e o de **gestão.**"

Em teoria — numa visão teórica da **actualização** da República — e crendo, e querendo, que o 25 de Abril, além do derrubamento do regime fascista, iniciasse, em Portugal, a **República moderna,** definimos esta como um regime político de participação cívica, de autogestão social, de diálogo e de pluralismo ideológico, que não se limitava à **delegação democrática** da representação que não se esgotava na mediação e na actuação dos partidos políticos.

Os militares de Abril não quiseram, ou não souberam, exercer o poder, dirigir a destruição do regime obsoleto, institucionalizar o regime novo. Os cidadãos do País de Abril tiveram nas mãos o destino da Pátria libertada. Mas, inocentes quanto aos ardis da História, deixaram-se enredar nas malhas das contradições do novo curso. As **revoluções** engendram não só os radicalismos utópicos, e os vanguardismos voluntaristas como contra-revoluções. As revoluções devoram os revolucionários. As revoluções que se não cumprem, que, pela via revolucionária, não vão ao seu termo natural, degeneram, e, de cedência em transigência, de recuo em recuo, geram a situação que lhes é contrária: a contra-revolução. Esta pode ser violenta ou pacífica, brutal ou legal, mas é sempre restauração da ordem. De uma certa ordem.

③

DEPOIS do 25 de Novembro, a recuperação de posições, as transigências, as cedências, os regressos, deram larga margem, na prática e na doutrinação, à **política restauracionista.** Em Abril de 1977, o então major Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução, presidente da Comissão Constitucional, reconhecia que se revelava uma "certa tendência de recuperação da força política económica dominante no regime anterior". Reconhecia que existiam ameaças à Constituição que decorriam da "tendência verificada nos últimos tempos para a recuperação da força política e económica de certos grupos da burguesia nacional que no 25 de Abril e nos meses seguintes tinham sido liquidados". E Melo Antunes acrescentava: "... por diversos motivos que não importa agora analisar em profundidade, a verdade é que aquela burguesia nacional que estava ligada ao poder político e económico e ligada à exploração colonial e que tinha sido liquidada politicamente encontrou nos últimos tempos condições que favorecem as suas tentativas de recuperar parte do poder perdido, nomeadamente no campo económico." Outra camada "imediatamente a seguir na cadeia do capitalismo nacional", segundo Melo Antunes, continuava interessada na existência dos "monopólios" e tentava "por diversos modos recuperar o poder perdido, constituíndo também uma ameaça directa à instauração e ao aprofundamento da democracia e ao cumprimento da Constituição".

Mas, com grande lucidez, consciente destas ameaças "restauracionistas", o membro do Conselho da Revolução tranquilizava com a afirmação: "As forças democráticas e progressistas em Portugal têm muita força, têm ainda muita capacidade, para impedir que as forças da reacção consigam uma inversão da situação."

A evolução política, as constantes cedências, os sucessivos recuos, a revisão constitucional de 1982, os avanços da direita, as divisões da esquerda, foram factores favoráveis para "uma inversão da situação". Em 1980, António Lopes Cardoso constatava: "Escassos meses bastaram para quebrar a máscara europeia, civilizada e liberal com que aqueles que são hoje governo e maioria parlamentar se 'travestiram' após o 25 de Abril de 1974."

E, nesse Abril de 1980, Mário Soares alertou, num artigo de jornal, para o "projecto restauracionista" **(sic)** que voltava a perfilar-se no "horizonte nacional" e que "visa a reconstituição dos grandes grupos económicos do passado e o reforço da componente autoritária num regime que seria apenas de **fachada democrática**, servido por uma Comunicação Social amestrada e ultra-subserviente ao poder económico" ("República", 25 de Abril de 1980).

O cidadão Mário Soares é **hoje Presidente** da **República**. Foi eleito pelo "povo de esquerda". Ele não poderá resignar-se a que a **Democracia de Abril** seja apenas **uma fachada.** Nem estará esquecido de que em Abril de 1980, com grande **intuição política**, afirmava: "... e o neomarcelismo sem colónias que se prepara".

A inversão do "curso histórico" foi possível. A quem culpar? Militares e civis devem repartir culpas e responsabilidades. O futuro esteve nas nossas mãos. Sucedeu a "recuperação restauracionista".

Seremos incapazes de realizar a "recuperação democrática"?

O poeta disse: "Talvez um mensageiro chegue ao amanhecer". Deste ou de outro dia 25 de Abril. Qualquer Abril pode anunciar a manhã de Abril.

④

ERA Vasco Lourenço general governador militar de Lisboa, em 25 de Abril de 1977, e declarou para a revista "Baluarte", órgão da Região Militar de Lisboa: "25 de Abril. Ao evocar esta data, quantas sensações diferentes sente de imediato um capitão de Abril. Recordações de um passado longínquo e de um passado recente: alegrias e tristezas do presente e esperanças no futuro, numa mescla de sentimentos que nos levam a afirmar, bem alto: **Valeu a pena, tem que continuar a valer a pena...**"

A um juízo de valor — "Valeu a pena" —, segue-se a afirmação timbrada de voluntarismo: "Tem que continuar a valer a pena..." Uns anos depois, em Abril de 1980, Vasco Lourenço admite que: "o Movimento das Forças Armadas e o 25 de Abril não continham, em si, qualquer grande projecto político". Pergunta-se, portanto, se o que, em 1977, "continuava a valer a pena" era o simples derrube do regime fascista e se os militares de Abril, em sua consciência e determinação, não davam ao novo curso, com o acto revolucionário iniciado, um objecto político, económico, social, cultural. Por outras palavras, a frase de Vasco Lourenço coloca-nos um problema: Não terão compreendido os capitães de Abril que a adesão popular na manhã de 25 de Abril, potenciara o acto de rebeldia e abrira o caminho a uma revolução? Ou — sejamos lúcidos na reflexão crítica até à crueldade — terão eles tido medo da revolução?

Dizia Vasco Lourenço em 1977: "De imediato recordamos o caudal de esperanças que repentinamente brotou do coração do povo português. Porém, reflectindo, sabemos que o 25 de Abril, sendo um acto concreto do povo português contra a ditadura, ele é apenas um primeiro degrau de uma longa caminhada."

Foi essa longa caminhada que o "restauracionismo" (dos interesses económicos) e o "neomarcelismo" (dos carreiristas políticos) logrou interromper. A marcha sofreu paragens e retrocessos. A longa caminhada de que Abril era um ponto de partida foi interrompida. Verificou-se a inversão da marcha, a reversibilidade da situação. O caso de Vasco Lourenço, capitão de Abril, general da Revolução por breves dias, é paradigmático. No desmontar da feira das ilusões revolucionárias, que não cumpriram o sonho revolucionário, Vasco Lourenço é hoje tenente-coronel na situação de reserva. Como ele, na reserva, outros capitães de Abril; marginalizados, preteridos, sancionados. E não falemos de Otelo, e não esqueçamos Otelo, ele é o símbolo dramático de um equívoco revolucionário. Eles não tinham, disse Vasco Lourenço, um "qualquer grande projecto político", não souberam converter o projecto negativo «antifascismo/ antiguerras coloniais) numa unidade positiva. Dividiram-se, dispersaram-se. Percorrendo caminhos diferentes e até antagónicos se frustraram.

⑤

O poeta advertiu no seu canto: "Os bárbaros estão dentro da cidade/ Talvez até dentro de ti/ Não ouves o rumor?..."

Ouvimos o rumor, escutamos o discurso restauracionista, sentimos a ameaça do regresso, vivemos a ameaça do "neomarcelismo". Mas o Povo — o Povo de Abril, dos cravos rubros e da verde esperança — não quererá regressar ao "antigamente", a esse tal "neomarcelismo sem colónias" que Mário Soares, em 1980, claramente previa e firmemente denunciava.

Citamos o actual Presidente da República para desmobilizar, para transferir responsabilidades e a iniciativa, para criar a reverencial expectativa das "intervenções" presidenciais? De modo algum. As razões e as armas (da razão) estão nas mãos do Povo. No Dia da Liberdade, uma mensagem tem verdade e esperança: Só o Povo libertará o Povo. Só o Povo continuará Abril.

PEZARAT CORREIA:

"Este Portugal é realmente um bocado estranho..."

Eugénio Alves

Do sentimento de resistência e de luta que já anima as comemorações do 25 de Abril, dos perigos da excessiva profissionalização da Forças Armadas, da durabilidade do «cavaquismo», da incapacidade do Poder em cooperar correctamente com os países africanos de expressão portuguesa e da «preocupante» continuação de Otelo, símbolo inesquecível da nossa libertação, numa cela prisional... De tudo isto nos falou o brigadeiro Pezarat Correia, militar de Abril.

DL — Há quem diga que as comemorações do 25 de Abril já têm algum sabor das antigas comemorações do 5 de Outubro...

PC — Eu diria que se corre esse risco, mas creio que só quem não sente o 25 de Abril vivo é que pode dizer isso, digamos com uma intenção de denegrir a data e as comemorações. É claro que as pessoas que não se sentem animadas para participar nas comemorações do 25 de Abril procuram sempre encontrar formas de desmerecer e de rebaixar e alguns até, às vezes, de ridicularizar esta participação popular nas festas do 25 de Abril. Portanto, eu diria que não, mas creio que as pessoas que afirmam isso, e se estiverem eventualmente a dizer isso porque se colocam do lado das posições de pessoas que não participam no 25 de Abril ou o contestam, estão a jogar contra si próprias. Por que é que as comemorações do 5 de Outubro assumiram as características que assumiram durante o fascismo? Porque não havia liberdade, porque não havia direitos, porque não havia capacidade de institucionalmente participar nas comemorações e, portanto, as comemorações do 5 de Outubro assumiam como que um sentimento de resistência, um sentimento de luta, um sentimento de afirmação contra o estado de coisas de então.

DL — E um certo sentimento de resistência e de luta não é já visível nas comemorações do 25 de Abril?

PC — É evidente que já é um bocado visível e eu penso que há fortes razões para que esse sentimento de luta se tenha instalado no povo português. Repare que os próprios militares do 25 de Abril são perseguidos e marginalizados hoje, num sistema que é emergente do próprio 25 de Abril. Isto é, parece aberrante à primeira vista até porque ninguém tem coragem para negar a existência das liberdades, o direito de associação, o direito à greve, o direito de existirem partidos políticos. Mas verifica-se que, na prática, quando os trabalhadores exercem greves, se utilizam todos os artifícios, alguns deles os mais maquiavélicos, para que os trabalhadores sejam impedidos de exercer esse direito.

Quando se aceita a divisão dos poderes, mas se utiliza a Assembleia da República como uma câmara de ressonância do governo, exclusivamente manipulada pelo dirigente partidário que tem a maioria e que também é chefe do governo.

Quando se procura esvaziar de conteúdo a existência de órgãos fundamentais para controlo da vida democrática, como é o Tribunal Constitucional, como são o Conselho de Imprensa, da Rádio, da Comunicação Social, ou o provedor de Justiça. Ora, quando se procura esvaziar de conteúdo e de interesse real todos estes órgãos componentes para fiscalizar de facto o exercício da democracia, está-se, de facto, a manifestar um interesse muito limitado por uma democracia de conteúdo real e a desejar apenas uma democracia de conteúdo formal em que as pessoas vão, de quatro em quatro anos, votar.

«Na reserva, mas atento»

DL — Não acha que a passagem à reserva de alguns dos mais destacados militares do 25 de Abril diminuirá a capacidade de intervenção no seio da instituição militar?

PC — Creio que essa preocupação é perfeitamente legítima e, por isso, eu próprio quando passei à reserva não deixei de meditar profundamente nesses problemas. O que acontece é que, ao fim destes anos, temos alguma capacidade de concluir que não é pela presença, nas FA, de algumas pessoas, não digo de todas, que se consegue inverter o rumo dos acontecimentos. Continuo a pensar que é extremamente importante que o maior número possível de militares do 25 de Abril continuem presentes dentro das FA como garantia de que as FA continuarão fiéis ao regime pelo qual nos batemos para ser implantado em Portugal. Isso não passa, todavia, necessariamente, por algumas figuras que estão mais marcadas. Repare no meu caso pessoal que era oficial general. A minha presença, hoje, nas FA era uma presença, digamos em termos futebolísticos, estive marcado «homem a homem». Não me deixaram ser promovido a general, não me davam funções de maior responsabilidade dentro da hierarquia, pro-

Continua na pág. 4

PORTE PAGO

DL

Fundador Joaquim Manso

Propriedade, Composição e Impressão: RENASCENÇA GRÁFICA, SA
Administração, Redacção, Publicidade e Serviços Técnicos: RUA LUZ SORIANO, 44 — 1200 LISBOA
TELEFONES: 32 11 54/ 5 — 32 02 71/ 2/ 3 — Publicidade: 36 87 40
Serviço da noite (depois das 21): Porteiro 32 11 54 Redacção: 32 02 71/ 2/ 3
Endereço Telegráfico: DIBOA — Telex 12 363 LISBOA PORTUGAL
Distribuição: INTERPRESS, Rua do Norte, 115-1.º — 1200 LISBOA
TELEFONES 32 21 00 — 32 22 04 — 32 07 84
Preço do «DL» nos Açores e Madeira: 65$00
DEPÓSITO LEGAL: 1426/82

Director A. Ruella Ramos
Director adjunto Fernando Piteira Santos

PEZARAT CORREIA

Continuação da pág. 3

curavam manter-me controlado e o facto de estar ao serviço era uma maneira de continuar calado, venerador e obrigado... Evidentemente se me tivesse limitado a exercer outras profissões, me tivesse acomodado, me tivesse esquecido das minhas responsabilidades, eu teria cometido um erro, só que passei à reserva, mas mantive-me atento.

São perigosas as armas em poucas mãos

DL — Isso explica o seu livro recentemente editado «Centuriões e Pretorianos»?

PC — Mantive-me participante, mantenho-me atento, continuo a estudar os problemas, intervenho com as possibilidades que esta minha situação me confere. Tenho participado em colóquios, escrito artigos em jornais, participado em debates, tenho também aprofundado os meus estudos. Bom, este livro vem agora na sequência deste trabalho que tenho feito. Penso que é um trabalho honesto, não quero com este livro, evidentemente, procurar induzir as pessoas em erro. Não é uma grande obra, não é uma obra ambiciosa, é um livro modesto que é resultado de um trabalho de reflexão. Não quero aqui confrontar-me com ninguém, mas penso que é um trabalho que pode ser útil.

DL — No seu livro é muito crítico em relação à eventual profissionalização das FA...

PC – Desculpe, eventual não... Ele é muito crítico porque eu penso que neste momento está de facto, nas FA, a seguir-se um rumo no sentido da profissionalização o que, além de tudo o mais, contraria o modelo constitucional. Mas, o que no livro começo por procurar demonstrar, é que o modelo constitucional não resulta do capricho do legislador, não é um modelo que aparece por acaso, tem razões de ser, tem razões que eu situo, na tradição histórica das FA portuguesas, mas também fundamentalmente porque é um modelo, e é isso que eu procuro demonstrar no livro, que melhor corresponde às necessidades de uma sociedade democrática, como é a nossa. É o modelo que melhor permite contrariar as emergências daquilo que eu chamo o militarismo. O militarismo é um aspecto extremamente negativo e aberrante com dois componentes, que é a intervenção dos militares na vida política e um outro o comportamento dos militares. São duas facetas do militarismo, igualmente negativas. O serviço militar obrigatório é aquele que melhor contraria estas tendências militaristas e, por outro, é o que melhor corresponde às exigências da sociedade portuguesa de hoje às suas FA.

DL – A utilização de meios militares muito mais sofisticados não justificará essa profissionalização?

PC – Não obriga necessariamente, mas isso acaba por ser um pouco como a cenoura que se acena, e atrás da qual se leva o Exército, e que depois nunca chega a ser atribuída porque nunca vamos ter capacidade de atingir essa grande evolução tecnológica. E nem sequer penso que seja o problema mais importante. O problema que se põe é que é um pouco apetecível para as FA procurarem pôr-se ao nível dos grandes exércitos modernos para a sua inserção na NATO e agora também na UEO. Gostaria, entretanto, que os portugueses equacionassem, com muita coragem, se realmente é isso que interessa à sociedade portuguesa de hoje, ou se temos é que estar preparados, independentemente do inimigo ou eventuais agressores, para defender a integridade pátria, a sua independência e a sua identidade como povo. Isto não é identificável com um problema conjuntural de que vamos já ser invadidos ou não. Não é esse o problema. Eu também quando guardo a minha casa tranco a porta, não estou a pensar que o meu vizinho me vai invadir ou roubar a casa. É um sentimento natural, de minha propriedade. Ora o povo português é o proprietário da sua Nação, do seu património cultural, e, portanto, a defesa deste património cultural, se tem de se fazer de muitas maneiras, tem, fundamentalmente, de passar por uma coisa: é que todo o povo português sinta que tem qualquer coisa que vale a pena defender. As armas que são o elemento de coacção decisivo não se podem entregar apenas a meia dúzia de pessoas, que depois a gente não sabe em que sentido é que as usarão.

Uma certa paranóia...

DL – Como vê o papel e o futuro da Associação 25 de Abril?

PC – Creio que a Associação 25 de Abril conquistou um lugar na sociedade portuguesa. É conhecida e, na altura das comemorações do 25 de Abril de toda a parte do País e, mesmo do estrangeiro, chovem convites, solicitações para a Associação participar nas comemorações. A Associação 25 de Abril é realmente um referencial para o povo português do 25 de Abril. Devia ser o Poder. Não o é, infelizmente. É a Associação. E como referencial que é, mesmo que as pessoas não digam, no seu íntimo está ali também o referencial das conquistas da liberdade, da conquista da Democracia em Portugal. Infelizmente, de uma forma que penso que é até um bocado paranóica, há uma hostilidade e agressividade inexplicáveis da parte de alguns órgãos de Poder e das instituições militares, em relação à Associação 25 de Abril. É inveja? É inveja da hierarquia militar de que o referencial da democracia das Forças Armadas esteja situado na Associação 25 de Abril e não neles? É medo? Mas medo de quê? De que os homens que se bateram para que a democracia fosse possível – ao fim e ao cabo, na sequência da luta do povo português contra a ditadura – possam vir a lutar contra as instituições democráticas?

É por isso que eu digo que isto entrou um bocado na paranóia. Eu penso que, deve ser completamente absurdo e aberrante para a maioria dos estrangeiros que analisam a vida em Portugal quando se diz: Portugal tem uma democracia que é decorrente do 25 de Abril, tem uma Associação 25 de Abril que é composta pelos militares que participaram nesse acontecimento e aquela Associação não só não é acarinhada pelo poder, – que usufrui, ao fim e ao cabo, das vantagens da legitimidade democrática – como é, pelo contrário, hostilizada pelo poder. Isto entra no absurdo! Mas enfim, este Portugal é um país realmente um bocado estranho.

DL – Em relação ao comício-desfile não serão excessivas tantas intervenções políticas?

PC – Acho que sim. É um mal que se vem arrastando de ano para ano e penso que é negativo e desmobilizador. O ano passado coube-me a mim fazer a intervenção da Associação no Rossio e logo manifestei o meu desagrado porque penso que ao fim de dez pessoas — e eu era a última pessoa a falar – poucos ouviriam o que eu ía dizer. É um facto a corrigir. Este ano são onze! Creio que esta preocupação de dar voz a todas as forças políticas que participam na preparação e na manifestação, é legítima, mas tem que ser ultrapassada. Se calhar, melhor seria não intervir nenhum representante de forças políticas e encontrar-se formas de intervenção de três ou quatro figuras no máximo, representativas do conjunto das forças políticas.

DL – O «cavaquismo» está para durar?

PC – O que é o «cavaquismo»? É esta forma da intervenção do poder em confronto permanente com os outros órgãos de soberania, com os sindicatos? Ou o «cavaquismo» é o Governo chefiado por Cavaco Silva e pela maioria PSD? Bom, se for esta a expressão do «cavaquismo» como poder executivo exercido pelo Cavaco Silva e pelo PSD, estou convencido que vão durar uma legislatura. E oxalá que seja só uma... Assim a oposição saiba encontrar formas de resposta para que seja só uma. Se o «cavaquismo» é a confrontação permanente, este exercício do poder sempre à beira do abismo sempre na provocação às outras forças políticas, na provocação aos outros órgãos de soberania, na contestação das manifestações democráticas inorgânicas? Creio que não, que assim não vai durar. Se seguem por essa linha talvez nenhum dos «cavaquismos» dure quatro anos.

A importância de África

DL – A descolonização foi um dos mais importantes resultados do 25 de Abril. Todavia, e apesar disso, o poder em Portugal não tem sabido encontrar as melhores vias para uma cooperação mutuamente vantajosa com os países africanos de expressão portuguesa. Pelo contrário, há países que, apesar de partirem de situações menos favoráveis, sabem desenvolver essa cooperação, incluindo a cooperação militar...

PC — Tenho acompanhado isso em pormenor e estou de acordo com as suas observações. Penso que foi um erro que Portugal cometeu e que tem alguns antecedentes. Começou logo, por exemplo em relação a Angola com as hesitações no reconhecimento da independência daquele país, fomos, logo aí, ultrapassados. Em relação a outros países em que esse problema não se pôs, como Moçambique ou a Guiné, o que acontece é que Portugal tem sido de uma grande timidez em se aventurar nessa cooperação. Talvez Portugal estivesse à espera, dadas as suas relações naturais e umbilicais com esses países, que a cooperação aparecesse naturalmente sem ser necessária uma certa agressividade. Ora, uma coisas é ligação sentimental e emocional que pode haver, outra coisa é a cooperação que tem muito de concreto de material, de coisas palpáveis. E houve outros países que tiveram que contar apenas com eles próprios e não com esse activo dos aspectos sentimentais. De maneira que Portugal deixou-se ultrapassar.

É certo que Portugal tem, aparentemente, menos capacidades materiais para poder exercer uma cooperação efectiva, porque a cooperação com os países africanos passa hoje muito por uma certa disponibilidade financeira para créditos a prazo. Só que mesmo face às capacidades que Portugal tem perante outros países mais ricos, a percentagem da disponibilidade que Portugal tem atribuido à sua cooperação e muito mais em áreas que não são muito dispendiosas, Portugal tem-se deixado ultrapassar, como é o caso da cooperação cultural, que é uma evidência por exemplo em relação à Guiné-Bissau que está a ser objecto de uma grande agressividade cultural por parte de França.

Em relação a Angola e Moçambique, há empresas portuguesas, mesmo no sector privado, interessadas em cooperar, e no sentido correcto da cooperação, não estão apenas interessados em transferir bens para receber dinheiro, mas estão interessados em cooperar no sentido de criarem estruturas próprias, em acompanhar a criação do «know-how», na formação de mão-de-obra de qualificação intermédia, e não há em Portugal apoio efectivo em termos de que essas empresas se consigam instalar, consigam desbloquear situações e consigam fazer face a outras empresas semelhantes de outros países que acabam por ocupar esses espaços. É certo que da parte dos países africanos também há algumas dificuldades, em termos deficientes de definições no plano dos investimentos estrangeiros. Mas acho que estão neste momento a fazer um grande esforço para o conseguir ultrapassar no sentido de criar realmente condições de confiança para que os investidores portugueses possam entrar nessa área da cooperação.

DL — Que pensa do actual Governo neste campo?

PC — Penso que das poucas áreas em que vejo este Governo fazer algum trabalho útil, é na parte da política externa dirigida aos países africanos de lingua oficial portuguesa. Eu gostaria era de ver as coisas avançar, e oxalá, que seja realmente uma filosofia correcta e que tenha desenvolvimento no futuro, porque creio que não podemos perder mais tempo, e, realmente, pelo que sei, e tenho bastante ligação com eles, com os países africanos de lingua oficial portuguesa, eles estão interessados na cooperação portuguesa. Agora a cooperação portuguesa não pode é querer impor modelos a esses países.

DL — As facilidades que grupos como a Renamo e a UNITA continuam a ter em Portugal não criarão deficuldades?

PC — Claro que criam dificuldades, mas mais dificil é outro aspecto muito mais importante. Toda a cooperação e, é ver a cooperação dos países da CEE, tem estudos imensos nesse sentido que dizem que é impossível desligar dois aspectos fundamentais: a cooperação com os países da África Austral e as sanções económicas da África do Sul. Estas duas coisas não são desligáveis e, é um bocado absurdo estar a dar a cooperação económica e a criar estruturas para o funcionamento das actividades económicas nos países da África Austral e no fim a África do Sul (com o apoio de alguns países ocidentais) fazer sistemáticas incursões militares para ir destruir o resultado dessa cooperação. Isto é absurdo. Portanto as duas coisas não se podem desligar e há que assumir frontalmente a necessidade de combater por todos os meios possíveis, incluíndo pelas sanções económicas, a existência do «apartheid» que é realmente o grande óbice do desenvolvimento dos países da África Austral.

Otelo e a figura dos «arrependidos»...

DL — Otelo continua preso...

PC — Considero preocupante o problema em relação a Otelo Saraiva de Carvalho. Já excedeu o tempo de prisão preventiva como, inclusivamente, alguns aspectos importantes da condução do processo são muito intringantes, nomeadamente o facto de a prova principal ter sido produzida através de declarações de «arrependidos», que constitui uma forma aberrante de testemunho. Não concebo como se pode conferir credibilidade a testemunhos de «arrependidos», indivíduos que vão colher benefícios pessoais e materiais dos seus testemunhos, negando os pressupostos de isenção que em tribunal são exigidos às declarações das testemunhas.

Quando eu ou qualquer cidadão presta testemunho em tribunal é obrigado a declarar por sua honra que não o move qualquer intenção de beneficiar ou prejudicar quem quer que seja. Ora, os «arrependendidos» são movidos pela intenção ineludível de se beneficiarem a si próprios ainda que com o prejuízo dos réus. Aliás a figura dos «arrependidos» está hoje a fazer carreira na sociedade portuguesa são os «arrependidos» nos tribunais, são os «arrependidos» militares do 25 de Abril que têm a sua carreira assegurada, são os «arrependidos» da extrema esquerda que têm carreiras políticas garantidas, em resumo é um sintoma muito preocupante a valorização curricular que confere a condição de «arrependido».

IMPÉRIO

companhia de seguros

uma presença internacional

HIPER

SEDE
Rua Garrett, 62 • 1200 LISBOA
Telefones 36 29 21 - 32 82 81 • Telex 12385 - 16644 SAGIMP P • Fac simile 32 36 12

DEPENDÊNCIAS NO ESTRANGEIRO
ESPANHA — Zurbano, 25 • MADRID 4 • Telefone 410 21 00 • Telex 48608 IMSE
Colon, 37 • VIGO • Telefone 86 22 36 71
FRANÇA — 25, Rue d'Astorg • 75008 PARIS • Telefone 42 68 18 11 • Telex 640976 IMP FRA
GRÉCIA — 125, Mixalakopoulou - Ambelokipi • ATENAS
Telefone .775 50 31/6 • Telex 221382 IMP GR

REPRESENTAÇÃO EM LONDRES
Plantation House, 23 - Rood Lane • LONDON EC 3M 8AP — England
Telefone 626 74 77 • Telex 884023 IMPRE

AO SEU SERVIÇO
IMPÉRIO
a sua seguradora

É preciso facilitar o trabalho da História

MDP CDE

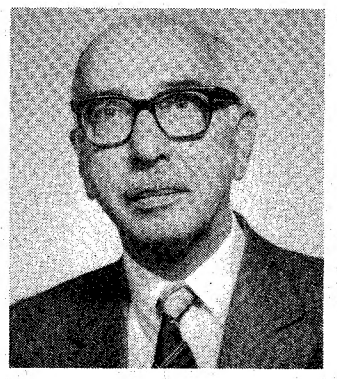
O 25 de Abril de 1974 foi o epílogo da luta do nosso Povo contra o obscurantismo institucionalizado e a institucionalização dos privilégios e, também o arranque para a construção de uma Sociedade Nova, centrada na dignidade do Homem português.

Longa e tenaz foi a luta contra o obscurantismo e os privilégios — tão longa e tenaz como a própria ditadura.

Não menos difícil é o caminho, que agora percorremos, para a construção dessa Sociedade Nova, fundada nos valores da liberdade e da justiça (compreendidas em todas as suas vertentes) — esteios únicos da dignidade e, eles somente, garantes do progresso.

O 25 de Abril de 1988 é um alerta e um desafio.

Pela mão do 1.º Ministro Ca-



vaco Silva acentua-se e ganha novas formas a tentativa local de revivescência de um liberalismo económico serôdio, suportado pela intolerância e pelo autoritarismo político, no quadro de uma regressão cultural alienante e esvaziadora dos mecanismos democráticos.

É preciso reconhecer que todos nós, Esquerda portuguesa, facilitámos este percurso: a incapacidade de oferecer ao eleitorado português, em Julho passado, uma proposta política clara e uma alternativa de governo credível, não foi disso o primeiro sinal, mas foi um sinal relevante.

Seria ilusório e perigoso considerar tal incapacidade meramente conjuntural ou meramente local.

Uma intraquilidade salutar percorre o Mundo, propiciando soluções novas para novas situações e novos problemas, colocados por uma sociedade em rápida mutação.

Ninguém pode assumir isoladamente a tarefa de compreender as transformações sociais da transição do século, em toda a sua complexidade em rápida mutação.

Ninguém pode assumir isoladamente a tarefa de compreender as transformações sociais da transição do século, em toda a sua complexidade, nem nenhuma corrente política poderá assumir a liderança teórica e prática da construção da resposta necessária.

É preciso facilitar o trabalho da História.

O desafio que nos põe o 25 de Abril de 1988 é o regresso aos ideais de tolerância que inspiraram a Revolução, transportados para o diálogo não hegemonizado entre todas as forças e correntes da Esquerda Portuguesa: a resposta necessária sairá daí.

Não podemos adiá-la.

Mário Casquilho
Direcção Nacional do MDP

"Liberdade é uma condição de existência do CDS"

CDS

1. Para o CDS o 25 de Abril foi, é e será sempre celebrado como um momento de reencontro do povo português com valores permanentes da cultura europeia que ajudámos a criar e a espalhar pelo Mundo.

A liberdade então conquistada é uma condição da exitência do CDS, enquanto partido democrata cristão, e da intervenção política de todos os que, ao longo dos anos, contribuíram para a construção do partido.

Hoje, como ontem, o CDS continua a nortear-se pela defesa das liberdades e pelo respeito da pessoa humana.

2. Como qualquer instituição, o CDS tem uma memória.

E por isso não esquece o chamado período gonçalvista.

Foram tempos muito difíceis, em que houve que lutar pela sobrevivência do partido, ameaçada pelas tentações totalitárias que grassavam na sociedade portuguesa.

O combate desigual que então travámos foi um combate pelas liberdades e pela democracia.

Não esqueceremos essa época dolorosa mas nunca confundiremos o espírito do 25 de Abril com as preversões que se lhe seguiram.

E por isso continuamos a combater pela liberdade e pela devolução ao povo português de todos os poderes que alguns, abusivamente, exerceram em seu nome, sem que para tal estivessem mandatados. Se alguém, no Portugal de 88, tem medo da liberdade, não será o CDS!

Luís Beiroco
Secretário-geral do CDS

Memória viva do 25 de Abril

Há 14 anos, o 25 de Abril — quase uma geração no rolar implacável dos tempos.

Para todos os que recolheram o legado de Abril é hora de fazer o ponto, de reflectir sobre o caminho percorrido, de passar ao crivo todo um saber colectivo de experiências feito, de destrinçar com objectividade e atacar com decisão as questões centrais e actuais da democracia portuguesa.

É verdade que a pátina dos anos envolve já os acontecimentos de 74 e ameaça oxidar as pétalas dos cravos.

É verdade que águas tumultuosas correram sob as pontes, erosionaram mesmo as arestas vivas da memória, depositaram na fundura do rio os sedimentos de uma gesta heróica que mudou os destinos do nosso Povo.

E é verdade que nos dias de hoje só os que se deixaram tisnar nas chamas da revolução e ajudaram a conquistar para o seu Povo a Liberdade e a Cidadania ou só os que já deixaram para trás os verdes anos e atingiram a maioridade e a maturidade política guardam intacta a memória viva dos dias de Abril, desses inesquecíveis dias da nossa História pátria.

Os jovens capitães tinham mudado de ombro as armas e as viraram contra os opressores. Opressores do seu povo e opressores doutros povos. Audaciosos, os jovens capitães deram o decisivo abanão e o fruto maduro caiu da árvore.

Uma árvore frondosa que outras gerações tinham plantado e adubado. No húmus, o sangue, a dor, mas sobretudo a imorredoira esperança que a fizeram germinar. No tronco os lanhos das torturas, mas em cada rugosidade as estrofes do poeta, a canção da inabalável confiança nos dias vindouros, na vitória final.

Sim, muita água passou debaixo das pontes. Aos jovens capitães tiraram-lhes galões, compulsionaram-nos à reserva, deram-lhes um estatuto de cidadãos de segunda.

Mas não os esqueceu o seu Povo. E hoje, 14 anos depois, sob um governo revanchista que quer inverter a marcha da nossa História e cobrir de opróbrio o gesto libertador dos jovens capitães, o Povo vai reafirmar nas ruas e praças de Portugal que o regime democrático é imperecível, que Abril não morrerá e que a luta firme, determinada e unida continua!

Dias Lourenço
Membro Comissão Política
do C.C. do PCP

Repúdio dos que se consideram proprietários do 25 de Abril

PARTIDO SOCIALISTA

Na comemoração de mais um aniversário do 25 de Abril, o grupo parlamentar do Partido Socialista convida os seus pares e, por seu intermédio, a opinião pública à evocação da data da liberdade.

Independentemente de todos os acontecimentos ocorridos desde então (e de muito variados matizes políticos ou doutrinários), o 25 de Abril de 1974 é e será data da génese da democracia portuguesa e do nascimento do Estado moderno e europeu. Como tal, mais uma vez os deputados socialistas convidam os portugueses a considerar o 25 de Abril como seu património nacional e colectivo, para além das suas diferenças e divergências.

O Partido Socialista repudia os que se consideram proprietários do 25 de Abril.

O Partido Socialista condena as forças políticas que, não comemorando nem evocando o 25 de Abril, apenas pretendem usufruir a liberdade em proveito próprio e não dedicam qualquer esforço à pedagogia da liberdade.

O Partido Socialista proclama o 25 de Abril festa nacional da liberdade. O Partido Socialista exprime a sua confiança nas virtudes pedagógicas da própria democracia, esperando que, cada vez mais, os que apenas toleram a liberdade, venham também a cultivá-la; e que, os que apenas dizem defendê-la, venham a praticá-la sem reservas mentais ou políticas.

Assim será possível termos, em Portugal, uma autêntica cultura de liberdade. Assim, a liberdade poderá ser, em Portugal, não uma querela, mas tradição e património do povo inteiro.

Partido Socialista

Documento aprovado nas jornadas parlamentares

Intervenção Democrática

É falar em liberdade, em democracia e cultura

Falar do 25 de Abril é falar em liberdade, em democracia, em cultura. Falar do 25 de Abril é recordar a luta que durante dezenas de anos o Povo português sustentou contra o regime opressor e obscurantista.

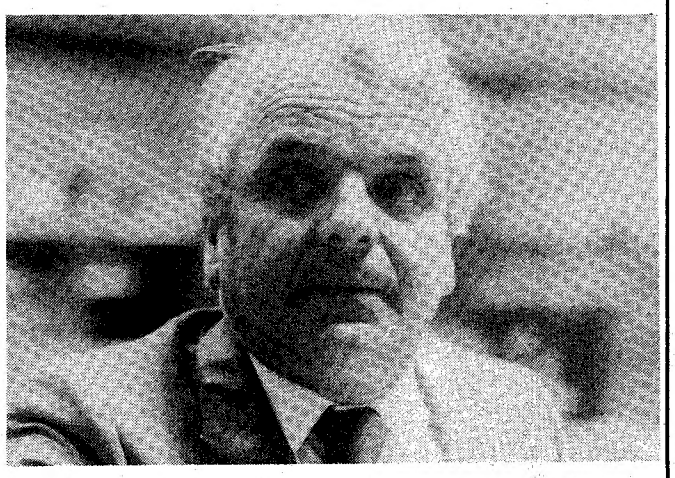
Esta é uma data festiva que devemos comemorar como o marco histórico que pôs termo ao período mais violento e repressor que se abateu sobre o nosso país.

Ao expressarmos a nossa alegria, o nosso regozijo, pela passagem de mais um ano sobre a madrugada libertadora em que o fascismo foi derrotado, não podemos, contudo, deixar de reflectir profundamente sobre os perigos que se deparam à democracia portuguesa e que obrigam a uma atenção redobrada e a uma ampla convergência de democratas que defendam os direitos e as liberdades implantados no País pelos Capitães de Abril.

Quando, há catorze anos, o País foi libertado desde logo ficou claro que os Capitães de Abril — hoje injusta e fortemente discriminados — através do seu Programa e da sua digna actuação, estavam determinados em proporcionar, finalmente, aos portugueses, uma Democracia plena de liberdade e de justiça social, capaz de corresponder aos seus legítimos anseios de uma vida melhor.

A verdade, porém, é que passado um tão curto espaço de tempo são muitos e inesperados os perigos que ameaçam a nossa Democracia, devido à plutocracia impiedosa que está a abater-se novamente sobre o País e que repugna ao Povo português.

Os catorze anos que decorreram sobre o 25 de Abril, e do que significou e significará para a sociedade portuguesa, vão ser assinalados num momento em que os mais elementares direitos, liberdades e garantias dos portugueses, constitucionalmente consagrados, estão à ser francamente postos em causa e atacados pelo Governo e pela maioria que o sustenta.



Os portugueses vivem em grande instabilidade social provocada por aqueles que em vez de resolverem os graves problemas que se nos deparam, antes os agravam com uma acção de constante afronta aos cidadãos e aos trabalhadores, à Assembleia da República, à Constituição que, mesmo antes da sua revisão, é desrespeitada com leis geradoras de mais instabilidade e de mais injustiça.

É neste quadro particularmente grave e difícil para o nossos país que comemoramos o 25 de Abril. E é exactamente por força desse quadro que se deve verificar uma cada vez maior convergência de democratas capaz de opor à ofensiva governamental e do partido que a suporta uma clara oposição que obrigue a repor os princípios democráticos por que o Povo português sempre lutou.

João Corregedor da Fonseca
deputado da I D

MUNICÍPIO
DE
ALMADA

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL NO CONCELHO DE ALMADA

PROGRAMA

FREGUESIA DE ALMADA

Alvorada – Largada de foguetes
9.30H às 10.00H:
— **Desfiles:** Colectividades, Bombeiros de Almada e Cacilhas, Comissões de Moradores, Classes de Ginástica, Rancho Folclórico.
— Deposição de flores junto ao Monumento aos **Perseguidos.** Largada de Pombos.
— Largada de balões com a frase **25 de Abril Sempre!**
11.00H às 12.30H:
— Exibição das Classes de Ginástica, Bombeiros, etc., na Praça S. João Baptista.

FREGUESIA DE CACILHAS

De 20/04 a 30/04:
— Comemorações do **25 de Abril**
— Desfile com Colectividades e Bombeiros.
— Deposição de flores na estátua aos **Perseguidos.**
— Jogo de Veteranos no Campo do Beira-Mar.
— Excursão convívio da 3.ª idade.
— Concurso de Desenho Infantil.
— 2.ª etapa do Passeio Histórico da Freguesia.

FREGUESIA DA CAPARICA

18/03:
— Início do Torneio de Futebol de Salão no Parque do Monte a partir das 21.00H.
— **ESCALÕES**
7 – 10 anos — Escalão A
11 – 13 anos — Escalão B
14 – 15 anos — Escalão C
Femininos — Escalão F

10/04:
— Tiro ao Alvo — Organização União Esperança P.I.A.
— Chinquilho — Organização C.R.U. Raposense.

12/04:
— Torneio entre Colectividades.

17/04:
— Torneio Aberto na Escola Secundária do Monte.

24/04 — 22.00H:
— 8.ª Corrida para a Liberdade.

21.30H:
— Espectáculos Musicais no Recinto do Mercado do Monte.

26/04a 13/05:
— 2.º Concurso Infantil de Desenho e Poesia **TEMA:** "A Criança e o seu Mundo".

07/05:
16.00H e 17.00H:
— Finais do Futebol de Salão — Esc. B e C.

08/05:
— Ciclo-Turismo — Organização Cerrado Futebol Clube.

FREGUESIA DE CHARNECA DE CAPARICA

17/04:
— Torneio de Chinquilho.

24/04:
— Torneio de Ténis de Mesa.
— 8.ª Corrida para a Liberdade.
25/04:
— Iniciativas em vários locais:
10.00H:
— Pinturas para as crianças em Quintinhas, Palhais, Vale Fetal, Salema e Vale Cavala.
— Fanfarra dos Bombeiros em Marco Cabaço.
11.30H:
— Solta de Pombos em Marco Cabaço.
15.00 e 19.00H:
— Exposição de pombos correios no Clube Recreativo.

30/04:
10.00H:
— Prova de atletismo por escalões etários em Vale Fetal.
14.30H:
— Torneio de Damas do Clube Recreativo Charnequense.

FREGUESIA DE COSTA DE CAPARICA

25/04:
— Torneio Aberto de Ténis de Mesa.
— Local: Grupo Amigos da Costa.
15.30H:
— Exibição da Classe de Ginástica.
— Local: Praça da Liberdade.
— Exibição do Rancho Infantil Marisol.
— Local: Praça da Liberdade.

FREGUESIA DA COVA DA PIEDADE

09/04:
— Futebol de Salão nos Polidesportivos da Romeira e Barrocas.
17/04:
09.00H:
— Ténis de Mesa na Casa do Algarve do Concelho de Almada (3 escalões: cadetes, juniores e seniores).
22/04:
09.00H:
— Damas na Cooperativa de Consumo Piedense.
21.00H:
— Dominó no Clube Recreativo União Romeirense.
— Xadrez no Clube Recreativo Piedense com dois escalões.

FREGUESIA DO LARANJEIRO

01/04:
— Futebol de Salão.
— ESCALÕES:
A 7 – 10 anos (M)
B 11 – 13 anos (M)
C 14 – 15 anos (M)
Locais: Polidesportivos da Freguesia.
08/04:
— Colóquio sobre problemas de saúde infantil.
Local: Clube Recreativo do Feijó.
09/04:
— Dominó
Local: Instalações do Clube Recreativo Águias do Rato.
10/04:
— Ténis de Mesa.
— ESCALÕES:
Masculinos – Cadetes
Masculinos – Juniores
Masculinos – Seniores
Local: Clube Recreativo do Feijó.

13/04:
— Damas.
Local: Sociedade Recreativa Estrelas do Feijó.
15/04:
— Debate sobre a revisão da Constituição.
Local: Cooperativa de Ensino às 21.30 horas.
Exposição de Artes Plásticas
Pintura de Mural Gigante
Teatro
Música
Informática
Futebol de Salão
Local: Laranjeiro e Feijó.
25/04:
08.30H:
— Desfile:
Feijó (Jardim do Triângulo).
Laranjeiro (Portão Verde).
Cova da Piedade (Largo 5 de Outubro).
Almada (Praça MFA).
Concentração e Homenagem aos **Perseguidos.**
25/04 e 01/05:
— Exposição sobre a evolução do ensino.
14/05:
21.30H:
— Sessão para entrega de prémios dos 2.os Encontros Desportivos da Freguesia do Laranjeiro.
• Entrega de Prémios.
• Animação Cultural.
22.00H:
— Baile festivo do **25 de Abril** com o conjunto musical "So For Som" (B.º do Matadouro).
25/04:
10.00H:
— Desenho e pintura executadas pelas crianças da Freguesia nos seguintes locais: Bairro Encosta Sul do P.I.A., Bairro do Matadouro e Pragal.
— Participação das crianças no desfile integrado nas comemorações do **25 de Abril** em Almada.

FREGUESIA DO PRAGAL

22/04:
22.00H:
— Início do Torneio de Damas.
23/04:
10.00H:
— Futebol — Encontro entre eleitos da autarquia, Comissão de Moradores, Cooperativa Pragalense e Sociedade Recreativa Pragalense.
13.00H:
— Almoço de Confraternização.
15.30H:
— Torneio de Futebol Salão Infantil entre equipas da Freguesia.
22.00H:
— Torneio de Damas, 2.ª Jornada.
24/04:
09.00H:
— Gincana de bicicletas para crianças no campo de futebol no Bairro Encosta Sul do P.I.A.
15.30H:
— Final do torneio de Futebol de Salão Infantil entre equipas da Freguesia (B.º Matadouro).

FREGUESIA DA SOBREDA DE CAPARICA

23/04:
— Ténis de Mesa
30/04:
— Xadrez
07/05:
— Damas
14/05:
— Tiro ao Alvo

FREGUESIA DA TRAFARIA

24/04:
23.00H:
— Saída da Banda S.R.M.T.
25/04:
00.00H:
— Fogo-de-artifício no cais fluvial.
25/04:
10.00H:
— **No Largo da República:**
• gincana pedestre
• jogo da malha
• corrida de sacos
• corrida de arcos
• gincana de bicicletas
• chinquilho
26/04:
21.00H:
— Início do torneio de damas na S.R.M.T., iniciativa das Flechas Picagalo.

NOS CAMINHOS DE ABRIL

INAUGURAÇÕES

Inauguração do Coreto do Jardim Castelo.
15 MAIO
10 Horas

Electrificação de três campos de jogos.
— ROMEIRA
— FEIJÓ
— PÊRA

Inauguração das instalações do Departamento de Recursos Humanos.
— 30 ABRIL
— 10 Horas

GALERIA MUNICIPAL DE ARTE
— 7 MAIO
— 16.30 H

Edifício de Apoio ao Parque de Jogos do Alto do Índio.
— 21 ABRIL
— 18 Horas

CONVÍVIO

Eleitos da Câmara Municipal com os moradores do Bairro dos Pescadores.
(No final serão abordados, entre outros, questões de saneamento básico e de arruamentos).

DIVISÃO INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

Possibilidade de concretização da democracia

PPM

Com o 25 de Abril de 1974 terminou a 2.ª República. Foi um acontecimento que abriu perspectivas para a evolução democrática da sociedade portuguesa.

É necessário que este novo período quebre o ciclo vicioso caracterizado, desde 1910, pela alternância entre o poder dos representantes eleitos e o poder ditatorial. Para isso é indispensável a recuperação, em termos modernos, de muitos dos nossos valores históricos.

Essa necessidade passa pela reafirmação do poder local, pela regionalização, e pela adopção de conceitos geradores de uma nova perspectiva do Mundo e da sociedade — uma visão não positivista nem economicista, que privilegie os valores imateriais e ecológicos.

Para o PPM, a construção de tal futuro requere também o abandono de preconceitos e o aperfeiçoamento das instituições políticas na linha da nossa tradição multissecular.

A possibilidade e concretização dessa restauração poderá ser reconhecida, no futuro, como uma verdadeira conquista do 25 de Abril, a par da restauração da democracia.

Bento de Moraes Sarmento

Comissão Política do PPM

"De quem é o 25? É nosso! E hoje!"

Quando o sonho rompe pela janela e ganha realidade... é grande o fulgor e visíveis são os anseios!

Contem a história dos que sonharam e digam da esperança nos olhos e da liberdade nas mãos que eles, mesmo ali, as tiveram.

Mas não ponham corrosão nas palavras e nos conceitos, na esperança e na realidade. Não adulterem a memória para dela dizer que é adulterada.

Homens e mulheres vieram de muitos sítios; às vezes, como o poeta dizendo «de longe, de muito longe». Chegaram e encontraram-se em torno de um projecto, nele encontrando calor. Eles dizem-se «Os Verdes».

Alguns, entre as mãos, já tiveram essa liberdade. Outros de mais longe vêm, e antes da liberdade, nos olhos já tiveram o negrume. Outros, ainda, essa história dos homens que sonharam, dela só ouviram contar.

Diferentes, todos teimam gerir o sonho. Dizem eles que o lucrar é conservar a Vida e que isso só é permitido se a todos for possível. Dizem-se profundamente realistas, porque forjando o futuro.

Desse 25, alguns afirmam: **o começo**

Outros, insistem: **ponto notável de inflexão.**

Ainda outros dizem: ouvi contar. **Vamos prosseguir.**

Todos eles olham e todos eles vêem marcas sujas que no tempo há gente que vai pondo.

Então, Verdes e insensatos de teimosia, dizem: «De quem é o 25?! É nosso! É hoje!»

Hoje! Hoje, teimosamente construindo o dia-a-dia, como se nada disso se estivesse a fazer, como se com isso nada se tivesse a ver.

Não sa fala do ar que se respira. Não se recorda o dia que se vive ainda.

O dia 25 nós fazemo-lo, e nem sequer em homenagem a quem o fez. É só por estrita necessidade. Para isso, agora depois do 25, é só preciso ir limpando as marcas sujas com que alguns teimam em cercar esta gente.

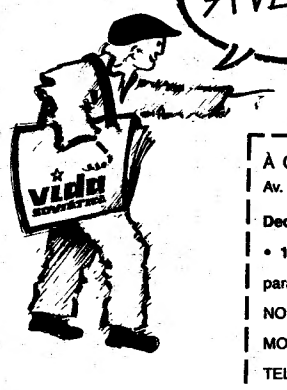
Quem fechou a janela do sonho?!

Não!!!

Se for preciso, que ele irrompa e de novo será grande o seu folgor, que enormes já são os nossos anseios!

Porfírio Alves Pires
Comissão executiva Nacional de «Os Verdes»

Vida Soviética
A SUA REVISTA MENSAL
informa
ACTUALIDADE • TEMAS VÁRIOS
sensibiliza
CULTURA • ARTE
distrai
VIAGENS • DESPORTO • CONCURSOS
À VENDA



À CDL — Central Distribuidora Livreira
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º — —1000 LISBOA — Tels.: 73 22 75 - 76 11 31
Decidi assinar a revista «VIDA SOVIÉTICA» • Preço de capa 70$00
• 1 ano (12 n.ºs) - 300$00 • 2 anos (24 n.ºs) - 450$00 • 3 anos (36 n.ºs) - 600$00
para o que envio, Cheque ☐ Vale de Correio ☐ no valor de _____
NOME _____
MORADA _____
TEL.: _____ CÓD. POSTAL _____

COOPERATIVA DE CONSUMO PIEDENSE, CRL
FUNDADA EM 4 DE MARÇO DE 1893
COOPERATIVA DE CONSUMO 3 DE MARÇO UNIÃO PIENSE, C.R.L.
MERCEARIAS, CARNES, FAZENDAS
ELECTRODOMÉSTICOS E MOBÍLIAS
Rua da Cooperativa, 4 — Telef. 55170 — 7855 PIAS

LIVRARIA PAPELARIA
ALEIXO
BRINDES DE CASAMENTO • BRINQUEDOS
• MATERIAIS PARA DESENHO TÉCNICO, ETC.
DEPOSITÁRIO DA IMPRENSA NACIONAL
CASA DA MOEDA
Participamos aos nossos estimados clientes que remodelámos as nossas instalações para melhor vos servir.
RUA ATAÍDE DE OLIVEIRA • TEL.: 6 24 25
ARMAZÉM • TEL.: 6 41 26
LOULÉ

Abriu as portas do futuro

O 25 de Abril abriu as portas do futuro. Escrevo em Abril de 1988, catorze anos depois, quando Cavaco Silva nem sequer espera pela revisão constitucional para impor os pacotes que têm como finalidade esgotar a torrente formidável que brotou naquela alvorada e se tem disperso ano a ano, na esterilidade do deserto. E quando Otelo está preso.

Digo o 25 de Abril abriu as portas do futuro porque é olhando para trás que eu vejo o futuro e olhando para o futuro revejo o 25 de Abril.

O que parecia impossível cumpriu-se, o que parecia adormecido acordou, o sossego vegetativo tornou-se vendaval, raízes velhas foram arrancadas e as sementes de novo espalhadas.

Porque gostariamos de ser poetas para falar do 25 de Abril? Porque ele nos restituiu a alma, a força, a vitalidade, a criatividade, a imaginação, o poder de poder e também a violência dos grandes movimentos sociais redentores.

50 anos de sofrer, de mortes e chacinas, de penumbra mortal, de monopólio das ideias. Mas também de heróica resistência, de gritos a rasgarem as mordaças e de silêncios, sublimes silêncios, resistindo às torturas.

O 25 de Abril mostrou que é possível estoirar com prisões, rebentar com arames farpados, destroçar aparelhos sofisticados de repressão, liquidar grupos económicos, conquistar a liberdade, a terra, o pão, a independência. Mostrou principalmente que o que há de mais poderoso no mundo são os povos e que são eles que tudo modelam e tudo transformam. Que os povos são muito mais do que um conjunto de pessoas com a mesma língua e o mesmo território; um conjunto de personalidades; um formigueiro de trabalhadores. Que a cultura tem força anímica mas também tem força material. Que nada se lhes pode opor definitivamente. O Zeca sabia-o.

As grandes conquistas do 25 de Abril estão postas em causa. Económicas, sociais, onde se vão perdendo?

UDP
união democrática popular

Hoje vai vingando uma certa letargia. Há os que cantam vitória: os que se sentiram sempre, a contra-gosto e com mal estar, como furúnculos no corpo que vibrava de liberdade e de sabor a conquistas. Há os que se acomodaram e foram ao pó das torres do tombo buscar, não as crónicas de encantamento da nossa vitalidade como povo, mas as doutrinas que explicavam o mundo antigo à antiga e, na confusão que lhes convém disseminar, justificam aquilo que o progresso social e a ciência já condenaram. Chamam-se modernos ou pós-modernos, para melhor abancarem á mesa do rei. Há os que não se sentem bem e desesperam e julgam perdido aquilo a que se entregaram com entusiasmo juvenil.

Mas olhando o futuro, lá esta: a torrente reencontrou o leito, engrossa, torna-se imponente e impetuosa, de novo poderosa, os diques rebentarão.

O nosso povo é essa torrente. É nele que deposito toda a confiança, toda a esperança e toda a certeza.

A UDP nasceu com a liberdade do 25 de Abril que permitiu o encontro de muitas vidas clandestinas e responder aos anseios mais avançados do nosso povo. É essa liberdade que acima de tudo temos de preservar. De organização, de manifestação, de expressão, de protesto e de revolta.

A UDP respondeu a uma necessidade objectiva. Que permanece. Por isso ela permanece, persiste e se revigora. E estará na primeira vaga que derrubará os diques.

Mário Tomé
Secretário-geral da UDP

o problema da sua empresa
é... o peso!

CONFIE-NOS ESSE PROBLEMA. PESAMOS TUDO.
ATÉ AS NOSSAS PALAVRAS

O PESO É A NOSSA PROFISSÃO

FABRICAMOS BALANÇAS, BÁSCULAS, BÁSCULAS-PONTE,
BÁSCULAS ENSACADORAS E DOSIFICADORAS,
INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PESAGEM

CACHAPUZ

EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM, MECÂNICOS E ELECTRÓNICOS

TELEX 32125 CAXPUZ P. • TEL. 73604 APARTADO 12 • 4701 BRAGA CODEX

CGTP INTERSINDICAL

CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES
PORTUGUESES
— INTERSINDICAL NACIONAL

RUA VICTOR CORDON, 1-3.º * TELEF. 37 21 81 * 1294 LISBOA CODEX

SAUDAÇÕES AO 25 DE ABRIL

A CGTP-Intersindical Nacional, na passagem do XIV Aniversário do 25 de Abril, saúda fraternalmente todos os trabalhadores portugueses, saúda com fraternidade todos aqueles que, com a sua luta, tornaram possível o 25 de Abril, que se mantêm identificados com os seus ideais, que estão dispostos e determinados em defendê-lo e prossegui-lo.

Os trabalhadores portugueses comemoram o 25 de Abril deste ano tal como na Greve Geral de 28 de Março, unidos, solidários e determinados na luta pela defesa dos seus direitos e interesses, por melhores condições de vida e de trabalho, pela defesa do regime democrático consagrado na Constituição.

A política laboral e social do Governo, caracterizada por intolerância, intransigência, afrontamento e autoritarismo, provocou já o protesto e imaginação dos mais variados sectores da sociedade portuguesa, incluindo muitos daqueles que fazem parte do seu eleitorado.

Duma forma global e concertada, o Governo pretende atingir os interesses dos trabalhadores e atacar o regime democrático. É prova disso o ataque às nacionalizações e à Reforma Agrária.

O Governo, que tão ansioso está em flexibilizar as leis que defendem o direito ao trabalho e à segurança no emprego, mostra-se rígido e inflexível em matéria salarial, tentando fixar tectos salariais.

Não há argumentos credíveis que possam defender o pacote laboral. Isso mesmo ficou claro na discussão da matéria na Assembleia da República.

Não obstante, a aprovação na Assembleia da República, da autorização legislativa sobre o pacote laboral, apenas pelo PSD, a luta dos trabalhadores vai continuar.

O Pacote Laboral está ferido de inconstitucionalidade formal e material. Não foi feita a discussão pública nos termos legais, são violados os conceitos constitucionais de justa causa e estabilidade no emprego, é retirada a protecção dos representantes dos trabalhadores. É permitido despedir sem justa causa mediante indemnização e tem carácter imperativo, limitando a liberdade de contratação colectiva.

É necessário que as instituições que zelam pelo cumprimento da legalidade democrática tenham em conta a vontade dos trabalhadores e a Constituição da República!

A continuação da luta dos trabalhadores será determinante para evitar que o pacote laboral venha a ser Lei da República.

A CGTP-IN apela a todos os trabalhadores para que participem com unidade, solidariedade e determinação nas comemorações do 25 de Abril, preparando o próximo 1.º de Maio.

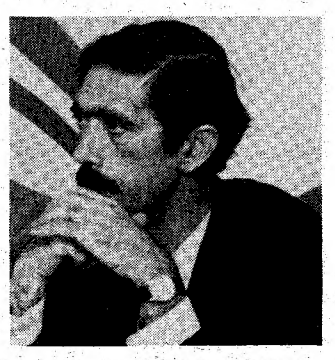
Para a CGTP-IN, os ideais, os valores e as conquistas do 25 de Abril continuarão a ser a chama que ilumina o regime democrático português.

VIVA O 25 DE ABRIL

A Comissão Executiva do Conselho Nacional

Tem que continuar a ser referência fundamental

PRD



Mais do que o derrube de um regime autoritário quanto caduco, o 25 de Abril representa o «termo de abertura» de uma nova etapa da vida portuguesa. Todavia a nossa jovem democracia não logrou, ainda, desembaraçar-se dos bloqueios estruturais e das condicionantes institucionais que têm limitado o seu desenvolvimento económico e social. É, pois, imperativo prosseguir, sem tréguas, a concretização dos ideais de Abril.

Diz o Povo, na sua imensa sabedoria, que «A Esperança é a última coisa que se perde». Mas, por vezes, a esperança desvanece-se favorecendo a instalação da indiferença e, pior ainda, da frustração. Foi para lutar pela manutenção das portas da esperança que «Abril abriu» que o PRD surgiu na política portuguesa. Mais do que simples efeméride anual, o 25 de Abril tem que continuar a ser a referência fundamental capaz de mobilizar os portugueses num projecto verdadeiramente nacional de mudança que, de facto, integra o país, em termos económicos e sociais, na Europa em que geograficamente está implantado.

O 25 de Abril não pertence à história — ele faz quotidianamente a história do nosso devir colectivo. De um devir que tem que «cumprir a esperança» suscitada há já 14 anos pelo processo de transformação social então desencadeado.

IVO PINHO
Direcção Nacional do PRD

Honra ao 25 de Abril

Passados 14 anos comemora-se mais uma vez o 25 de Abril.

Recordamos assim o dia em que se pôs termo a um regime iníquo e opressor, violador dos mais elementares direitos humanos.

Festejamos a data em que o povo reconquistou a liberdade e a dignidade, e retomou nas suas mãos o seu próprio destino.

Rejeitado o obscurantismo, rompido o bloqueio social, desfeitos os privilégios e a marginalização cultural, ganhámos o direito, e a responsabilidade, de construirmos uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna.

O 25 de Abril foi um momento grande do povo português, um grito de libertação e de esperança, como já o tinham sido antes os grandes movimentos populares de 1383, 1640, 1820 e 1910.

O 25 de Abril foi principalmente uma mensagem de Paz e Solidariedade.

O 25 de Abril está cumprido.

Está cumprido porque vivemos em liberdade.

Está cumprido porque construímos a Democracia.

Está cumprido porque agora podemos decidir o nosso Destino colectivo.

Está cumprido porque retomámos a Esperança.

E todos esses foram os objectivos do 25 de Abril.

Mas comemorar o 25 de Abril exige também sinceridade e reflexão.

Sinceridade para dizer claramente que o 25 de Abril se completou com o 25 de Novembro.

Reflexão para poder olhar o futuro.

O 25 de Abril está cumprido!

Deu-nos um Estado de Direito democrático em que o povo é o verdadeiro detentor da soberania, em que o Presidente da República é eleito directamente, em que os representantes para a Assembleia da República e para o exercício do poder local são escolhidos em liberdade e em que o Governo depende do Parlamento.

Os partidos políticos estão implantados e o povo português habituou-se a exprimir através deles o seu querer e o seu sentir.

Temos uma democracia institucionalizada onde se pratica a tolerância política, o pluralismo, o respeito pelos Direitos Humanos.

Provámos ser capazes de praticar e viver essa Democracia.

Cabe-nos agora a todos nós, portugueses, construir um futuro melhor.

A democracia pode, e deve ser, um regime gerador de segurança e estabilidade.

Mas o fortalecimento da democracia passa pelo desenvolvimento e pelo progresso.

Importa valorizar o homem, melhorar a sua qualidade de vida, facultar-lhe igualdade de oportunidades onde quer que ele se encontre.

Cumprido o 25 de Abril a grande tarefa dos portugueses é construir o Futuro.

Fernando Correia Afonso

Responsável do grupo parlamentar do PSD

JORNAL MENSAL • PREÇO 30$00

HABITAÇÃO

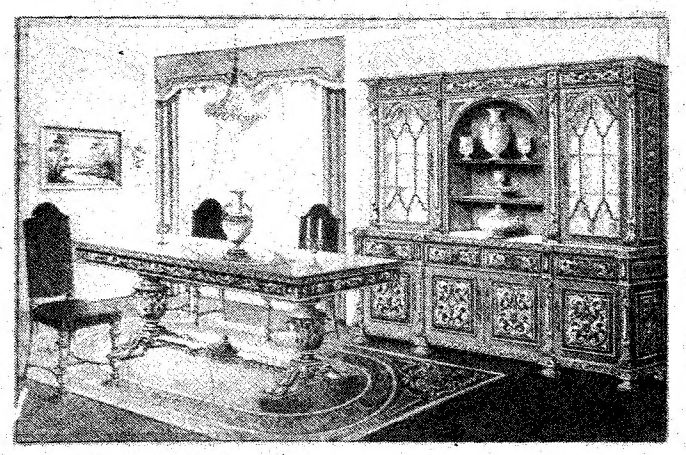
Av. Almirante Reis, 12 — 1100 LISBOA — Edição da AIL

O JORNAL MENSAL QUE TODOS OS MORADORES DEVEM LER!

Somos
o elo associativo
entre
os inquilinos,
moradores
e condóminos
— associados
e dispersos —
e queremos
continuar a ser
não só o elo,
mas o eco da sua voz.

Assine, leia!

ARMAZÉNS DE MÓVEIS
BEIRA RIO
DE
ANTÓNIO CARLOTO



MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS
PARA VOSSO INTERESSE
CONSULTEM OS NOSSOS PREÇOS

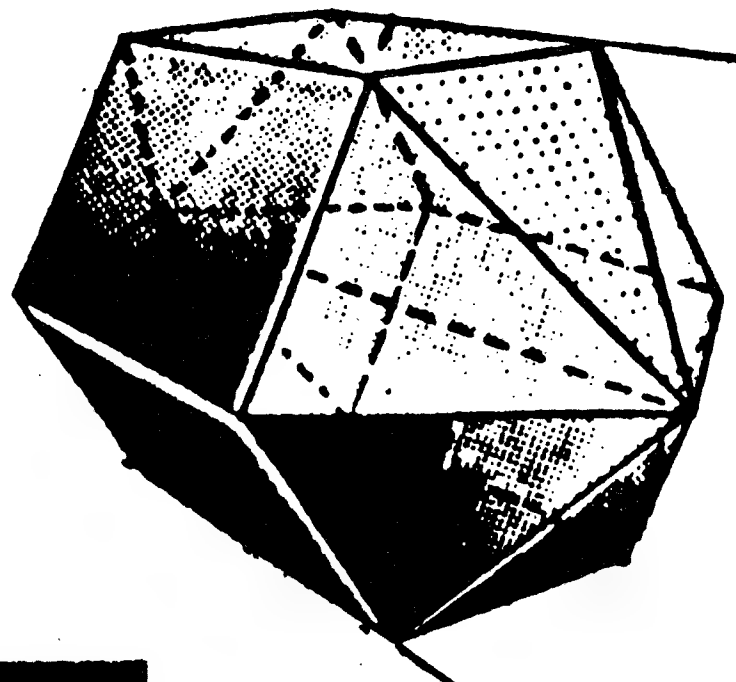
VENDAS

Rua Miguel Bombarda, n.os 222 e 222-A
Rua Serpa Pinto, 43 a 45 Telef. 207 24 48 BARREIRO

MOBILAÇO.

FÁBRICA: 99 00 53
SERVIÇOS COMERCIAIS LISBOA:
714 31 26 – 714 16 32
DELEGAÇÃO REINO UNIDO:
GLOUSCESTER 452-22922

UMA EMPRESA PORTUGUESA QUE FABRICA EQUIPAMENTOS ADAPTÁVEIS A DIFERENTES USOS. ESCRITÓRIOS, HOSPITAIS, ESCOLAS, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO ORGANISMOS PÚBLICOS...



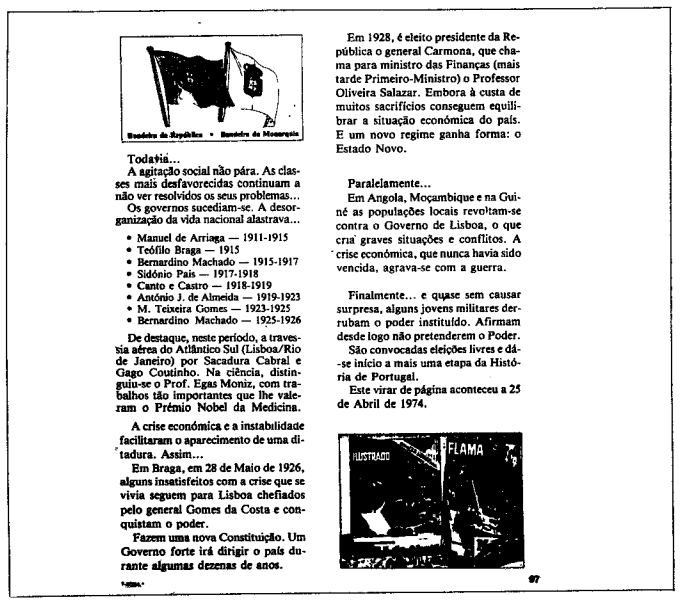
EM TUDO PODE HAVER HARMONIA DOS ESPAÇOS QUE OS EQUIPAMENTOS METÁLICOS MOBILAÇO PROPORCIONAM.
SECRETÁRIAS, ARQUIVOS, ARMÁRIOS, FICHEIROS. MESAS PARA INSTALAÇÃO DE COMPUTADORES, ROUPEIROS, BIOMBOS, CADEIRAS... SÃO PEÇAS DO EQUIPAMENTO QUE A MOBILAÇO CRIOU POR FORMA A DAR FORMA AO ESTILO

MOBILAÇO
A mobilidade do aço feita móvel!

IR À ESCOLA E VOLTAR SEM SABER O QUE FOI O 25 DE ABRIL

José António Cerejo

A grande maioria dos portugueses nascidos depois do 25 de Abril, ou nos anos imediatamente anteriores a 1974, ignora praticamente tudo sobre a ditadura que nos esmagou durante quase meio século e sobre o próprio significado da festa que hoje se celebra. O tempo vôa e os traços do passado recente desaparecem com ele, quase sem darmos por isso. A escola, ao contrário do que se poderia esperar, fala de muitas histórias e de muita História, mas raramente leva os jovens à descoberta desse período de que ainda agora nos despedimos. Em alguns manuais da 4ª classe o período que precedeu o 25 de Abril fica arrumado com declarações como esta: "Embora à custa de muitos sacrifícios (o general Carmona e o Professor Oliveira Salazar) conseguem equilibrar a situação económica do país. E um novo regime ganha forma: o Estado Novo".



Todavia...
A agitação social não pára. As classes mais desfavorecidas continuam a não ver resolvidos os seus problemas...
Os governos sucedem-se. A desorganização da vida nacional alastrava...

- Manuel de Arriaga — 1911-1915
- Teófilo Braga — 1915
- Bernardino Machado — 1915-1917
- Sidónio Pais — 1917-1918
- Canto e Castro — 1918-1919
- António J. de Almeida — 1919-1923
- M. Teixeira Gomes — 1923-1925
- Bernardino Machado — 1925-1926

De destaque, neste período, a travessia aérea do Atlântico Sul (Lisboa/Rio de Janeiro) por Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Na ciência, distinguiu-se o Prof. Egas Moniz, com trabalhos tão importantes que lhe valeram o Prémio Nobel da Medicina.

A crise económica e a instabilidade facilitaram o aparecimento de uma ditadura. Assim...
Em Braga, em 28 de Maio de 1926, alguns insatisfeitos com a crise que se vivia seguem para Lisboa chefiados pelo general Gomes da Costa e conquistam o poder.
Fazem uma nova Constituição. Um Governo forte irá dirigir o país durante algumas dezenas de anos.

Em 1928, é eleito presidente da República o general Carmona, que chama para ministro das Finanças (mais tarde Primeiro-Ministro) o Professor Oliveira Salazar. Embora à custa de muitos sacrifícios conseguem equilibrar a situação económica do país. E um novo regime ganha forma: o Estado Novo.

Paralelamente...
Em Angola, Moçambique e na Guiné as populações locais revoltam-se contra o Governo de Lisboa, o que cria graves situações e conflitos. A crise económica, que nunca havia sido vencida, agrava-se com a guerra.

Finalmente... e quase sem causar surpresa, alguns jovens militares derrubam o poder instituído. Afirmam desde logo não pretenderem o Poder.
São convocadas eleições livres e dá-se início a mais uma etapa da História de Portugal.
Este virar de página aconteceu a 25 de Abril de 1974.

97

Nesta página de um manual de História para a 4ª classe, da autoria de António Monteiro, arruma-se assim todo o período que vai de 1926 até ao 25 de Abril.

Aqui há uma dezena de anos havia um professor numa universidade belga que se insurgia continuamente contra a ignorância dos jovens europeus em relação à última guerra mundial e à história, tão próxima, da resistência dos seus pais e avós ao nazismo. Paul Levy, um utópico defensor do federalismo europeu, primeiro responsável pelos serviços de informação do Conselho da Europa e ele próprio antigo e destacado resistente belga, sabia e ensinava que hoje se esquece mais depressa do que antigamente.

O ritmo a que os grandes acontecimentos se sucedem agora e a velocidade a que são transmitidos através do planeta contribuem largamente para os distanciar na nossa memória, transformando em passado longínquo e logo esquecido aquilo que pouco antes era actual.

Por isso mesmo, Paul Levy não se calava e dirigia uma associação que conservava e mantinha aberto ao público (em bem melhores condições que o nosso degradado e quase abandonado Forte de Peniche) o antigo campo de concentração nazi de Brendonk, perto da Antuérpia. Segundo afirmava, o ensino oficial da História não valorizava devidamente esse passado recente e era aos homens que tinham conhecido a barbárie nazi que cabia a transmissão vivida desse testemunho e a sua transformação em ensinamento para as novas gerações.

E entre nós? Quantos adolescentes sabem o que foi este país no meio século que os antecedeu? E quantos sabem como é que se chegou ao tempo que é o deles?

"Só sei que havia censura"

"Eu cá por mim só sei que antes havia a censura e que reprimiam as pessoas". Quem o diz é um aluno do 11º ano, que já teve História contemporânea nos programas do 4º ano (antiga 4ª classe), do 6º ano (antigo 2º do ciclo preparatório), e do 9º ano (antigo 5º). A seu lado, uma professora de História da Escola Secundária de Santo André, no Barreiro, confirma que a generalidade dos alunos chegam ao 11º ano com "uma ideia muito vaga sobre o que foi o Estado Novo, limitando-se relacioná-lo com a censura e a repressão". Ana Teresa Ribeiro lembra que está a falar de jovens do Barreiro - com tudo o que significa a inserção numa comunidade especialmente informada sobre a natureza do antigo regime - e sublinha que a maior parte dos professores, tanto no nono como no décimo primeiro, não chegam sequer a falar da ditadura e do 25 de Abril.

A História é ensinada de acordo com a sequência cronológica dos acontecimentos e, "como os programas são demasiado extensos, quase nunca se consegue chegar à actualidade". Segundo a mesma professora, "no nono ano fica-se normalmente pela primeira guerra munidal, ou pelo período entre as duas guerras, e no décimo primeiro também é raro chegar ao 25 de Abril porque ele aparece no fim do programa".

O resultado desta situação, refere Sérgio Matos, um assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, que já leccionou também no ensino preparatório e secundário, é que "a História mais recente acaba por não ser tratada, ou então é-o tão superficialmente que até os alunos que vêm para o curso de História revelam um grande desconhecimento da História contemporânea do seu país, quando chegam à universidade".

Segundo a mesma fonte, a ignorância verificada ao nível do décimo segundo ano é tal que se vai frequentemente ao ponto de "confundir os acontecimentos políticos mais relevantes, desconhecer os factos essencias da nossa História contemporânea e ignorar, designadamente, quando foram aprovados os actuais hino e bandeira nacional, quando tiveram lugar as primeiras eleições livres, quando foi instaurada a ditadura militar ou quando foi eleito o primeiro Parlamento".

A afirmação baseia-se nos resultados de um recente inquérito efectuado em todo o país pela Associação dos Professores de História, com vista a avaliar "o nível de conhecimentos dos alunos do décimo segundo ano e a saber que versões da memória colectiva oficial é que eles reproduzem". De acordo com Sérgio Matos, a realidade evidenciada pelo estudo "prejudica e dificulta a intervenção cultural e cívica dos cidadãos e até a própria compreensão dos problemas portugueses contemporâneos".

O 25 de Abril em nove linhas

Nas consequências negativas deste problema, arrola-se ainda o facto de ser "prejudicada a aquisição da noção do tempo em História, resultando daí a inexistência de referências cronológicas marcantes nos jovens e uma grande dificuldade em entender o tempo em que vivem e viveram os seus pais e avós".

Mas se a questão do conhecimento e do ensino da História contemporânea se põe assim ao nível da escassissima percentagem de portugueses que atingem o décimo segundo ano, ela é muito mais grave para a grande maioria, que não passa do 6º ano, ou seja, da escolaridade obrigatória. Com efeito, para além de também no 4º ano a maior parte dos professores nunca chegar ao século XX e de muitos nem sequer tocarem nas matérias referentes à "perspectiva histórica", a abordagem do período designado por "actualidade" é contemplada no texto dos "programas oficiais do ensino primário" com apenas uma das suas 252 páginas, acrescendo-lhe uma outra para os períodos da "formação de Portugal" e da "expansão". A "religião e moral católicas", por seu turno, têm no mesmo programa, para o 4º ano (antiga 4ª classe), um total de 10 páginas.

No que se refere à perspectiva histórica da actualidade, encontrámos igualmente duas únicas páginas relativas a esse período num dos manuais em vigor, escolhido ao acaso entre os vários pelos quais as escolas podem optar. Chama-se "Saber quem somos", destina-se ao ensino das matérias de "meio físico e social - perspectiva histórica", do 4º ano, e é da autoria de António Monteiro.

Calendarizando o estudo da actualidade para a primeira quinzena de Junho, o livro ensina que no dia 25 de Abril de 1974, "quase sem causar surpresa, alguns jovens militares derrubam o poder instituído". Logo a seguir, o manual encerra as suas nove meias linhas referentes ao 25 de Abril, dizendo que "são convocadas eleições livres e dá-se início a mais uma etapa da História de Portugal".

No 6º ano, o tratamento da época salazarista e da revolução de Abril acaba por ser também sumaríssimo, quando se fala nela, ficando por aí a informação histórica que a escolaridade obrigatória oferece à maioria dos portugueses que nunca entrarão no ensino unificado. Em concreto, o programa do 6º ano cobre toda a História de Portugal, desde os primeiros habitantes da península até ao 25 de Abril mas, segundo Sérgio Matos, "são raros os professores que chegam ao século XVIII".

Programas demasiado extensos

Embora o exemplo do manual citado possa fazer pensar em escolhas pedagógicas ditadas por opções políticas de reabilitação do regime fascista, a verdade é que muitos professores de História consideram mesmo a "excessiva extensão dos programas" como a dificuldade maior do ensino da História contemporânea. "As novas gerações estão já bastante distanciadas dos problemas do antifascismo não só porque não viveram no tempo do Estado Novo, mas também porque os programas de História em vigor são muito extensos e sobrecarregados, acabando por não haver tempo para tratar esse período, que vem sempre no fim", sintetiza aquele assistente da Faculdade de Letras. Em sua opinião, os programas apresentam-se como "enciclopédicos, com muitas definições e ideias abstractas".

No caso do ensino unificado (7º, 8º e 9º), o que acontece é que o programa de História (essencialmente a História da Europa Ocidental) deixa o século XX para o 9º ano, altura em que o número de horas semanais da disciplina desce de 3 para 2. "Como no 8º nunca se cumpre o programa até ao fim, há vários temas - revolução industrial e revolução francesa, por exemplo - que têm que ser dados no 9º, prejudicando o cumprimento da parte final do programa desse ano, ou seja, o período do Estado Novo e o 25 de Abril".

No entender de Sérgio de Matos, o décimo e o décimo primeiro ano, por sua vez, obedecem a programas "bastante bem estruturados do ponto de vista científico, mas pedagogicamente inadequados". Trata-se de programas da autoria de Vitorino Magalhães Godinho, que "além de serem demasiado complexos e longos para o nível etário dos alunos a que se destinam, são inadequados em relação há preparação dos professores".

Problema não é só português

Mas a polémica sobre o papel a atribuir ao ensino da História recente ultrapassa de longe as fronteiras nacionais e as razões ideológicas que aparentemente poderiam surgir, no nosso país, como factores explicativos da situação actual. O debate ganhou a sua maior dimensão em França, desde o princípio desta década, e são vários os países europeus que estão neste momento a proceder a alterações de fundo na maneira como a História, e em especial a contemporânea, é ensinada.

Na origem do problema, de

Uma experiência inédita no Barreiro

Os professores de História da Escola Secundária do Barreiro iniciaram este ano uma experiência praticamente inédita entre nós, por forma a evitar que os jovens cheguem ao 12º ano sem ter a menor idéia da História recente, designadamente do período da ditadura e do 25 de Abril. Segundo pudemos apurar, a iniciativa responde à "imensa curiosidade manifestada pelos alunos acerca de uma época extremamente próxima, mas sobre a qual quase não ouvem falar até chegarem ao fim do 11º ano".

De acordo com uma professora de História de uma outra escola do Barreiro, a experiência dos seus colegas (que não tivémos oportunidade de contactar a tempo desta edição especial do "DL") assenta na inversão do programa, começando o estudo da História de Portugal com uma investigação sobre a memória da guerra colonial no Barreiro. "Os alunos partem de inquéritos feitos junto de pessoas que viveram esses acontecimentos e obtêm assim um conhecimento directo de um período importante da nossa História contemporânea".

Segundo a nossa fonte esta opção não colide com os programas oficiais, mas é feita por iniciativa da escola, sem qualquer intervenção do Ministério da Educação. Na opinião da mesma professora, "não há mais experiências deste género porque os professores não estão pedagogicamente preparados para isso e acabam por adoptar uma atitude imobilista"

O sistema educativo português não oferece aos jovens os elementos indispensáveis para compreenderem o seu tempo: a História dos últimos 50 anos está praticamente afastada dos programas efectivamente leccionados desde a 4ª classe ao 11º ano.

acordo com diversas análises, parece estar, designadamente, a incapacidade demonstrada pela escola para acompanhar e dar resposta ao desenraizamento cultural crescente das populações, á mudança dos hábitos de leitura e dos centros de interesse das pessoas e á tendência para o aparecimento de situações de excesso de informação e de secundarização do passado.

Quanto à forma de ensinar a História a partir do mais antigo para o presente, Sérgio Matos, recorda que já no século XIX havia quem defendesse a utilização do "método regressivo", que funciona em sentido inverso, da actualidade para o passado. Curiosamente já houve em Portugal um programa do ensino liceal baseado nessa metodologia, o qual começava o estudo da História geral pela época contemporânea, regredindo depois para a época moderna e antiguidade clássica e oriental.

O autor desse programa, aprovado em 1918 no tempo da ditadura de Sidónio Pais, foi Fidelino Figueiredo.

Actualmente ainda há quem defenda este sistema (ver caixa) e nos documentos preparatórios da reforma educativa que estão em debate, refere Sérgio Matos, prevê-se que a área disciplinar das ciências humanas e sociais dê maior relevo aos "problemas do mundo actual".

Segundo outros professores ouvidos pelo "DL", esta possível alteração é vista no entanto como mais um passo para a degradação do ensino da História, na medida em que a nova área disciplinar englobará a História e a Geografia numa única disciplina, "diluindo assim a História num banho de ciências sociais, sem que se aprenda uma coisa ou a outra e contribuindo ainda mais para que se perca a própria noção do tempo histórico".

Televisão mais baratinha para os ricos

Pois é. Aqui perto de mim, num quarto com direito a cozinha e à torneira por cima da pia (banho não há) mora um casal. Ela mulher a dias; ele, varredor da câmara; um bebé de 14 meses. Um aparelho de TV pequeno, velho, a preto e branco, em cima da mesa de pé manco. São sérios — coitados! — pagam a taxa.

Ao lado, num prédio novo (muito grande e feio) mora outro casal. Ele, gestor de uma qualquer empresa (dizem que ganha 300 contos por mês e eu acredito); ela, médica (não aderiu à greve, para quê?, tem consultório onde faz — diz ela — à volta de 20 contos por dia, sem recibo...). Dois filhos adolescentes, cada um com seu televisor no quarto, com vídeo e tudo. Na sala há outro. A mulher a dias paga uma taxa. A médica paga outra. Uma só, agora, por três televisores. Se é que os registou, é claro.

Muito bem. É tal como os impostos. Quanto mais ganhas...menos pagas. Relativamente, entenda-se. Bem feito. Cada país tem o governo em que vota. E aqui vota-se, por isso não há que se queixar. E o voto é secreto, não é de braço no ar...Antes fosse. Talvez houvesse mais vergonha e menos inconsciência.

ISTO DE DEMOCRACIAS...É PARA DEMOCRATAS!

Clara d'Ovar

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL NA CIDADE DA AMADORA

25 de Abril/88 — PROGRAMA:

16.04	21.30 h	**Concerto na Galeria Municipal** **Grupo Opus Ensemble**
20, 21 e 22.04	18.30 h	Cinema português Edifício Municipal
22.04	21.30 h	Teatro para Idosos no Edifício Municipal — «Deus os fez, Deus os juntou»
23.04	15.00 h	Animação desportiva nos Parques Central e Delfim Guimarães
	21.30 h	**Concerto na Galeria Municipal com Carlos Paredes**
24.04	11.00 h	Palhaços «Batalinha e Companhia» no Parque Central
	15.00 h	Discoteca — Dança Animação desportiva no Parque Central
	21.30 h	**Espectáculos de Música Popular portuguesa no Parque Central: Ranchos Folclóricos; Corais Alentejanos; Grupo Cantaril**
25.04	09.00 h	**Saudação do Presidente da CMA** **Distribuição de cravos; Foguetes; Fogo de artifício** Içar a bandeira e fanfarra na CMA
	10.00 h	Estafeta «25 de Abril» Manhã infantil — actividades lúdo-expressivas no Parque Central Concerto pela Banda da SFCIA e cerimónia de entrega dos instrumentos musicais.
	11.000 h	Sarau de ginástica no Parque Central
	11.45 h	**Homenagem do Município da Amadora a Roque Gameiro**
26, 27, 28 e 29.04	18.30 h	«Venha Conhecer a Biblioteca» Animação na Biblioteca Municipal
30.04	21.30 h	Café-Concerto na Galeria Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDUSTRIAS QUIMICAS DO SUL

25 DE ABRIL SEMPRE!

Foi a Revolução do 25 de Abril que permitiu em Portugal a implantação do Regime Democrático ou Constitucional, consagrado na Constituição da República, que é sem sombra de dúvidas a mais progressista da Europa Capitalista, onde estão consagrados como Direitos fundamentais de todos os portugueses:

O pleno Direito de Igualdade, as Liberdades Sindicais, Políticas e Religiosas, as Nacionalizações, a Reforma Agrária, o Controlo de Gestão por parte dos trabalhadores nas empresas.

A Constituição da República é assim o principal instrumento que garante a eficácia das transformações políticas, económicas e sociais e os Direitos dos trabalhadores o principal obstáculo às tentativas de subverter o Regime Democrático.

O S.T.I.Q.S., em nome dos trabalhadores Químicos, saúda os heróicos Militares, todos os Democratas e Antifascistas obreiros do 25 de Abril!

E neste momento em que se pretende negociar a Revisão da Constituição, entendemos por necessário reafirmar: que de acordo com os preceitos constitucionais, rever a Constituição significa introduzir-lhe alterações «mediante as substituições, as supressões e os aditamentos necessários» (artigo 289.° da C.R.P.) no respeito pelos seus limites formais e materiais consagrados no Art.° 290.°.

São conhecidos desde há muito os objectivos e a vontade do grande patronato e das forças de direita, não em introduzir ligeiras alterações ou aperfeiçoar a actual Constituição mas substituí-la por uma outra substancialmente diferente. No fundo, há vários anos que as forças de direita procuram efectuar um «ajuste de contas» com o próprio 25 de Abril.

Hoje não basta apenas reclamarmo-nos da Defesa da Constituição e das conquistas que ela consagra no domínio dos Direitos fundamentais.

Importa sobretudo exigir a sua realização efectiva, fazer respeitar e observar os direitos de Liberdade, exigir o cumprimento e a realização dos direitos económicos, sociais e culturais. E não podemos deixar de ter como extremamente preocupante o défice de realização e garantia efectiva dos direitos fundamentais.

Hoje sem o Pacote Laboral aprovado: já **o Direito ao trabalho** é para centenas de milhares de desempregados, apenas o direito de o procurar; **o Direito ao salário** continua a ser para muitos trabalhadores, o Direito de trabalhar sem receber; **o Direito ao 1.° emprego dos jovens** é apenas para os cerca de 250 000 o direito de serem desempregados; o pleno Direito **de igualdade para a Mulher** é apenas o direito de serem as primeiras a serem despedidas e de auferirem os salários mais baixos como trabalhadores; **o Direito à saúde**, um privilégio de poucos; **o Direito ao ensino**, uma triste realidade para centenas de milhares de crianças e jovens, onde o direito de aprender foi trocado pela necessidade de trabalhar; **o Direito à habitação**, uma dramática carência para mais de 800 000 famílias.

O que nã seria no futuro se a Constituição viesse a ser alterada, por nós tudo faremos para a defender e fazer cumprir.

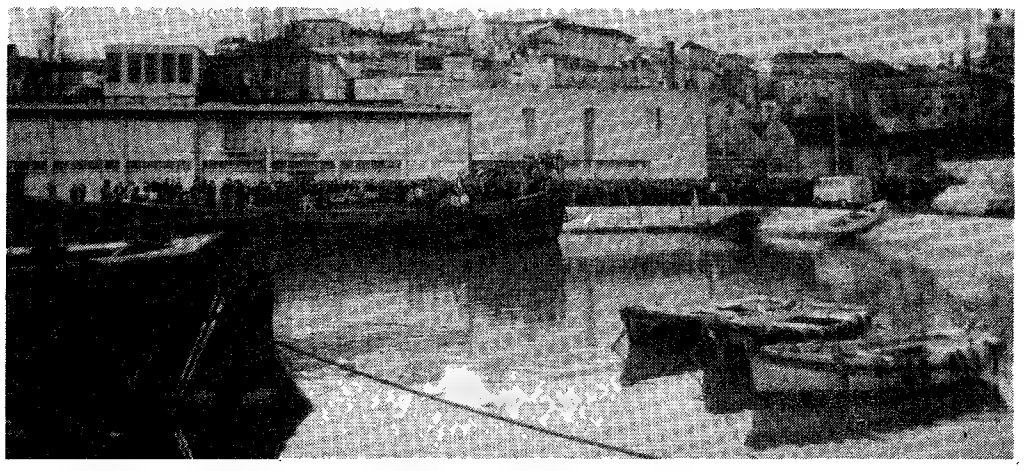
Neste 25 de Abril de 1988, depois da realização da histórica Greve Geral de 28 de Março, os trabalhadores portugueses têm responsabilidades acrescidas nas comemorações do 1.° de Maio.

O S.T.I.Q.S. saúda todos os trabalhadores do sector e, contra o Pacote Laboral do Governo Cavaco Silva, apela a sua participação em unidade nas comemorações e manifestações do 25 de Abril e 1.° de Maio.

– VIVA O 25 DE ABRIL!
– VIVA O 1.° DE AMIO!
– VIVAM OS TRABALHADORES!

20.04.88

A DIRECÇÃO



Mestre "Zé Lopes" propõe-se salvá-los

ÚLTIMOS BARCOS DO TEJO: MORIBUNDOS, MAS NÃO MORTOS

Júlio Rodrigues

«Os últimos barcos do Tejo estão moribundos, mas ainda não morreram, ainda não estão mortos. E, o que é mais importante, pelo menos aqui, há quem os queira salvar.» Aqui, para quem não sabe, no Gaio do Rosário, concelho da Moita do Ribatejo. No estaleiro de Zé Lopes, que não é — evidentemente — um cemitério. Mas perto há barcos irrecuperáveis. Mestre Zé Lopes sentencia: «Isto é uma tristeza. O progresso matou a actividade destes barcos que estão para aí a apodrecer na lama.»

A recuperação dos barcos que outrora sulcavam o Tejo em actividades diversas, sem nada a ver com o transporte de passageiros, é uma preocupação que desabrochou há bem poucos anos. Foi sobretudo a partir de 1985 que se começou a falar, entre nós, com mais insistência, de património. Poucas eram as pessoas que dele falavam ou aludiam a ecossistemas. Foi a sul do Tejo que um e outro termo apareceram em força. Ainda se não fez, a propósito, a homenagem que António Nabais, historiador e museólogo — e nesta última condição responsável pela organização de diversos museus por todo o País e em especial na área do Tejo —, bem merece e que, por certo, abrangerá o Cartaxo e o Seixal, pois são da sua concepção o Museu Rural e do Vinho do concelho do Cartaxo e o Ecomuseu Municipal do Seixal.

Zé Lopes é um amigo que com ele tem — como diz — aprendido muito, juntando a sua experiência e mãos à nova visão das coisas que António Nabais lhe expõe. Entre ambos estabeleceram-se laços importantes que envolvem também a Associação dos Amigos do Tejo, entidade preocupada com a recuperação dos últimos barcos do Tejo.

Carlos Salgado, secretário-geral da AAT, explica ao «DL» a razão de ser desta atitude: «Ao princípio, quando ainda estavam em bom estado e os portugueses quase se não davam conta da sua história, foram os estrangeiros que os mandaram reparar, aqui, no Rosário, ou noutros sítios ribeirinhos, levando-os para as suas terras, com algumas excepções. Hoje isso não é bem assim, porque também nós estamos preocupados com esse problema», acrescenta.

Fragata ou varino: milhares de contos

A recuperação de uma fragata ou de um varino, barcos que há vinte anos imperavam no Tejo entre Vila Franca e Seixal/Alcochete, custa hoje em dia alguns milhares de contos, dependendo esse montante do seu maior ou menor estado de degradação.

«Estamos preocupados, como defensores do património do Tejo, com a ameaça que paira sobre essas embarcações — fragatas e varinos — com a perspectiva do fim iminente dessas embarcações que encheram o Tejo há alguns anos e que hoje acabam os seus dias vazadas na lama, num verdadeiro cemitério que em alguns casos até se torna incómodo para a própria navegação» — ponderou-nos aquele dirigente da Associação dos Amigos do Tejo.

A AAT louva a Câmara Municipal da Moita por ser a pioneira deste tipo de acção. Pródigo no reconhecimento, Carlos Salgado frisa o facto de ser na área daquele município que se encontra a maior parte dos cascos e carcaças de barcos a recuperar e a garantia que lhe foi prestada pela vereadora da Cultura, Fernanda Gaspar, de que tomaria a seu cargo não só o inventário de todos os barcos nessas condições, como também a sua protecção, de modo a assegurar a possibilidade de os recuperar. Ainda Carlos Salgado: «A Câmara Municipal da Moita pretende assim mostrar à geração presente e aos vindouros o tipo de barcos que foram o ganha-pão dos seus antepassados».

Museus vivos para turismo

Tais barcos têm para já um destino, se outros não houver e, claro, se se concretizarem os projectos da AAT: sulcar de novo o Tejo, atracarem em qualquer ponto, pelo rio arriba, constituindo museus vivos. Uma nova forma, segundo Carlos Salgado, de promover o nosso turismo, tão rico de potencialidades inexploradas — de que esta é apenas uma delas.

Recuperá-los, com o apoio dos responsáveis de ambos os sectores (Cultura e Turismo) é a palavra de ordem e, como acima se diz, especialista para isso não falta: Zé Lopes, mestre nestas andanças, está à frente do único estaleiro capaz de o fazer. Ele é dono do estaleiro de recuperação de barcos tradicionais do Gaio do Rosário, onde se vai por um barco e se come das melhores sopas de peixe ribeirinho.

Zé Lopes está receptivo a tudo quanto respeite à recuperação de barcos tradicionais do Gaio do Rosário, onde se vai por um barco e se come das melhores sopas de peixe ribeirinho.

Zé Lopes está receptivo a tudo quanto respeite à recuperação dos barcos tradicionais do Tejo, razão por que quer que outros não deixem morrer a sua arte, nesse sentido, tem em marcha um curso de formação de carpinteiros de machado, calafates e pintores, em associação com a AAT, curso esse aprovado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Abrimos os olhos com os estrangeiros

Outros tempos, os de ontem, que Zé Lopes aqui recorda, quando o estaleiro de seu pai não tinha mãos a medir na construção e reparação de fragatas, varinos, botes, faluas e canoas.

Diz ele: «Tínhamos cá, em média, trinta homens, entre carpinteiros, calafates, pintores e aprendizes. Havia gente com fartura. Tudo isso acabou e hoje os cascos dos poucos barcos que ainda existem apodrecem para aí. Se não fossem os estrangeiros, e agora também os Amigos do Tejo, isto estava tudo na miséria. Eles, estrangeiros, abriram-nos os olhos», sublinha.

Justiça seja feita: a Câmara Municipal da Moita mandou reconstruir ali alguns e a do Seixal recuperar outros. «Devia haver maior interesse pela sua recuperação», opina Mestre Zé Lopes, «e ser, até, o Estado a interessar-se por isso, enquanto é tempo. Ora se são os estrangeiros os primeiros a reconhecer o valor deles, por que razão nós, portugueses, o não fazemos há mais tempo?», acrescentou, deixando a dúvida.

Carpinteiro naval, dizem que «bom mestre» (é a opinião geral na Moita e terras em volta), pintor artístico de reconhecidos méritos, Zé Lopes diz que a construção de barcos é rara (só quando uma câmara faz tal encomenda) e que no estaleiro se fazem, sobretudo, velas para canoas particulares.

O testemunho de Lina Magaia sobre as actividades da RENAMO

MOÇAMBICANA DIVULGOU NOS EUA "HISTÓRIAS TRÁGICAS DO BANDITISMO"

Manuel Geraldo

«Dumba Nengue: histórias trágicas do banditismo em Moçambique» é um livro de Lina Magaia, agora publicado nos EUA pela «Africa World Press», com prefácio do jornalista e sociólogo Allen Isaacman. De passagem por Lisboa, vinda de Nova Iorque, onde esteve presente ao lançamento de «Dumba Nengue», a autora, que cursou Económicas em Portugal na década de sessenta, antes de aderir á Frelimo, revelou ao «DL» ter sido o assassínio, a que assistiu, pelos «bandidos armados» da Renamo, em 23 de Maio de 1985, de uma criança de oito anos, Sonyka, com a idade de um dos seus três filhos, que a motivou a escrever este livro dedicado «á memória do Presidente Samora Machel, que amava o Homem, o seu Povo, a Paz e as flores» e dos seus pais «que lhe ensinaram a Liberdade e a Justiça».

Referiu-nos Lina Magaia que «foi a partir da morte da pequena Sonyka que passou a desejar ver os «bandidos armados» para conhecê-los e compreendê-los, pois ouvira contar coisas, mas pensara que houvesse um certo exagero, pois não era de homens o que se dizia».

«Quando foi de Wiriamu, Inhaminga, Nyazónia — recordou Lina Magaia — fui dizendo para comigo que talvez assim tivesse acontecido porque uns eram estrangeiros colonialistas e outros eram estrangeiros á Pátria. Mas estes que são filhos da Manhiça, de Inhambane, de Sofala... de Moçambique? Mas acabei por ver os filhos do meu povo esventrados, rasgados com baionetas ou de cabeças rebentadas com tiros certeiros».

Perguntámos a Lina Magaia se entende que neste momento existe em Moçambique uma guerra civil. A sua resposta: «Guerra civil? As guerras civis, ou não, fazem-se entre contingentes armados. Não é isto que se passa em Moçambique. Em Moçambique não há guerra civil: há um genocídio praticado por homens armados contra populações indefesas. Contra camponeses. Há aquilo que foi feito por técnicas científicas contra milhões de pessoas nos anos quarenta e sob o comando de Hitler e que o Mundo condenou».

E Lina Magaia contou-nos um episódio ocorrido recentemente, para fundamentar a sua posição: «Do Malawi foi noticiado que os resistentes» da Renamo tomaram cidades no centro de Moçambique. Ao mesmo tempo foi noticiado que mais de quarenta mil pessoas tinham sido albergadas em território malawiano. Albergaram-se a fugir de quê? De que têm medo? De que fogem quando o «libertador» ocupa o solo onde viviam e produziam? É por lhe terem amor? É por terem confiança e esperança no bem que essa ocupação lhe conferirá? Por que fugiram então? Não será esta atitude uma demonstração clara do repúdio que têm pelos assassinos?»

Uma das narrativas de «Dumba Nengue»

«A Menina que nem sonhos tinha», é uma das narrativas insertas em «Dumba Nengue», que passamos a transcrever, dado que pelo seu significado e valor documental ilustra o espírito do livro de Lina Magaia: «Foi de noite. É como sempre acontece. Como corujas ou hienas, os bandidos atacaram. Foi numa aldeia pelos lados de Taninga. E roubaram, raptaram, obrigaram os próprios roubados a carregar a sua comida, os seus rádios, as suas pilhas, o seu suor no trabalho do campo ou nas minas do «joni», donde muitas das coisas roubadas provinham.

«Entre os raptados, mulheres grávidas e crianças de tenra idade, uma menininha de oito anos.

«Como é seu hábito, obrigaram as pessoas a andar, andar, carregadas que nem burros de carga, sem repouso, e quando alguém não aguentasse e caísse ficava lá onde caíra para sempre, esventrado ou degolado por uma baioneta. Foram dois os homens que caíram desta maneira. E as pessoas esforçavam-se por andar, aguentar.

Porque de noite só os bandidos conheciam os caminhos. Porque com muitas idas e voltas ao mesmo tempo, só eles podiam determinar o objectivo. E as horas passaram e a madrugada chegou e fez-se paragem.

«Descarregou-se a carga e escolheram-se os que podiam regressar e os que deviam continuar. Dos que continuavam, muitos eram jovens dos doze aos quinze anos, cujo destino era a escola da matança porque deles se fazem bandidos, armados depois de treino e envenenamento da consciência. Outras eram menininhas de 10 a 14 anos, que passariam a mulheres, violadas pelos bandidos, outras eram mulheres roubadas aos maridos e aos filhos.

«O bandido-chefe do grupo, para demonstrar aos que iam regressar qual o destino das menininhas, escolheu uma, aquela com menos de oito anos de idade e aí em frente de todos, pretendeu usá-la sexualmente. A vagina da criança era pequenina como o seu tamanho. Não conseguiu penetrar. E porque queria, pegou numa navalha e aumentou o tamanho com um rasgão violento e a sangue-frio. Usou-a em sangue. A criança morreu.

No prefácio que escreveu para «Dumba Nengue», Allen Isaacman faz uma bem documentada resenha histórica sobre a luta do povo moçambicano contra o colonialismo português e da tragédia que se seguiu após a independência com o aparecimento da Renamo, apoiada pela África do Sul, recordando, a propósito, que só em 1985 cerca de 1800 escolas foram destruídas, com prejuízo para 313 mil estudantes, e que desde o início das hostilidades 325 mil crianças foram assassinadas.

Libelo dramático sobre a situação actualmente vivida em Moçambique, «Dumba Nengue» despertou o interesse da crítica e do público norte-americano, sobretudo no seio da influente e numerosa comunidade negra, estando já marcado para o início de 1989 o lançamento nos EUA de um novo livro de Lina Magaia sobre o mesmo tema intitulado «O Duplo Massacre em Moçambique».

CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA

PROGRAMA - 25 ABRIL

00 horas - Queima de fogo, seguida de baile.

8 horas - Içar da bandeira nos Paços do Concelho com a fanfarra do corpo dos Bombeiros de Borba.

10.30 horas - Provas de Atletismo e ciclismo.

15.00 horas - Exibição de filmes para jovens no Cine-Teatro Municipal.

16.00 horas - Exibição do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Orada e Beneatel.

25Abril SEMPRE !

25 DE ABRIL DE 1988

MANIFESTO

Passaram já 14 anos sobre a madrugada libertadora.

Primeiro a iniciativa dos capitães, depois o envolvimento de todo o Povo - e o fascismo era derrubado, a liberdade triunfara.

Passados que estão estes catorze anos sobre a revolução dos cravos, o espírito de Abril continua bem vivo no seio do Povo Português.

Nem sempre o percurso do processo revolucionário tem sido rectilíneo. A luta tem sido permanentemente dura sem nos deixar espaço para pausadamente sorver as tão grandes transformações adquiridas com a instauração da Democracia.

É verdade que hoje são ainda muitos os trabalhadores sem salário ou sem emprego. Hoje são ainda demasiadas as famílias sem lar e muitos os portugueses que continuam sem ter condições de vida dignas. Mas também é verdade que não existem melhores condições do que as que a Liberdade e a Democracia proporcionam à luta e ao trabalho por maior justiça social.

As grandes conquistas da Revolução de Abril continuam connosco - a Liberdade, a Democracia, a Reforma Agrária e o Poder Local são experiência do nosso dia a dia.

Estamos contudo, e de novo, num período particularmente difícil do nosso processo democrático. Mas não podemos aceitar que em nome da Democracia se utilize a prepotência, se abandone o diálogo, se semeie a desestabilização e se multiplique a arrogância. Não podemos aceitar que à sombra da "modernização" e da adesão à CEE se propagandeie a insegurança e o desemprego. Nem que em nome de uma pretensa "economia" se faça uma política de saúde cada vez mais inacessível para a maioria. Nem que em nome da segurança e da paz se invista no armamento.

As comemorações de Abril de 1988 terão que ser mais um vigoroso NÃO à política anti-Abril.

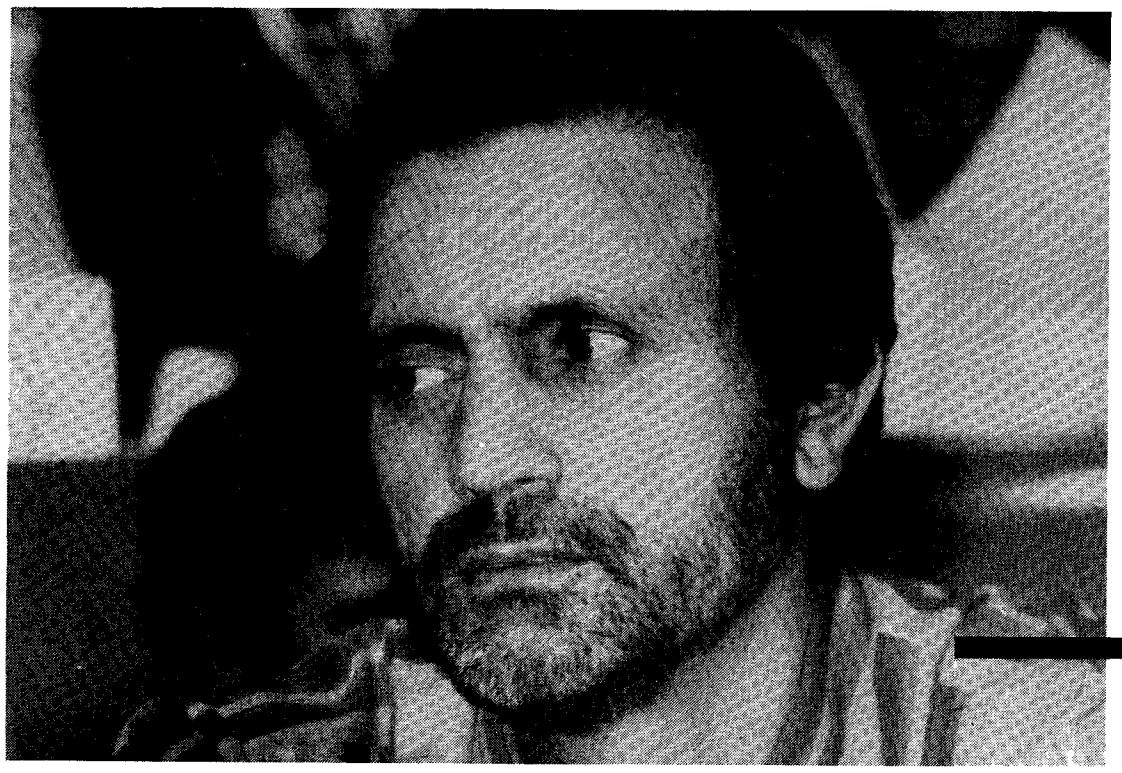
Participar nas várias iniciativas em curso em todas as Freguesias e integrar a concentração/desfile que na tarde de 25 de Abril, a partir das 14,30 h, se desenrolará nas ruas de Vila Franca de Xira, será a demonstração inequívoca de que rejeitamos a política de confrontação, confiamos em Abril e estamos determinados na defesa e na construção dos seus ideais.

Nesta convicção, os representantes das Autarquias, Colectividades, Comissões de Moradores, Sindicatos e outras associações, reunidos a 18 de Março de 1988, no Salão do Arquivo Municipal apelam à participação de toda a população nas comemorações do 25 de Abril.

25 DE ABRIL - LIBERDADE SEMPRE

A Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira



Os sindicatos encontram-se agora, 14 anos após o 25 de Abril, per
Revolução: o pacote laboral recentemente aprovado na Assembleia
dos direitos e interesses dos trabalhadores que representam. Dep
portuguesas — UTG e CGTP — admitem, pela primeira vez, a
trabalhadores sejam postos em causa. A greve geral de 28 de M
consciencialização do que as espera — se quiserem cumprir o seu
porque só com a convergência na luta conseguirão atingir os seus ob
no mesmo sentido: já não basta reivindicar melhores salários e con
amplos, de participar na definição das políticas económicas e social
voz de José Luís Judas, mantém-se crítico, mas mais comedido. O da
Manuel Torres Couto é, pelo contrário, de maior firmeza em rela
secretário-g

JOSÉ LUÍS JUDAS

TC

Este é o momento mais difícil do movimento sindical português

«Poucos são os movimentos sindicais que, como o português, tiveram a possibilidade de agir em situações tão diferentes: a repressão desencadeada pela sua oposição ao regime, a euforia do 25 de Abril e a consolidação da democracia. Sem a acção dos sindicatos na consolidação da Revolução e da democracia, esta estava condenada a ser um golpe de Estado». Desta forma define José Luís Judas o papel do sindicalismo em Portugal, tendo como marco a Revolução de Abril. Para este sindicalista da CGTP, o movimento sindical vive actualmente o seu momento mais difícil após a conquista da liberdade, devido às condições políticas, sociais e sindicais. «Ao contrário dos anos iniciais após a Revolução, em que a nossa luta era de reivindicações salariais e de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, hoje o nosso papel é de lutar pelo direito ao trabalho», afirma, acrescentando: «Este projecto-lei laboral, ao tentar reprimir o papel dos sindicatos, acabou por resultar no contrário. A prova está na adesão à greve geral».

«Aquilo que caracterizou o sindicalismo antes do 25 de Abril foi a lei corporativa. Não era clandestino, mas semi-legal, o que levou os sindicalistas a aproveitar as condições legais para subverter e criar a agitação nas massas. O grande objectivo era pôr o regime em causa», refere José Luís Judas sobre o sindicalismo no tempo do fascismo.

Em 1933, com a aprovação da Constituição de Salazar e do Estatuto do Trabalho Nacional, que regulamentava o trabalho e os sindicatos em Portugal, da responsabilidade de Teotónio Pereira, os sindicatos passaram para a alçada do Estado.

A nova legislação corporativa proibia, entre outras coisas, o direito à greve e a dissolução de todos os sindicatos que não alterassem os seus estatutos e obtivessem a aprovação do sub-secretário de Estado das Corporações. Tratava-se, no fundo, de uma cópia da «Carta del Lavoro» de Mussolini.

Para simbolicamente demonstrar a recusa a tal sistema, dá-se a revolta da Marinha Grande, prova evidente da resistência dos sindicalistas.

Posteriormente, os sindicalistas portugueses dividiram-se em diferentes teses. «Enquanto anarquistas e socialistas consideravam que estar nos sindicatos fascistas era colaborar com o regime, o PCP, e não só em Portugal mas a nível internacional, defendeu a filosofia de que os sindicalistas deviam estar onde estavam as massas, portanto, nos sindicatos», afirma José Luís Judas, acrescentando: «Até 1969, apenas os comunistas tinham esta posição. Exemplo desse tempo é o corticeiro José Vitoriano».

Bancários, comércio e metalúrgicos à frente do movimento sindical

As eleições de 1969 marcam uma data importante no movimento sindical português. Nessa altura, «toda a oposição se organizou, o que permitiu um debate interessante e, de uma forma unânime, todos entenderam que se devia participar nos sindicatos».

Essa decisão levou muitos trabalhadores a entrarem para os sindicatos, regidos pelo Estado, em que as direcções tinham de ter a aprovação do regime. «Essa dinâmica levou à constituição, em 1970, da Intersindical e, em 1972, com o endurecimento marcelista, muitos camaradas foram presos e a repressão recomeçou».

De 1969 a 1974, as acções mais importantes deram-se no sector dos metalúrgicos, nos bancários, com a luta pela liberdade sindical que levou à prisão de Daniel Cabrita, e a luta pelo horário de 40 horas desencadeada pelos trabalhadores do comércio.

Antes disso várias etapas marcaram o movimento sindical: a divisão da classe operária, a Guerra Civil de Espanha, com muitos trabalhadores sindicalistas a irem engrossar as hostes espanholas da resistência a Franco, e a II Grande Guerra.

Também o processo de revolta que se desencadeou entre 1960 e 1963, de carácter político, e as lutas estudantis acabaram por se repercutir no movimento sindical. «Mas sem dúvida que a convergência de todos os democratas em 1969 foi o passo mais significativo».

«Quando o 25 de Abril se dá, apanha na prisão um conjunto de democratas, presos devido à preparação das comemorações do 1º de Maio que se aproximava. Aliás, os meses que antecederam o 25 de Abril foram caracterizados por greves».

«A luta contra o fascismo trouxe como experiência a capacidade de lutar em unidade. Antes da Primeira República, o movimento sindical era unitário, tradição que se desenvolveu durante o período fascista», refere Judas.

O dia 26 de Abril

Para o movimento sindical, a Revolução marca a ruptura com a ausência de liberdade. «Logo no dia 26 de Abril, a iniciativa, de certa forma espontânea, de ocupação pelos trabalhadores dos sindicatos que ainda estavam nas mãos do anterior regime foi decisiva. Foi uma resolução tomada à porta de Caxias enquanto se esperava a saída dos presos políticos, como aconteceu no meu caso no Sindicato dos Escritórios, mas que abrangeu também outras classes, como a dos médicos. Estas acções foram a primeira grande iniciativa que levou a que a Revolução fosse mesmo uma revolução, e não só um golpe de Estado», recorda aquele sindicalista da CGTP.

«O que fizemos no dia 26 foi resolvermos: ou os trabalhadores intervinham na consolidação da Revolução e da democracia, ou ela estava condenada a não passar de um golpe de poder».

Segundo Judas, «a fórmula política povo-MFA é influenciada pelos sindicatos. A CGTP toma logo a condução do 1º de Maio, o que representou, não na lei mas de facto, a consagração da liberdade sindical. A partir daí, dá-se a explosão de outros direitos, como o da greve. Sem a liberdade sindical, o 25 de Abril não teria tido o mesmo significado. Esta acção acabou por impulsionar as reformas que se deram, como a económica. Claro que a posição dos democratas e do MFA também contribuiu, mas a dos sindicatos foi fundamental».

A defesa de Abril

No período conturbado de 1975/76, «as conquistas do 25 de Abril foram defendidas pelo movimento sindical. Ele foi um dos pilares essenciais de resistência às tentativas que se fizeram de pôr em causa o que se tinha conquistado. Se passados 14 anos estamos numa democracia ampla e com uma estrutura produtiva democrática, em que os meios de produção mais importantes não estão nas mãos de particulares, isso deve-se ao movimento sindical», defende o membro da Comissão Executiva da CGTP.

Hoje vive-se um momento de grandes mudanças nos meios de produção, com fenómenos de natureza social como o desemprego e a precarização do emprego que, para Judas, «assumem contornos do capitalismo, o que significa o contrário dos anos iniciais após o 25 de Abril. Nessa data, a nossa luta era de reivindicações salariais e melhoria das condições de vida dos trabalhadores; hoje, o nosso papel é lutar pelo direito ao trabalho».

«Na última década assistiu-se por toda a Europa e nos Estados Unidos a uma grande ofensiva do patronato, mesmo em países como a Inglaterra, onde os sindicatos têm a dignidade de instituições, chegando-se ao ponto de se pôr em causa a continuação — ou não — da existência de sindicatos», diz José Luís Judas.

«Em causa está a reconversão da indústria, a introdução de novas tecnologias, etc. Em nosso entender, essas razões não põem em

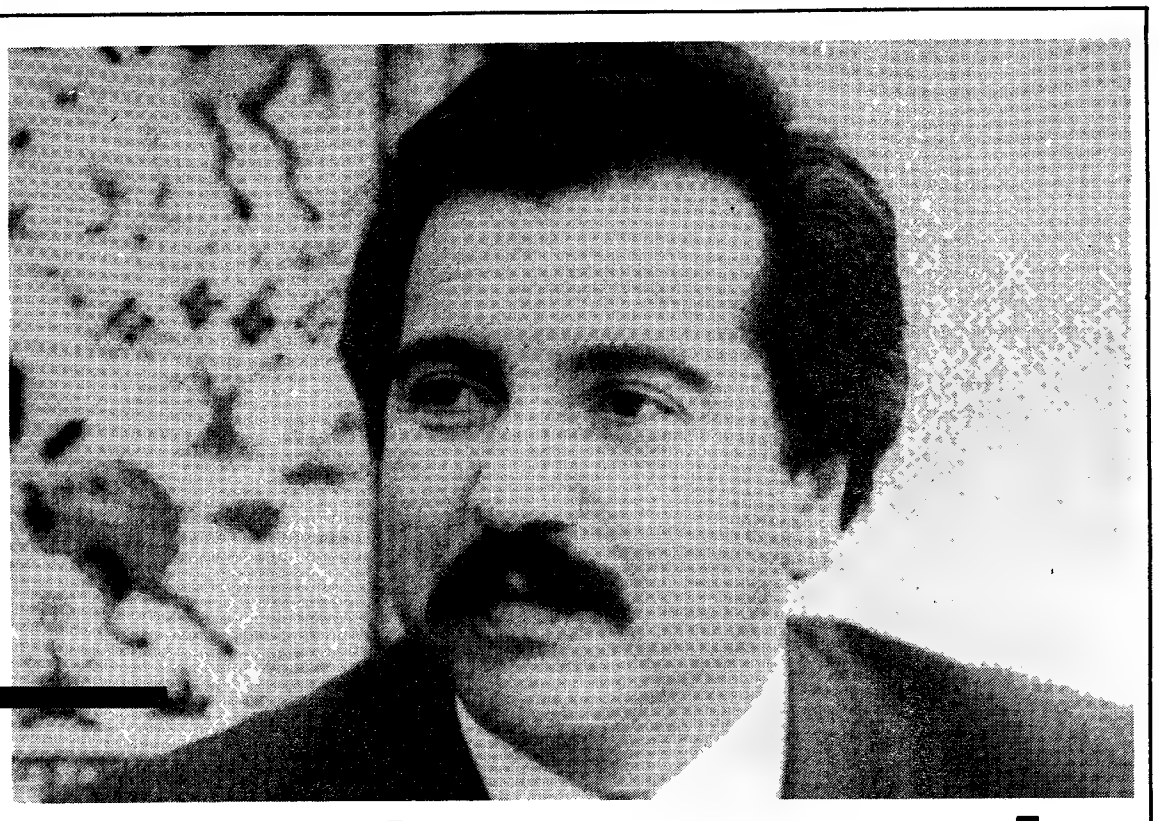
Continua na pág. 18

A convergência estratégi
centrais sindicais para a re
geral teve como base «a po
Governo que, por ser contrá
trabalhadores, os unificou
acção não é só entre trabalh
comunistas, mas tamb
democratas

«Verbero o comportamento d
sindicais ligados ao partido
assumiram posições a[illegible]i-si
esta crítica é hoje assumida
maioria dos trabalhadores p
na UGT».

il, perante a mais grave ofensiva aos valores conquistados com a ıbleia da República restringe-lhes o poder reivindicativo na defesa n. Depois de anos de costas voltadas, as duas centrais sindicais vez, a unidade táctica na acção, sempre que os interesses dos 8 de Março é um marco histórico na vida das duas centrais: a r o seu dever — levam-nas ao comedimento nas críticas mútuas, eus objectivos. Os seus discursos, embora diferentes, apontam hoje e condições de vida, é necessário ter objectivos mais profundos e sociais do país. O discurso da CGTP-Intersindical Nacional, pela . O da União Geral de Trabalhadores, através das palavras de José m relação às posições assumidas até aqui pela central de que é ário-geral.

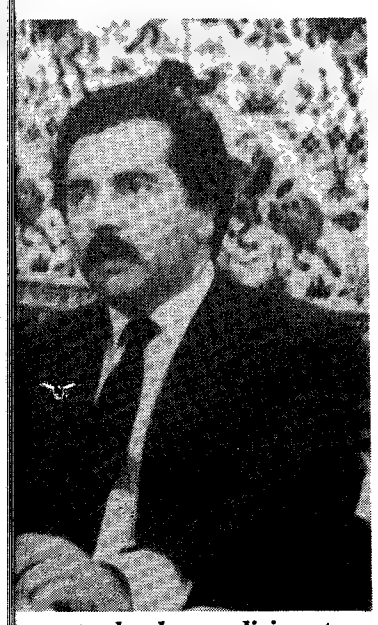
Elsa Andrade



JOSÉ MANUEL TORRES COUTO

Os sindicatos estão obrigados a responder aos ventos do liberalismo selvagem

stratégica entre as duas ara a realização da greve se «a política de direita do r contrária aos direitos dos unificou. E a unidade na trabalhadores socialistas e as também de social-nocratas».



amento de alguns dirigentes o partido do Governo, que s anti-sindicais. Penso que ssumida pela esmagadora adores portugueses filiados a UGT».

«Apesar da importância do passado do movimento operário, o que me preocupa hoje é o seu futuro», afirma Torres Couto sobre o sindicalismo português. Do passado ficou a experiência. Daqui para a frente, e num quadro democrático, interessa, para o secretário-geral da UGT, «o desafio da adaptabilidade do movimento sindical a este mundo em transformação, entendido num sentido tecnológico e também de especialização e internacionalização das economias, que tem de ser vencido numa articulação perfeita entre a criatividade, a firmeza e a defesa dos valores tradicionais que são património do movimento sindical. E isto obriga-nos a responder a estes ventos do neo-liberalismo e do liberalismo selvagem compatibilizando a ideologia própria do exercício da actividade sindical com o realismo que o mundo moderno nos impõe, mas sem qualquer apriorismo ideológico ou dogmatismo».

«O movimento sindical antes do 25 de Abril era assumido numa dupla perspectiva: havia o sindicalismo corporativo controlado pelo Estado, numa obediência rigorosa à lógica fascista. E havia a resistência sindical, feita por inúmeros democratas, que esteve na origem da Intersindical Nacional». Desta forma caracteriza Torres Couto o movimento sindical português no tempo do fascismo.

«O 25 de Abril, ao restituir a liberdade e a democracia ao povo português, criou as condições para a existência de um sindicalismo reivindicativo emanando da vontade dos trabalhadores. Penso que hoje, no final do século e num país da CEE, as diferentes perspectivas estratégicas dos movimentos que existiam no sindicalismo interessarão mais a quem se preocupa com questões históricas ligadas ao movimento operário, dado que nem ilações nem interpretações interessa fazer, porque hoje tudo é diferente: vivemos em democracia, o movimento sindical é de luta e é protagonista devido ao facto das duas centrais estarem num órgão de concertação social», acrescenta.

Para o secretário-geral da UGT, hoje interessa «aprofundar a democracia, lutar pelo reforço dos trabalhadores nas tomadas de decisão nas áreas e assuntos que, directa ou indirectamente, lhe dizem respeito. Por conseguinte, o que hoje se discute no movimento sindical europeu é o exercício pleno da liberdade sindical, que não se pode confundir com questões de ordem dogmática, como aquelas que ainda há pouco tempo se colocavam com os problemas de unidade/unicidade».

Unidade na acção quando possível

Referindo-se à unidade na acção do movimento sindical, como aconteceu recentemente com as reivindicações salariais em várias empresas e que culminou na greve geral contra o pacote laboral, Torres Couto afirmou-nos: «Uma coisa é unidade na acção do movimento sindical sempre que seja necessária e possível, outra é a unidade orgânica. E 28 de Março provou que não é preciso haver unidade orgânica para que, na acção, os trabalhadores se unam quando os seus interesses e direitos estão ameaçados».

Privilegiando a acção futura dos sindicatos e os perigos com que são confrontados, o representante da UGT interpreta deste modo o cenário actual: «14 anos após o 25 de Abril, temos o movimento sindical organizado em torno de duas centrais sindicais — a UGT e a CGTP —, um movimento sindical prestigiado aos olhos dos trabalhadores, reforçado e com uma expressão substancialmente mais forte e importante do que noutros países da Europa».

«Assim se provou que a divisão sindical, quando assumida de uma forma responsável, balizando perpectivas e projectos diferentes mas sindicais, não tem as consequências negativas que há um bom par de anos alguns semeadores de ventos sublinhavam, professando tempestades gravosas para os trabalhadores».

«O futuro é que me preocupa»

Para Torres Couto, o actual quadro político e social dificulta a actividade sindical, mas sublinha que «dificuldades existiram sempre e existem em tudo o que seja o desenvolvimento de um processo democrático. Obstáculos terá sempre o movimento sindical, e muitos, para ultrapassar. Mas quanto aos comportamentos presentes e futuros, também 28 de Março foi um exemplo e uma prova evidente de que a unidade na acção, ou a convergência táctica entre organizações sindicais distintas, aparece sem grandes dificuldades nos momentos decisivos».

«O que me preocupa hoje é o futuro do movimento sindical. Futuro que, com as mutações tecnológicas e as alterações profundas introduzidas no mercado de trabalho, exigirá dos sindicatos um sem número de posições que terão de ser norteadas por uma grande firmeza, mas também por uma grande inteligência», reflete Torres Couto.

Para aquele sindicalista, «o desafio da adaptabilidade do movimento sindical a este mundo em profunda transformação, entendida num sentido tecnológico e da especialização e internacionalização das economias, tem que ser vencido numa articulação perfeita entre a criatividade, a firmeza e a defesa dos valores tradicionais que são património do movimento sindical».

«E isto obriga-nos a responder a estes novos ventos do neo-liberalismo e do liberalismo selvagem compatibilizando a ideologia própria do exercício sindical com o realismo que o mundo moderno nos impõe, mas sem qualquer apriorismo ideológico ou dogmatismo. Num mundo em mudança, o sindicalismo também tem que estar em mudança», refere.

Perante a actual situação laboral e o agravamento que se adivinha, Torres Couto é explícito ao definir qual o papel que caberá aos sindicatos: «Não é só lutar pelas condições de vida dos trabalhadores, mas fundamentalmente protagonizarem todas as mudanças, ganhando espaços de intervenção na sociedade, ganhando espaço de negociação, informando e formando os trabalhadores e a opinião pública através de uma verdadeira pedagogia do que tem de ser a resposta do sindicalismo moderno perante as armadilhas e as vicissitudes montadas e criadas a todo o momento por uma nova direita vestida com uma roupagem democrática, que baliza os seus comportamentos por uma arrogância, autoritarismo e um sem número de concepções de ordem económica de cariz totalmente desumanizado».

O homem é mais importante do que o lucro

A resposta do movimento sindical moderno está, segundo Torres Couto, «em saber demonstrar que, apesar das interdependências — nomeadamente as de ordem económica — que hoje se colocam no concerto das nações, o homem e a mulher são mais importantes do que o lucro. Têm de ser actores com um papel dignificado em todas as reformas, porque não haverá reformas credíveis e positivas se não forem eivadas de um profundo humanismo».

Com o mesmo discurso que tem caracterizado a UGT, o seu secretário-geral defende o diálogo e a concertação à ruptura entre as partes interessadas nas reformas necessárias à modernização da sociedade portuguesa. Mas adverte:

«A imposição do 'quero, posso e mando', a subalternização dos agentes, quer sejam económicos ou sociais, poderá levar à ruptura, apesar de apresentado com muitos rótulos e bonitas embalagens. O movimento sindical não tem vivido momentos fáceis, mas obvia-

Continua na pág. 19

PLANIFIC

PLANIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONTABILIDADES, LDA.

Execução de

Contabilidade Geral
Analítica e de Gestão

Rua Diogo Tomé, 32-1.º • ☎ 2 57 55
PORTIMÃO

Acções conjuntas UGT/CGTP não estão

Continuação da pág. 16

causa a continuação do movimento sindical, antes pelo contrário. Os sindicatos passam é a ter objectivos mais amplos e profundos. Já não basta reivindicar salários e melhores condições de vida. Trata-se, agora e no futuro, de os sindicatos participarem na definição das políticas económicas e sociais», defende o sindicalista.

Dando como exemplo os países da CEE, prossegue: «aí, onde os sindicatos tinham um papel menos importante do que o que deveriam ter, chegou-se à conclusão de que se deveria negociar com eles numa perspectiva mais ampla, que passa pela sua participação nos problemas de reconversão do sector produtivo».

Judas critica os sindicatos por não terem percebido, em determinada altura, «que deviam intervir nas associações técnico-profissionais que floresceram, como é o caso dos informáticos ou contabilistas. Não entenderam que para a defesa dos interessses dos trabalhadores é fundamental salvaguardar as suas preocupações de formação profissional. Isso demonstrou um certo atraso do movimento sindical em compreender a dimensão dos fenómenos sociais».

«Pacote não é sentença de morte para os sindicatos»

Em Portugal, vive-se neste momento uma situação de precarização do emprego o que é, à partida, razão suficiente para restringir a participação dos trabalhadores em estruturas e acções sindicais.

Para José Luís Judas, o projecto-lei agora aprovado no Parlamento tem o objectivo indiscutível de, independentemente do ataque ao direito ao trabalho, «criar a instabilidade suficiente para dificultar o exercício sindical. É um facto que hoje o grande patronato controla os órgãos de Estado, mas existe uma grande força de resistência democrática».

E, segundo o sindicalista, este diploma acaba por ter os resultados contrários aos que pretendia: «Esta lei não é feita para estimular a actividade sindical, mas não é a partir dela que os sindicatos acabam. A experiência do fascismo demonstra-o. Não sendo um estímulo, não é de maneira nenhuma uma sentença de morte, pois os sindicatos não acabam de maneira administrativa».

«A realidade tem várias facetas: se o Governo e o patronato pretendem dificultar a actividade sindical, precarizando o trabalho e aumentando o desemprego, criam insegurança nos trabalhadores o que leva a uma situação social tão expressiva que acaba por dar força aos sindicatos para actuarem contra isso».

«Nos últimos anos, com todos esses problemas laborais criaram-se dificuldades à acção dos sindicatos. Mas quando se vive um período de descompressão social e, de repente, o direito ao trabalho é posto em causa, a sua defesa tem uma expressão muito elevada, como se verificou na adesão à greve geral. No distrito de Setúbal, por exemplo, 251 empresas paralisaram a produção, nas quais apenas em 51 havia piquetes de greve. As outras pararam por iniciativa própria, de uma forma menos organizada e, na sua maioria, os trabalhadores eram contratados a prazo. Isso demonstra que, apesar de estar em causa uma medida que tem como primeiro objectivo reprimir o papel dos sindicatos, acabou por resultar no contrário», explica José Luís Judas.

UGT criada para desmotivar os trabalhadores

Na opinião da CGTP, transmitida por Luís Judas, a UGT não aparece «como resultado de uma ruptura dentro da Inter. Não foi uma luta interna por qualquer situação de crise que levou aqueles sindicalistas a abandonar a CGTP. A UGT nasceu com o intuito de minar a acção da CGTP nas empresas, e como interesse de dois partidos: o PS e o PSD».

«A UGT foi criada por cima, arranjaram um conjunto de dirigentes daqueles dois partidos para criar uma inibição psicológica nos trabalhadores. Não nasceu com o intuito de mobilizar os trabalhadores, mas de os desmotivar, com a cumplicidade do patronato. É óbvio que o seu nascimento foi negativo, com as dificuldades que se foram criando no movimento sindical», afirma José Judas.

No entanto, o sindicalista da CGTP, nesta questão, mostra a ponderação que o carateriza, acrescentando: «Mas nós somos uma organização aberta, e nem tudo o que nasce mal está marcado para toda a vida. O problema é que da maneira como foi constituída a UGT e pela sua composição PS/PSD, é uma organização que tem um objectivo lógico: servir de apoio a uma solução de bloco central, com uma política centrista. E como o actual Governo não tem uma política de centro mas de direita, agudizou as contradições no seio da central».

Explicando a sua visão do que se passa na UGT, Judas afirmou: «Ou os socialistas traem os seus ideais de socialismo dando cobertura à política de direita de Cavaco Silva, ou então entram em contradição e mesmo ruptura com os seus colegas TSD's da direcção».

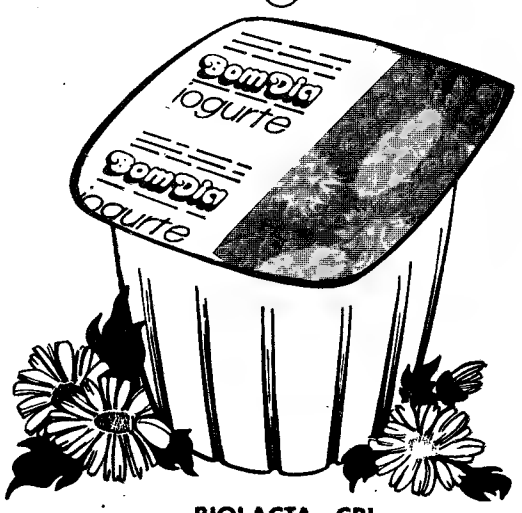
Convergência entre as centrais quando necessário

A convergência estratégica entre as duas centrais sindicais para a realização da greve geral teve como base, segundo aquele membro da CGTP, «a política de direita do Governo que, por ser contrária aos direitos dos trabalhadores, os unificou. E a unidade na acção não é só entre trabalhadores socialistas e comunistas, mas também de social-democratas».

A realização conjunta de futuras acções entre UGT e CGTP não está excluída para a última, apesar das diferenças que as caracterizam, tanto de princípio, como de es-

BomDia

seu iogurte



BIOLACTA, CRL
Rua Luís Augusto Palmeirim, N.º 15 – A/B • Tels.: 89 83 27/80 50 20
1700 LISBOA

prediana
soc. de pré esforçados, lda.

PAVIMENTOS

COBERTURAS

MANILHAS

PRÉ-FABRICADOS

BLOCOS LECA E BETÃO

sede: ÉVORA - Quinta das Oliveiras -
Telefs. 2 30 54 / 2 64 68 Telex. 44246

fábrica: ÉVORA - MONTEMOR-O-NOVO -
Telefs. 2 56 02 / 8 20 65 BEJA - Telef. 2 46 09

SINDICATO NACIONAL DOS FERROVIÁRIOS DE ESTAÇÃO E AFINS

SINAFE

Comunicado N.º 03 – INFORMAÇÃO – Data, 20/4/1988

Trav. do Enviado da Inglaterra, N.º-1.º Dt.º – 1100 LISBOA, Tel.: 53 48 66/53 47 86

COMUNICADO

Ainda nem todo o 25 de Abril chegou aos Ferroviários em geral e aos Ferroviários de Estação e Afins em particular.

São muitos e diversos os sintomas e as provas desta situação anormal e imobilista. Mas duas referências especiais foram as que escolhemos para este alerta público.

Por um lado, a marginalização dos Técnicos Práticos da CP, cada vez mais afastados das promoções aos topos das hierarquias operacionais da empresa, apesar da qualificação ímpar que a sua longa experiência profissional e a passagem em sucessivos cursos lhes conferem. Estão a ser substituídos e preteridos por licenciados, que podem saber muito de muita coisa, mas não de matérias ferroviárias.

Por outro lado, o Regulamento Disciplinar da empresa, tão caduco, tão incrível, tão fascizante que é, consigna normas que já nem existem no Código Penal português e muito menos em regulamentos congéneres de qualquer parte do mundo civilizado e de Estados de Direito. Por ele, um trabalhador da CP que tenha qualquer punição fica dela dependente, em termos de cadastro profissional e de afecções ao evoluir da sua carreira, para todo o sempre, sem ressalvas.

O SINAFE lidera estas, como a generalidade das outras, reivindicações fundamentais dos ferroviários portugueses.

A DIRECÇÃO,
(Ilegível)

PAPELARIA E LIVRARIA JOSÉ ANTÓNIO, LDA

(LIVROS RAROS)

R. Serpa Pinto, 40 - A TEL. 2 44 23 7000 ÉVORA

Coptar CRL

CONSTRUÇÃO e PROJECTO

OBRAS
TEL. 734 83 - APART.106 - 8700 OLHÃO
PROJECTOS
TEL. 2 09 32 - RUA S. LUÍS, 60, 4ºESQ. - 8000FARO

excluídas

tratégia ou táctica. «A CGTP tem uma divisa: 'Unidade da acção, a força dos trabalhadores'. Temos obrigação, em função desse lema estatutário, de tudo fazer para que ele se concretize, sem nenhum sectarismo para com os outros trabalhadores. Mas, no processo unitário há sempre dois factores: os fenómenos sociais e a vontade dos que querem fazer essa unidade».

No entanto, Judas salienta que não faz parte da central a que pertence entrar em diálogo com a outra. «Neste momento não temos essa vontade. Estamos na expectativa em relação à evolução dentro da própria UGT».

Movimento sindical vive o momento mais difícil

A acção da CGTP, nos próximos tempos, será de «defesa do regime democrático, do direito ao trabalho e à segurança no emprego, da liberdade e direitos sindicais e de contribuir para o desenvolvimento independente e da modernização do país, num quadro muito complicado com Portugal integrado na CEE».

José Luís Judas não tem dúvidas em afirmar: «Nunca após o 25 de Abril o movimento sindical viveu um momento tão difícil como o actual, devido às condições políticas, sociais e sindicais. Políticas porque nunca tivemos um Governo maioritário de direita; sociais porque aumenta a precaridade do trabalho e o desemprego, e sindicais porque este fenómenos se reflectem na vida dos sindicatos».

Quem resistiu ao fascismo saberá resistir

Continuação da pág. 17

mente que este também não o é, pelo facto do país estar a ser governado por um Governo de direita».

«Penso no entanto que é nos momentos mais difíceis que se tomam as decisões mais importantes. Por isso, conscientes dos riscos e das dificuldades, não vamos resistir, nem desistir. Vamos lutar. Vamos agir e não reagir. Vamos dialogar quando o diálogo for possível e forçá–lo quando a ele Governo e empregadores quiserem fugir. Vamos responder com determinação e inteligência quando nos brindarem com posições arrogantes, porque temos muitas armas e muitas soluções. Ninguém conseguirá vencer com sucesso a batalha da modernização e do desenvolvimento da nossa economia contra os trabalhadores e contra os seus sindicatos».

Referindo–se ao desafio do Acto Único Europeu, Torres Couto afirma que só se lhe poderá resistir «se procurarmos rápida e conscientemente as mudanças, se corrigirmos os atrasos. Mas tal só será conseguido com uma grande mobilização de todos os recursos, nomeadamente os humanos, numa base de grande unidade nacional, e jamais num clima de confronto».

Por uma questão de táctica, não daria aos adversários a vantagem de conhecerem quais as armas e soluções que a central sindical que dirige tem. «Prefiro situar–me no campo do aviso. Se alguém pensa que o movimento sindical não tem soluções ou força para responder às provocações que lhe sejam feitas, poderá desenganar–se. Não desejo o confronto. Prefiro o diálogo e a negociação permanente», afirma.

«Lutaremos pela alteração do actual quadro político»

A postura da UGT, segundo o seu secretário–geral, será a de «lutar pela construção de uma sociedade mais justa, mais humana e fraterna, pois somos ambiciosos. Empenhamo–nos na construção de um clima de concórdia, unidade e confiança entre os portugueses. Mas sabemos lutar, se a nossa disponibilidade não for partilhada pelo Governo e pelos empregadores. Espero sinceramente que não haja necessidade de fazer prova dessa força e desses recursos, mas fá–lo–emos sem qualquer hesitação se a tal formos obrigados».

Sobre o projecto–lei de revisão da legislação laboral aprovado na Assembleia da República, Torres Couto denuncia a «tentativa provocatória deste Governo de pendor neo–liberal em partir a força sindical, precarizando ainda mais o mercado de trabalho, criando uma situação de procura de trabalho incumensuravelmente desfasada da oferta».

«Pretende–se o trabalho desqualificado e a mão–de–obra barata, até mesmo porque não há uma estratégia de desenvolvimento nacional. Assiste–se a um aflumento dos padrões de especialização da nossa economia, não se aposta na melhoria da quota de participação de Portugal na divisão internacional do trabalho. Numa visão demasiado estreita, tenta–se tirar partido dos salários miseráveis que se praticam no nosso país».

Para Torres Couto, assiste–se a uma aposta no curto prazo, «sem uma visão estruturante para o país e para a economia. Para os que se comportam como meros especuladores à procura de ganhos rápidos e fáceis, este clima de desregulamentação e de flexibilização selvagem do mercado de trabalho permite–lhes lutar por esse objectivos considerando que os sindicatos são um impedimeto à prossecussão dos seus propósitos. E quanto mais difícil for o terreno que os sindicatos pisam, mais difícil será reduzir a sua influência na sociedade».

«Chega–se ao ponto de, com despudor, defender os malefícios da acção sindical e de propor a sua inexistência. Mas também durante muitas décadas em Portugal o sindicalismo livre foi proibido, perseguido e reprimido. E nem por isso os activistas sindicais deixaram de lutar. Quem resistiu ao fascismo, hoje, que vivemos em democracia, saberá resistir, mesmo em condições adversas, aos ataques dos nossos inimigos. Será uma luta difícil, mas como vivemos em democracia e numa sociedade não estática, vamos lutar pela alteração do actual quadro político».

«O pacote laboral foi aprovado a 19 de Julho»

Sobre o chamado pacote laboral, Torres Couto é muito explícito: «É fundamental que os trabalhadores portugueses compreendam que não é possível terem as mesmas opções políticas e o mesmo voto dos seus patrões. É fundamental que os trabalhadores entendam que o pacote laboral não foi aprovado na última semana. O pacote laboral ficou aprovado em 19 de Julho, lamentavelmente com o voto de milhares de trabalhadores».

Segundo o seu secretário–geral, perante as situações que se despoletarão com a aplicação dessa legislação, caso seja promulgada pelo Presidente da República, «a UGT está preparada para este quadro. Não acreditamos que o poder político instituído possa prosseguir esta ofensiva brutal contra os trabalhadores, porque comprometeria irremediavelmente os seus objectivos de médio prazo, nomeadamente de ordem eleitoral. Mas se o fizer, cá estaremos, com armas e bagagens, para dar a resposta adequada. Que ninguém disso tenha dúvidas».

Referindo–se aos problemas internos da UGT, Torres Couto afirma: «É o comportamento da maioria na central que é importante. Haveria razões de preocupação pública se a maioria dos dirigentes da UGT tivesse votado o pacote laboral na Assembleia da República. Mas essa maioria decretou uma greve geral contra ele, que foi a maior realizada até hoje».

«E aqueles que subalternizaram os interesses sindicais aos interesses partidários votando o pacote laboral e demarcando–se da greve cometeram um erro grave, que os penalizará de uma forma iniludível, nomeadamente junto dos trabalhadores como sindicalistas. E os trabalhadores portugueses, mesmo os mais distraídos, em relação a esta questão, perceberão que a vida sindical, na defesa dos seus direitos, exige dirigentes que se assumam sempre primeiro como sindicalistas», acrescenta.

O caso da Alemanha e Inglaterra, países com um sistema político idêntico ao português, servem de exemplo ao dirigente da central: «Nesses países, os partidos com maioria absoluta não têm expressão sindical. Cada vez menos os trabalhadores confundem o voto político com o voto sindical. Mesmo muitos que no plano político, por incrível que pareça, votem à direita, no plano sindical votam mais à esquerda. A lógica do contra–poder, a preocupação popular de não pôr os ovos todos na mesma cesta, é algo que os trabalhadores não esquecem. Por isso verbero o comportamento de alguns dirigentes sindicais ligados ao partido do Governo, que assumiram posições anti–sindicais. Penso que esta crítica é hoje assumida pela esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses filiados na UGT».

OTÍLIO LEONEL & MIGUEL, LDA

ESPECIALIZADA EM REPARAÇÕES HIDRÁULICA E MECÂNICA

Somos uma empresa com largos anos de experiência em reparações de todas as viaturas de recolha de *resíduos sólidos*

Fazemos orçamentos

SEDE E OFICINAS:

Alto da Cascalheira

2955 Pinhal Novo

Telefone 236 14 99

NOVARTE

Gerência de: *José Amado*

Móveis

ESTOFOS • DECORAÇÕES

Estrada do Alvor, 10 – ☎ 24222 – 8500 PORTIMÃO

Edifício Columbia – ☎ 83283 – 8500 PRAIA DA ROCHA

COOPPOVO

COOPERATIVA DE CONSUMO DO POVO DA MARINHA GRANDE, CRL

É a nossa Cooperativa uma obra do 25 de Abril.

É portanto nosso dever saudar todos os que, sem falsas modéstias, estão imbuídos e determinados a que este dia histórico e inesquecível se mantenha como símbolo da Democracia e da Liberdade.

VIVA O 25 DE ABRIL!

UMA COOPERATIVA A SERVIR O POVO

Zeca Afonso, Grândola, 25 de Abril...

QUANDO A LIBERDADE CHEGOU À MÚSICA POPULAR

Antes do 25 de Abril, música em circuito-fechado: Zeca Afonso com Carlos Paredes, Adriano Correia de Oliveira e Fonseca e Costa

Rodrigues Borges

Quando, em Coimbra, um estudante chamado José Afonso decidiu fazer um intervalo no fado para se iniciar nas baladas, foi dado o primeiro passo de uma longa e árdua caminhada. Que conduziria a música popular portuguesa, passando necessariamente pelo 25 de Abril de 74, à situação de prestígio que hoje se lhe reconhece aquém e além fronteiras.

Curiosamente, foi uma canção de Zeca Afonso, a inesquecível «Grândola Vila Morena», que despoletou, em termos radiofónicos, a arrancada vitoriosa dos capitães de Abril . Mas não podemos nem devemos esquecer outras figuras que, com Zeca Afonso ou na esteira dele (com maior significado a partir da década de sessenta) estiveram sempre na primeira linha, na batalha por uma música popular cada vez mais livre e mais digna. Músicos, poetas e cantores como Luís Gois, Fernando Machado Soares, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Alegre, Carlos Portugal, José Niza, Ary dos Santos, Luís Cília, Manuel Freire, Carlos Paredes, o angolano Rui Mingas, José Mário Branco, Júlio Pereira, Fausto, Sérgio Godinho, Fernando Tordo, Paulo de Carvalho, Carlos do Carmo, Carlos Mendes, Vitorino... e tantos outros, merecem por igual ficar para a história da nossa música popular.

Passaram 14 anos

Naturalmente que, com «As portas que Abril abriu», designadamente com a eliminação da censura, as condições de trabalho passaram a ser bem outras e incomparavelmente mais favoráveis. Daí que fossem sucessivamente surgindo novos valores os quais, a par dos consagrados, constituem hoje uma sólida afirmação de qualidade. Valerá a pena, sem pretendermos esgotar a lista e citando apenas os mais recentes casos, a-

VILA DE MÉRTOLA

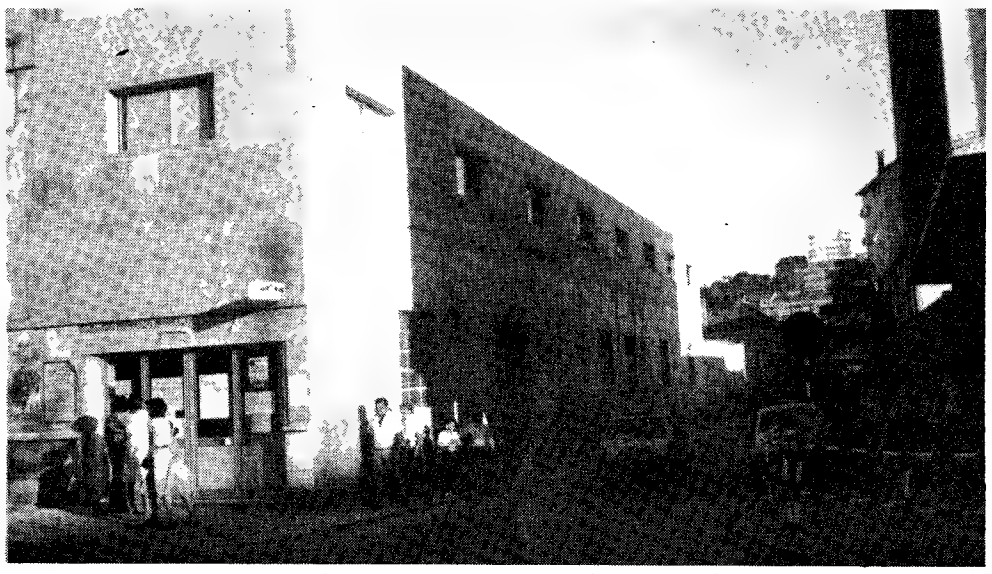
MÉRTOLA SAUDA O 25 DE ABRIL

No dia da Liberdade, reforçar o poder autarquico da consolidação da Democracia.

COOPERATIVA PIEDENSE FUNDADA EM 5-9-1893

95 ANOS AO SERVIÇO DO CONSUMIDOR

Uma Cooperativa de Consumo ao Serviço da População do Concelho de Almada



SUPERMERCADOS EM

COVA DA PIEDADE E FEIJÓ

PASTELARIAS, VENDAS

Em

Cova da Piedade e Laranjeiro

FABRICO PRÓPRIO DE PÃO E PASTELARIA

Novo Espaço Comercial no 1.º andar com 19 Lojas

Posto Médico e ENFERMAGEM

Rua da Cooperativa Piedense, 94 – Telefs. 276 10 11/2 — 2800 COVA DA PIEDADE

Depois do 25 de Abril, música em Liberdade: Zeca Afonso numa festa comemorativa da data, ladeado por músicos, políticos e militares bem conhecidos

firmar que a música popular portuguesa continua a ser muito bem servida com artistas como os Trovante, Rui Veloso, Janita Salomé, Adelaide Ferreira, Lena d´Água, Mafalda Veiga, sem esquecer os grupos tão do agrado das novíssimas gerações: GNR, Herois do Mar, Rádio Macau, Sétima Legião, Mler If Dada, Xutos e Pontapés, Peste & Sida,Madedeus, entre outros.

Passaram 14 anos sobre o 25 de Abril de 1974, e a memória, como se costuma dizer, é curta... No que diz respeito à musica portuguesa, todavia, não nos parece que possa ser esse o caso. A qualidade que hoje se verifica no nosso país seria impensável, num regime totalitário. Zeca Afonso e os seus pares não passariam, com o limitadíssimo espaço de manobra de que dispunham, das pedradas no charco. Valiosas mas incapazes da grande mudança operada.

Zeca Afonso, positivo. Grândola Vila Morena, positivo. Mas foi o 25 de Abril que trouxe a liberdade à música popular. E a partir da liberdade, foi possível atingir a qualidade e o prestígio.

Zeca Afonso, Grândola, 25 de Abril subsistirão, assim, como símbolos do grande salto qualitativo que deu a nossa música popular nos últimos anos.

Raízes de Abril

Antonio Modesto Navarro

Um dia, já lá vão muitos anos, chovia sobre Lisboa e também sobre a prisão de Caxias. Uma raiz seca rodava na parede defronte daquela janela gradeada. Parecia que ia soltar-se, impulsionada pelo vento, mas resistia e continuava presa à terra.

Assim eram os homens e as mulheres que estavam presos e os que lá fora preparavam a libertação definitiva. O vendaval da violência fazia rodar, e até recuar, a acção e a luta, mas a resistência era muita.

Ali perto da janela gradeada, sobre a mesa, havia um cravo vermelho. Não havia direito a papel, não havia esferográficas nem livros. No isolamento, ninguém tinha direito a isso. Mas, curiosamente, alguém trouxera pequenos bolos numa caixa, que pelos guardas fora espiolhada, e lá no meio vinha uma flor. Exacto, uma flor que passou a vigilância dos agentes e dos guardas. Se calhar algum deles até riram, perante aquela fantasia da mulher que entregara a caixa com bolos e um cravo lá dentro.

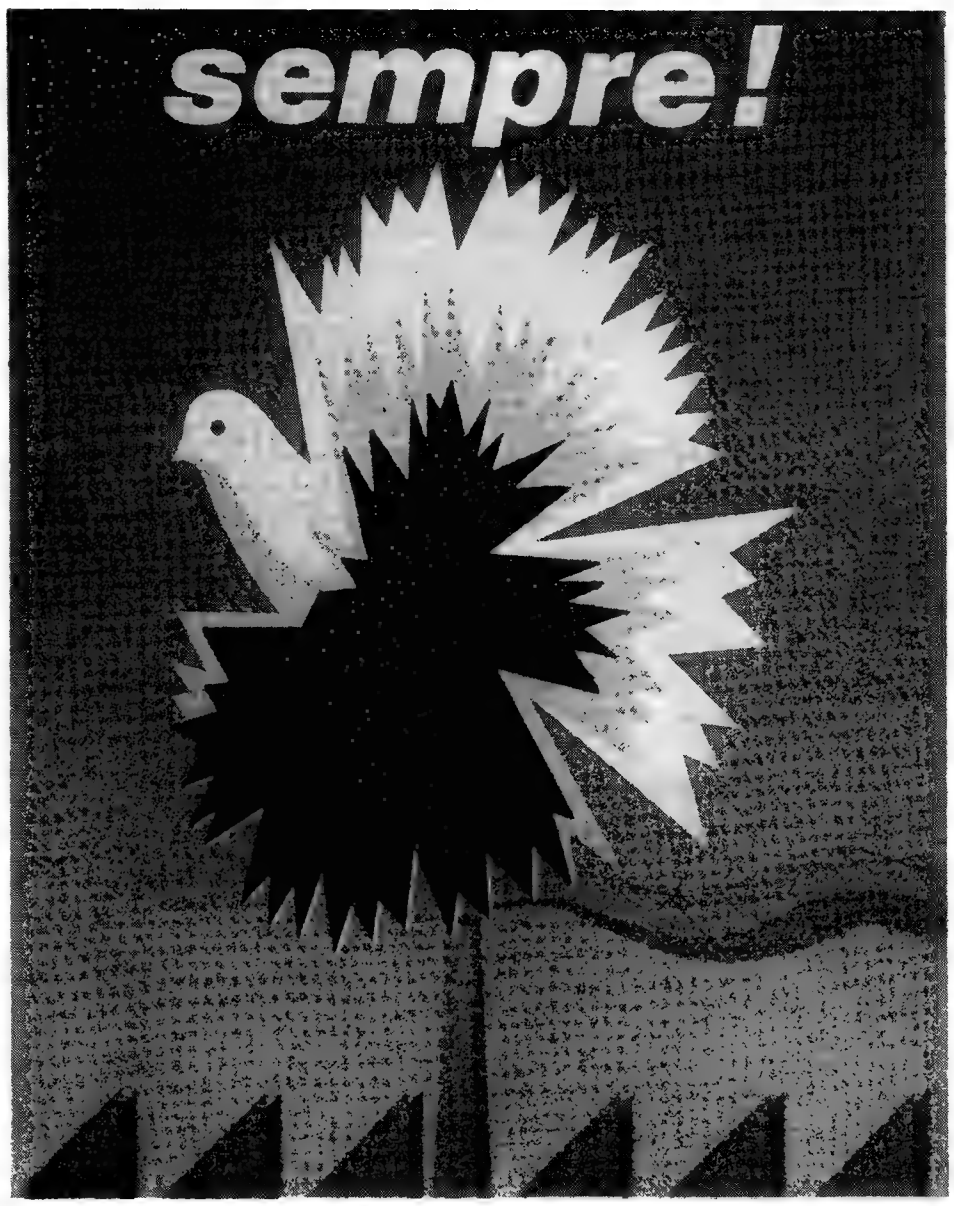
Assim foi. O cravo vermelho passou na vigilância e chegou ao homem que estava na cela, no isolamento, e já tinha pesadelos com ratos e mortos de gente amiga pelo meio.

Sem papel, sem esferográfica, mas com aquela raiz resistindo no ângulo de visão estreito, que tinha da janela até à parede fronteiriça, foi mais fácil ao homem entender que era possível preencher os dias de isolamento. O cravo vermelho tinha passado a vigilância dos agentes e dos guardas e gritava, sobre a mesa, que lá fora a luta progredia e havia sempre maneira de vencer a vigilância e a opressão dos que não tinham raízes nem amavam este País e iam perder a batalha.

De facto, as raízes da terra tinham seiva...E continuam a rodar e a resistir, sob as tempestades que se sucedem, provando que é possível fazer passar o cravo vermelho através da vigilância e dos crimes que são cometidos contra a liberdade e contra o futuro de todos nós.

«Não há machado que corte, a raiz ao pensamento»... Cantava-se Carlos de Oliveira, em Caxias, baixinho, naquele tempo. Como hoje muitos continuam a dizer que o que nós temos é saudades do futuro... Não é assim, José Gomes Ferreira?

25 ABRIL



BARREIRO/88

Memória de Zeca e de Adriano

Paulo Sucena

Comemorar o 25 de Abril de 1974 provoca em todos os democratas um duplo movimento: para trás, no respeito pela memória histórica, até ao separar das águas iniciado na madrugada de há 14 anos em que o edifício do regime fascista, pejado de crimes de toda a ordem — políticos, sociais, económicos, culturais —, começou a esboroar-se, dando possibilidade a que o povo português iniciasse a sua própria caminhada nas sendas da democracia e da liberdade; para a frente, no acto de reflectir e analisar com ponderação e firmeza o tempo presente, no fluir do qual decorrem as comemorações. Os democratas, ao não se embriagarem com a festa e pela festa, dão provas da sua capacidade e responsabilidade cívica e política. Efectivamente, desce-se às ruas e às praças no dia da Revolução dos Cravos para se ler em conjunto e em unidade os sinais do tempo presente, ele também tempo histórico, movimento que dia-a-dia engendra os contornos do futuro.

Deste modo, numa hora em que se convoca o passado para melhor se enxergar o presente, não com objectivos meramente analíticos e estáticos, mas sim com a intenção de forçarmos as portas do futuro com ferramentas adequadas e eficazes, temos de trazer à espuma do dia as vozes e os gestos que em tempos e modos diversos fizeram a história deste País até à explosão de 25 de Abril de 1974. Do passado saem e, porque eram futuro, estão hoje tão próximos de nós os capitães de Abril, os presos e torturados, os exilados, os humilhados e ofendidos que ao longo de 48 anos de ditadura lutaram, viveram e morreram com honradez e dignidade. Eles, centenas de milhares, milhões, de rapazes e raparigas, de homens e de mulheres, foram, são o rio de múltiplas águas correndo ora largo e impetuoso, por vezes transbordando, ora exíguo e apertado, a deslizar, às vezes, por subterrâneos leitos, todavia, e sempre, passando e transformando.

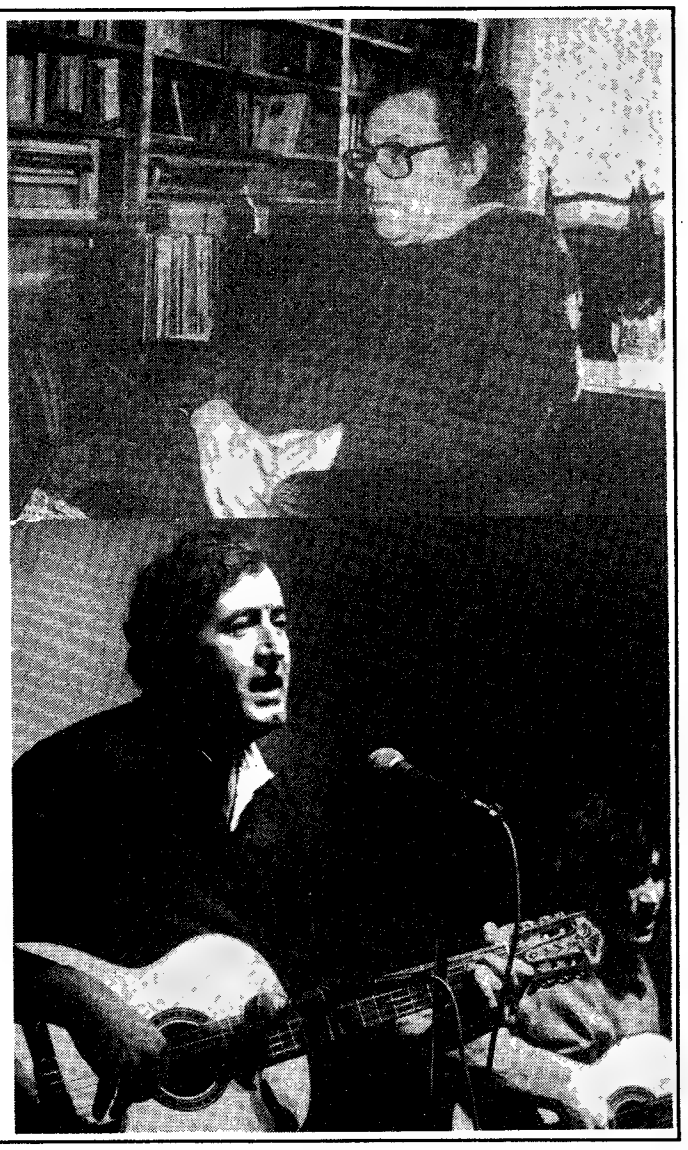
Quando a maioria do povo português se confronta com um Governo que promove uma política apostada em diluir os traços mais significativos do regime democrático-constitucional, orientando as medidas legislativas que produz na direcção de minorias sociais em detrimento dos trabalhadores; quando um Governo dá provas evidentes de desrespeito pela oposição, a começar pela falta dessa elementar marca democrática que é a capacidade para ouvir os outros e integrar nas realizações próprias os contributos alheios; quando aos democratas se lhes depara um Primeiro-Ministro que se apresenta imune a influência não necessitando da opinião dos outros — pobres ignaros a perturbar a perfeição das suas concepções —, julgando que ele e o seu Governo representam o pensar e o sentir de toda uma nação, postergando, assim, a importância do diálogo e o respeito pelos direitos dos outros, os conquistados pelos trabalhadores, os cometidos aos deputados, os fixados nas leis da República e na sua lei máxima, a Constituição; quando, enfim, um Governo dá mostras de se movimentar com dificuldade no edifício democrático construído na sequência da Revolução de Abril, resvalando para uma perversão do regime de traços totalitários, é oportuno trazer até nós as vozes de Zeca e Adriano.

Não se trata porém de lembrar ou homenagear os amigos prematuramente desaparecidos, nem sequer de falar dos cidadãos e artistas que eles foram. Apenas gostaria de trazer a esta página a lembrança daquilo que os transcendeu enquanto homens: a sua produção artística, objectos estéticos inapagáveis da história portuguesa contemporânea. Penso que assim é que está bem e procedo de acordo com traços comuns e extremamente significativos da maneira de ser e de estar de Adriano e Zeca: os de que o trabalho individual ganha o seu mais fundo significado quando integrado em grandes acções colectivas, fraternas e solidárias.

Se Abril floriu sob os acordes de Grândola, Vila Morena, sinédoque da Pátria a construir, **terra da fraternidade** onde **o povo é quem mais ordena** e onde é possível encontrar **em cada esquina um amigo** e **em cada rosto igualdade** e se é o avesso disto que se tenta realizar em Portugal, pondo em causa fundas esperanças que Abril abriu, então é necessário erguer a voz como o Adriano e proclamar que **há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não!**

As cantigas de Zeca e Adriano, património do povo português, continuam a ser obras de arte de renovada leitura, de acordo com o tempo histórico em que se vive. Hoje, elas são signo e sinal do que é urgente defender e do que é imperioso modificar agora para mais tarde se poder construir melhor. Porque o tempo é de unidade na acção de todos os trabalhadores, de firmeza e de combatividade, não chamei aqui nem as lembranças nem as saudades que daqueles dois amigos tenho mas tão- só o que faz parte de todos nós: os produtos do seu engenho e arte, poderosas armas de activação individual e colectiva.

Na verdade, Zeca e Adriano foram de Abril antes de Abril o ser, por isso a sua herança continua a nosso lado contra desvios e tergiversações. Por Abril, sempre!



ÓSCAR
MOBILIÁRIO

ÓSCAR & CA., LDA.

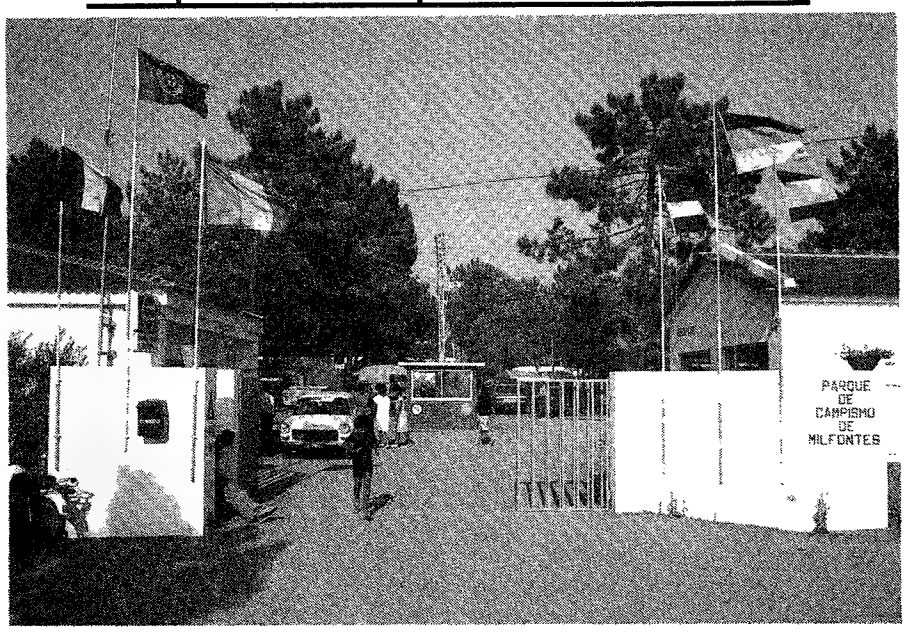
FÁBRICA • BARBELÃES • FRAZÃO

☎ 96 34 90

4590 — PAÇOS DE FERREIRA

O ÓSCAR EM MOBILIÁRIO

Parque de Campismo de Milfontes



Um magnífico parque, situado numa zona de pinhal

•

SUPERMERCADO – APARTAMENTOS – BAR
RESTAURANTE – SALA DE CONVÍVIO

APARTAMENTOS PARA 4 E 6 PESSOAS

•

IMPECÁVEIS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
LAVANDARIA E ZONA DE ENGOMADOS

•

UM BOM LOCAL PARA AS SUAS FÉRIAS
OU FINS-SE-SEMANA

Telefs. 9 61 04 e 9 61 40 — **7645 Vila Nova de Milfontes** — Portugal

ZECA: DO FADO AO "QUASE JAZZ"

Eduardo Pereira

A obra de Zeca Afonso é um caso notável de evolução e amadurecimento musical, partindo das raízes da música popular rural e urbana e chegando a uma música autênticamente universal.

Falar do percurso musical do Zeca Afonso é perigoso, pois não falta quem considere ser essa uma maneira de relegar para segundo plano o seu empenhamento político e a sua solidariedade social. Mas o Zeca Afonso da resistência antifascista e o das cantigas foram um só e lembrar, no dia de hoje, a sua actividade como cantor, não é fazer o elogio da arte pela arte.

Pelo contrário, ajuda-nos a compreender esta coisa simples: que a construção de uma sociedade mais justa (a *Utopia* em que o Zeca acreditou) só é possível com o empenhamento de cada um e não depende apenas do respeito pelos «direitos, liberdades e garantias fundamentais», nem do «funcionamento regular» duma desvitalizada democracia parlamentar; depende também (leia-se sobretudo) do desenvolvimento de padrões culturais vivos, que sejam a síntese do melhor da tradição popular portuguesa com o melhor da criatividade dos muitos povos com que contactamos.

Por isso o Zeca Afonso se abriu a uma vastidão de influências musicais. Por isso cantou poemas mais intimistas juntamente com outros mais directamente políticos. Porque *o que faz falta é animar a malta*.

Nas palavras felizes de José Mário Branco, Zeca Afonso foi «um caso excepcional, comparável aos grandes acontecimentos da canção de qualquer país do mundo». O facto de não conhecer uma nota de música nem saber tocar qualquer instrumento (à excepção de dois ou três acordes na viola), não o impediu de se cotar como um músico de excepção. A riqueza melódica e rítmica de muitas das suas canções é absolutamente fora do comum.

Zeca Afonso cantou alguns dos melhores textos que a música portuguesa tem conhecido, quase sempre de sua autoria, mas também de Camões, Lope de Vega, Nicolau Tolentino, F. Miguel Bernardes, Fernando Pessoa, Jorge de Sena, Ary dos Santos, António Quadros, Hélder Costa, Luís Andrade, Bertolt Brecht e ainda textos de origem popular. Canções servidas por uma voz transparente e também, a partir de 1971, por um trio de arranjadores que se revezam na tarefa de traduzir as idéias musicais do Zeca: José Mário Branco, Fausto e Júlio Pereira.

As principais influências

Zeca Afonso começou por cantar o fado de Coimbra, integrado na boémia estudantil da cidade. As suas primeiras composições afastam-se já ligeiramente dessa linha tradicional (a que voltaria em 1981 com o LP «Fados de Coimbra») integrando-se melhor no estilo da balada, onde a influência europeia é perceptível. São dessa época *Menino do Bairro Negro*, *Menino d'Oiro* e *Os Vampiros*. Mas Zeca Afonso seria sempre um «baladeiro», até ao fim da sua carreira. *Traz Outro Amigo Também* e *Canção da Paciência* são, a par com *Grândola, Vila Morena*, das suas mais belas baladas.

Ao mesmo tempo que «descobre» a balada, Zeca Afonso inicia também o que seria uma outra constante da sua carreira: a interpretação de letras e canções populares, provenientes sobretudo da Beira Baixa e por vezes fruto de recolha efectuada por si próprio. *Milho Verde*, *S. Macaio* e a belíssima *Senhora do Almortão*, são das mais conhecidas interpretações de temas populares por Zeca Afonso.

Tendo vivido em Moçambique e passado também por Angola, Zeca Afonso não podia ter ficado imune à força enorme da música africana. Assim, nos anos 70, África ganha um lugar importante na produção musical de Zeca Afonso, em canções como *Os Fantoches de Kissinger*, *Ailé! Ailé!* ou *Lá no Xepangara*.

Para lá das quatro referências fundamentais já apontadas, a música do Zeca é ainda povoada por influências mais ou menos pontuais, como o fado de Lisboa (*Quanto é doce*, com letra popular e *Quem diz que é pela raínha*), a música medieval europeia (*Bailias*, com um texto de dois autores do séc. XII e *Deus te Salve Rosa*), alguma música brasileira (*Com as Minhas Tamanquinhas*) e também a música andina (*Teresa Torga*).

Fruto da interacção de todas estas influências, a partir de dada altura os discos de Zeca Afonso estão recheados de canções que constituem autêntica música de fusão, como *Não é Meu Bem*, ou como essa espantosa obra de arquitectura musical que é *Canarinho*. Ou ainda como *Tenho um Primo Convexo*, sobre cujo arranjo, da autoria de Fausto, Zeca afirmou ser «quase jazz». Jazz, de que Zeca Afonso gostava muitíssimo e dizia ser o único tipo de música que de vez em quando ouvia. Para além disso, nem mesmo os seus próprios discos.

A. TELLO CASTRO

DESPACHANTE OFICIAL

TRAV. CHAFARIZ D'EL REI n. 6 LISBOA Tel. 87 64 75

AGROPROMOTORA

Cooperar e desenvolver

ÁREAS DE TRABALHO
AGRICULTURA • PECUÁRIA • INDÚSTRIA ALIMENTAR • PLANOS DIRECTORES DO SECTOR PRIMÁRIO • ANÁLISE DA VIABILIDADE TÉCNICA-ECONÓMICA DOS INVESTIMENTOS • PROJECTA E IMPLEMENTA

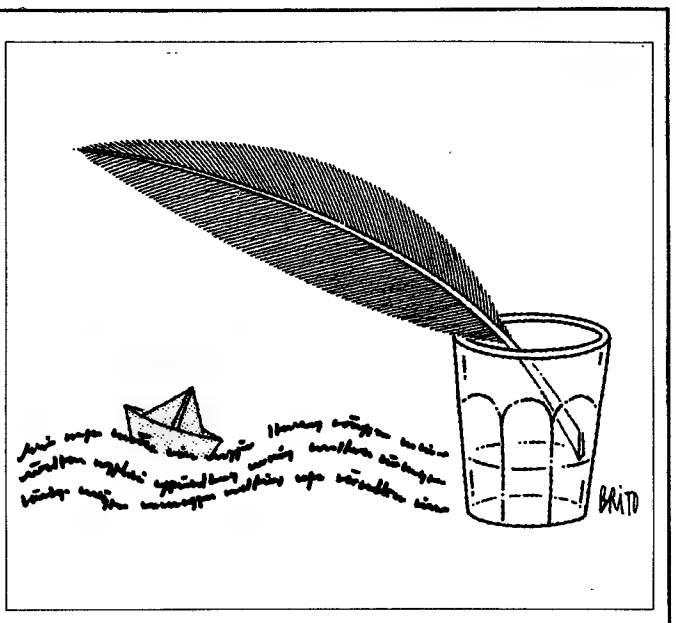
ENTIDADES
COOPERATIVAS • AUTARQUIAS
OUTRAS EMPRESAS

PAÍSES AFRICANOS
REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

COOPERATIVA PRODUTORA DE PROJECTOS AGRÍCOLAS CRL
Rua Cardeal Mercier, 29-1.º Lisboa
☎ 73 51 35 TELEFAX – 73 54 10

PORTUGAL: O NOSSO FUTURO ACTO HISTÓRICO



Pedro Alvim

Durante séculos e séculos estivemos debruçados sobre o Atlântico, fomos a Era das Descobertas, inscrevemos nos mapas o nosso acto histórico. Hoje estamos voltados para a Europa, a caminho de uma integração difícil que se estende até à longínqua Grécia. Lisboa num extremo, no outro Atenas. Não nos vamos dar a comparações fáceis entre os dois países que somos e as duas capitais que erguemos — e nem tão-pouco iremos argumentar sobre as especifidades actuais dos sistemas democráticos que vigoram entre os dois povos.

Mas vamos, isso sim, estabelecer uma comparação, quase despojada de notas académicas, ao correr das teclas, entre os significados clássico e moderno de **democracia,** numa tentativa generosa de esclarecimento no seio da Comunidade a que ora pertencemos.

Assim, e porque **democracia** é uma palavra essencialmente helénica, sem dúvida que podemos afirmar que a Grécia da Antiguidade Clássica possuía uma concepção totalmente nova da **finalidade** da vida do homem em relação quer a outros povos contemporâneos (os Trácios e os Citas, por exemplo) quer a grandes civilizações anteriores (por exemplo, a Egípcia). Essa concepção nova de **finalidade** (o bem comum assente no bem de cada um) que os gregos davam à vida humana levou-os à natural descoberta de que eram diferentes dos outros povos. Muito naturalmente, cientes dessa **diferença,** dividiram a família humana em **helenos** e **bárbaros.** Elitismo? Supremacia? Petulância? Não.

A palavra grega **barbaroi** (bárbaros) não tinha então o sentido que hoje lhe emprestamos: o de repugnância, nojo, desprezo. Apenas aludia à linguagem dos povos que não falavam grego, linguagem essa que produzia sons no género de **barbar.** Por conseguinte, os povos que não falavam grego eram bárbaros. Apenas, no entanto, porque não falavam grego...? Absolutamente que não. Os gregos (outro exemplo) prezavam o código moral dos persas. O que estava em questão era pura e simplesmente o facto desses outros povos não viverem nem pensarem à maneira grega.

Demóstenes, límpido, escreveu: **Os bárbaros são escravos, nós, gregos, somos homens livres.** O que desejaria Demóstenes significar com a **liberdade** dos helenos e a **escravidão** dos não-helenos...? Sob o ponto de vista político significava, não que o cidadão se governava a si próprio (a maioria das vezes tal não ocorria), mas sim que, qualquer que fosse o Governo da Cidade-Estado, eram os seus direitos respeitados.

Que se leia a **Paideia,** do alemão Werner Jaegger, ou os estudos do especialista britânico HDF Kitto, ou de outro estudioso ou comentador qualquer — e um facto sempre ressalta:

Os negócios de Estado eram do domínio público, não apenas da competência exclusiva de um déspota. As pessoas eram regidas pela Lei, uma lei conhecida, que respeitava a justiça. Uma vez que viviam numa verdadeira democracia, essas pessoas tomavam parte no Governo do Estado, pelo que a **democracia,** como os gregos a entendiam, è uma forma de Governo que o mundo actual já não conhece. Os princípios da governação toda a gente os sabia de cor. Um governo arbitrário ofenderia os gregos até ao fundo da alma. Seria uma espécie de Deus a brincar com as criaturas...

Ora mesmo aos deuses, os gregos oravam como homens, **erectos,** embora conhecessem como ninguém a diferença entre o humano e o divino. (Que não se olvide, a esse propósito, **Édipo-Rei,** de Sófocles.) Sabiam muito bem que não eram deuses, mas sabiam que eram, pelo menos, homens; «e que os deuses (HDF Kitto) não demoravam a abater sem piedade os que tentavam imitar a divindade, e que, de todas as qualidades dos homens, gostavam sobretudo da modéstia e do respeito».

Durante séculos e séculos estivemos debruçados sobre o Atlântico, fomos a Era das Descobertas, inscrevemos nos mapas o nosso acto histórico. Hoje estamos voltados para a Europa, a caminho de uma integração difícil que se estende até à longínqua Grécia. Lisboa num extremo, no outro Atenas. Pois bem: que saiba a tolerância lusa contemplar no espelho de Atenas de outrora essas duas virtudes harmoniosas (**modéstia** e **respeito**) — e que, mercê ainda dessa tolerância, os governantes recusem a máscara de **barbaroi** e saibam respeitar a Cidade-Estado que todos nós somos. Só assim, abarcando a **finalidade** humana clássica grega (o bem comum assente no bem de cada um), teremos, tal como na Era das Descobertas, inscrito nos mapas sociais um novo acto histórico: o sermos todos portugueses de diálogo, de comunhão — e de construção sempre novíssima.

A TODOS OS CONSTRUTORES CIVIS, DE PISCINAS E PÚBLICO EM GERAL

EZARRI S. A.

REVESTIMENTOS VÍTREOS

- Material de alta qualidade para revestir piscinas, fachadas e interiores de edifícios
- Revestimento vidrado
- Grande resistência a agentes corrosivos
- Não aderência de algas
- Arestas suaves
- Óptimo acabamento
- Coeficiente de ruptura superior ao de qualquer material analogo conhecido

NO DEPOSITÁRIO:

POOLANI

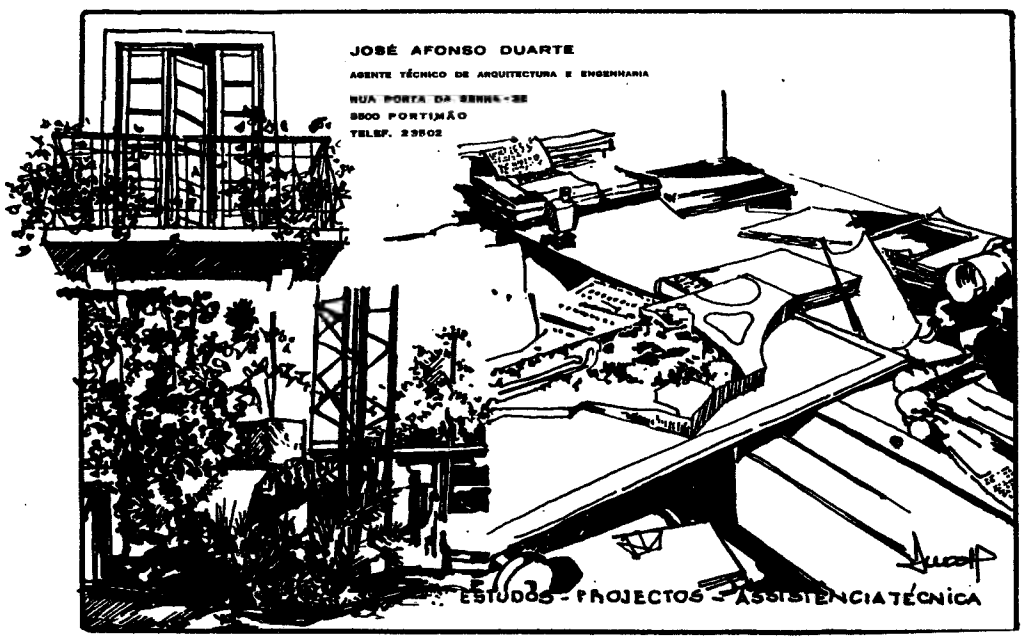
AGORA À VOSSA DISPOSIÇÃO

IMPORTADOR E DISTRIBUIDOR DE:

- EQUIPAMENTOS P/ PISCINAS E TRATAMENTO DE ÁGUAS
- PRODUTOS P/ MANUTENÇÃO DE PISCINAS
- BOMBAS DE CALOR
- BANHEIRAS DE HIDROMASSAGEM

POOLANI

Lisboa: Amoreiras Shopping Center – Loja 2024 – 1000 LISBOA – Telef. 68 78 66 – Telex 64475 P
Algarve: Rua França Borges, Loja D – 8500 PORTIMÃO – Tefef. (082) 2 60 22/3 – Telex 57385 P



SOTRACA

SOCIEDADE TRANSPORTADORA DE CAMIONISTAS ASSOCIADOS,LDA.

* BASCULANTES PARA CARGAS A GRANEL
* CONTENTORES E CARGA GERAL
* FROTA EQUIPADA COM AUTO-RÁDIO

TRANSPORTES PARA TODO O PAÍS

SEDE:
AV. Estado da Índia, 31
tel. 251 73 70 - 251 74 70
2685 SACAVÉM

NOVAS INSTALAÇÕES
Rua de S. Tomé, Lote 6 - 1º Esq./Dtº
PRIOR VELHO
2685 SACAVÉM

GLOSAS MELANCÓLICAS SOBRE ABRIL E LITERATURA

Ernesto Sampaio

Entre Abril e Novembro vivemos em estado sísmico, depois dir-se-ia que o nosso horizonte se fechou sem futuro, como se o tempo se detivesse num estático presente que não é mais do que mero prolongamento do passado. Hoje, já não estamos amarrados a um «carácter nacional». Enleiam-nos outras ataduras económico-políticas, de tal sorte que muitos pensam não depender já de nós o que porventura seremos, ínfimos satélites de um grande bloco de poder que nos cinge, cada vez mais estreitamente, nos seus modelos culturais, morais e de comportamento.

Com o 25 de Abril desapareceu a censura em Portugal, e com ela as apreensões de livros, a proibição de citar nomes de escritores nos jornais, na rádio e na televisão.

Há quem pense que isto é nada, mas para os que têm o escrever como a razão principal da sua vida e para os que precisam de ler como de respirar, é tudo. Como era a literatura antes do 25 de Abril? Carlos de Oliveira, um dos maiores e mais dignos escritores do nosso tempo explicava-nos em 1966: »...todo o escritor português marginalizado sofre biograficamente do que posso denominar complexo do icebergue: um terço visível, dois terços debaixo de água. A parte submersa pelas circunstâncias que nos impediram de exprimir o que pensamos, de participar na vida pública é um peso (quase morto) que dia a dia nos puxa para o fundo. Entretanto, a linha de flutuação vai subindo e a parte que se vê diminui proporcionalmente».

Assim era a vida civil para a maioria dos escritores portugueses: uma longa travessia do deserto balizada por factos e acontecimentos que nunca puderam acontecer, por oportunidades sistematicamente negadas.

Dito isto, diga-se também que a literatura não é melhor agora do que era antes do 25 de Abril e que estes anos 80 não auguram nada de bom para a próxima década. Não há praticamente crítica literária, mas uma coisa pífia chamada «jornalismo literário» que deixa o público sem outra informação que não seja a lista dos «mais vendidos». As livrarias parecem drogarias; os livros, detergentes e os escritores, vendedores de banha da cobra. O tradicionalismo ultramontano recupera o terreno de onde havia sido expulso pelos velhoe ideários progressistas (seareiros e neo-realistas), que embora desatentos a muitas contradições da racionalização burguesa, e apesar dos limites da sua ideia de razão e do seu senso histórico, estavam bastante imunizados contra o irracionalismo e a pequena mitologia patrioteira.

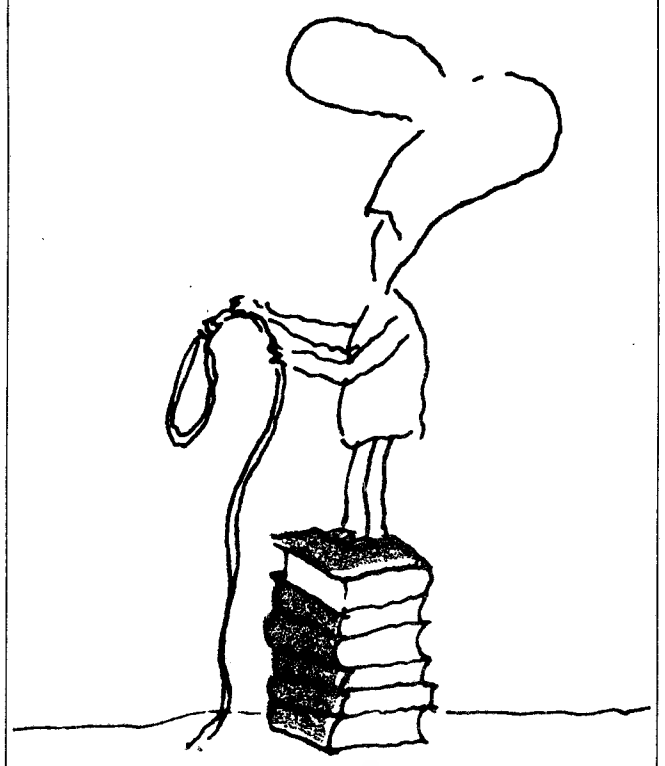
Denotavam uma inquietante fragilidade? Equivocavam-se quando apareciam mascarados de cultura popular ou proletária? Pois sim. Mas até nesses defeitos transparecia a preocupação pela aliança de uma cultura burguesa progressista com os movimentos dos trabalhadores.

Os neo-revolucionários paroleiros, campeões do bla-bla-bla, aproveitaram a confusão reinante após o 25 de Novembro para liquidar o problema desta aliança, mas a situação mantém-no actual (por muito superadas que estejam as perspectivas seareira e neo-realista). Entretanto, é a própria cultura dita de «esquerda» que favorece a «restauração», e tornou-se de moda ridicularizar os valores progressistas e históricos, quando não sustentar que a tarefa do literato é a mimesis do irracional e o seu cultivo autodestrutivo ou proclamar que a essência da verdadeira cultura é «negativa» e antiprogressista. A «novidade» desta cruzada é a identificação do «ponto de vista operário» com a negação de toda a cultura.

Dada a inutilidade operativa do referente «classe operária», deste discurso só resta a primeira parte, ou seja: que a cultura reaccionária é a mais verdadeira.

Após as desilusões novembristas, o discurso antiburguês andou sempre cada vez mais perto de nostalgias mitológicas, e até alguma pretensa «esquerda» embarcou nesta galera. Num clima assim, é natural que o velho espiritualismo tenha realçado a crista, já que cultivou muito antes da «esquerda» os discursos antiprogressistas e

Continua na pág. 26



JUNTA DE FREGUESIA DE CAMARATE

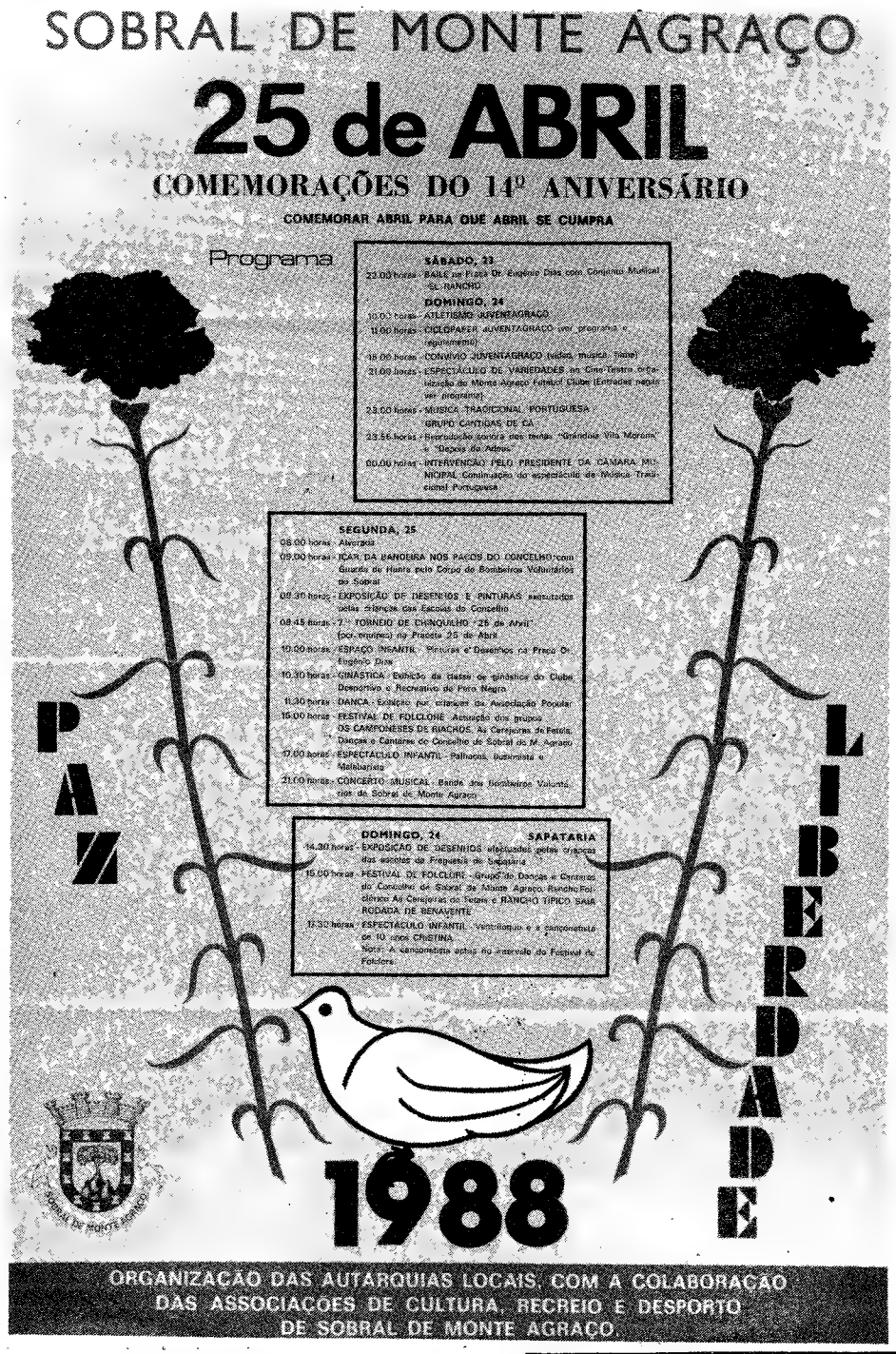
14 ANOS DE LIBERDADE

Ao comemorar-se o 14º Aniversário da Revolução de 1974, A JUNTA DE FREGUESIA DE CAMARATE, saúde toda a População da Freguesia e convida-a a participar activamente nas iniciativas que irão coroar tal acontecimento.

COMEMORAR a passagem de mais um ano sobre o 25 de Abril, nesta altura difícil e dura para todos os trabalhadores e o Povo em geral, é recordar e defender a Liberdade conquistada, é contribuir decisivamente para fazer recuar o Governo PSD/Cavaco Silva na sua cruzada implacável contra quem trabalha, é garantir a esperança de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, livre da exploração e da opressão, é finalmente assegurar um futuro radiante de vida e dignidade a que todos temos direito!...

VIVA A LIBERDADE

25 de ABRIL sempre!



Glosas melancólicas sobre Abril e literatura

Continuação da pág. 25

antidemocráticos, e a desconfiança em relação aos historicismos, quer marxistas quer liberais.

Com o seu enraizamento na «Tradição» (maiúscula) pré-burguesa e numa religiosidade ecuménica (o Papa, Manitu, Jeová), a reacção aproveita a quarentena do progressismo e do historicismo (ambos considerados de péssimo gosto) para se infiltrar na própria imprensa de esquerda, onde podemos ler com frequência inefáveis apologias de livros cujo significado outrora se conhecia de ginjeira. Para isto contribuiu, em não pequena parte, a ruminação «marxista» dos intelectuais puros, inclinados a sobrevalorizar excessivamente o sexo dos Engels e a desprezar a sociologia e a análise concreta das situações concretas.

Em tanta irrealidade, a reacção cultural encontra espaço. O intelectual «humanista» (que no seu medo de ser ultrapassado, se torna cúmplice masoquista da desvalorização dos próprios valores em que se apoia) desempenhará porventura, uma vez mais, como antes do advento do fascismo, o triste papel da mosca varejeira, sobrevoando as potenciais tendências involutivas do sistema.

Com efeito, desde há algum tempo, a chamada «cultura de esquerda» diz sempre que sim a tudo quanto aparece no horizonte cultural. Venha de onde vier: rock da pesada, catolicismo polaco, semiótica americana, cripto mitologia, etc. Também não é bom dizer sempre que não, mas disso estão livres, por pobreza de ideologia (como se diz da pobreza de sangue), os precários publicistas que enchem as nossas folhas de prosas excelentes, cultíssimas, informadíssimas e sabem todas as coisas que é bonito saber hoje, provavelmente ainda amanhã. Só têm um defeito: são absolutamente previsíveis e quem ler um fica com os outros lidos.

As mistificações e falsificações não começaram, é evidente, com o 25 de Abril. Nos últimos anos do fascismo, quase ninguém dizia que era de direita: considerava-se uma coisa de muito mau gosto. E isso, no curto consulado marcelista, tornou fáceis e cómodas algumas modas ditas «esquerdistas» (atavios alegres, leituras divertidas, novos costumes sexuais, amizades perigosas, revistas significativas debaixo do braço, etc.).

A «esquerda» (entre aspas, claro) tornou-se um grande negócio que permitia conservar integralmente os privilégios e adoptar, simultaneamente, formas permissivas de vida. A direita, digamos, dava-se ao luxo de ser de esquerda, um luxo de que a própria esquerda não podia participar, já que tinha de viver nos apertos da sua condição social e esconder-se da repressão. Na verdade, só os ricos, a criadagem que os servia e os aldrabões podiam manter uma vida pública de «esquerda».

Os tempos mudaram e as modas também: a direita, agora, prefere a estética e a ética de direita, no que é seguida pela «esquerda democrática» que, a avaliar pelos espectáculos e restaurantes que frequenta, pelos livros e quadros que compra, pelos automóveis e casas que possui, decidiu adoptar também as modas de direita.

Tudo se simplificará: deixaremos de nos preocupar com chatices bizantinas, como essa de saber que significado tem ser português, coisa que só cobrará sentido como história ou arqueologia. Guardar-se-á, naturalmente, um pouco de folclore para consumo de europeus e norte-americanos, já que é de esperar nos visitem cada vez mais numerosa e frequentemente. Continuaremos a ser ibéricos, mas pintados para outros.

Portugal é um facto e uma ideia que para existir precisa das situações e das dimensões da vida dos agentes humanos que o habitam. Se não houver gente para habitar esse facto e essa ideia, a nossa nação, assim como se fez, desfaz-se. Digamos que as raízes deste povo não estão em transe de se perder: correm o risco de apodrecer.

O «desencanto» subsequente à ruína da esperança na «democracia», após o enterro do fascismo (tema amorosamente glosado nos **media** destes sítios), é tópico paralelo a uma das chaves essenciais do século XVII peninsular: o **desengano,** o sentimento da inutilidade da vida, vã e precária.

A literatura portuguesa actual, que no seu conjunto é bastante melhor do que a de outros países com tradições culturais muito mais fortes e que ditam as modas aqui, não podia deixar de reflectir a crise nacional. Acontece que por fatalidade histórica ou geográfica, a obra das grandes figuras da cultura portuguesa, com raras excepções, só serve de modelo ao País quando nem já os ossos se lhes aproveita, vale dizer, só é aproveitada quando já não é aproveitável.

Ao invés, em matéria de opiniões influentes e orientadoras, tem-nos calhado em sorte um tipo de intelectuais que não há em mais parte nenhum do mundo, especializados no disparate e na insensatez. Que isto não seja tomado como injúria, porquanto é bem verdade que há asneiras tão grandes, tão fora do senso comum, que só profissionais da ideação as podem ter congeminado.

Nas entrelinhas destas «opiniões» perpassa a nossa sombria realidade actual: a de uma nação indigente onde a cultura, no que à produção respeita, se circunscreve a esforços individuais ou de pequenos grupos dispersos e isolados, e no que toca o consumo engloba tão-só minorias sociais insignificantes perante a dimensão colossal da ignorância e do obscurantismo.

Quase cinquenta anos de censura e desinformação e a pavorosa crise económica que acompanhou a recuperação da democracia, já de si precária, tem muito a ver com isto. Mas não explicam tudo. O resto deve-se às vicissitudes várias que se seguiram ao corte que o 25 de Abril significou: primeiro, ano e meio de um processo político vivido na rua por todo o povo, num péssimo exemplo para a Europa e para o mundo; depois, a contra-ofensiva da reacção que, de início completamente desbaratada, conseguiu mais tarde recompor-se e passar ao ataque disfarçada de democrática, de esquerda e socialista.

Portugal normalizou-se, regressou, com novas variantes, ao sistema social e económico anteriormente em vigor, votado ao dinheiro e à procura do máximo lucro. Voltámos ao mesmo bloqueio da sociedade que conhecemos no tempo do fascismo e ao sistema que perpetua, sem a submeter definitivamente, a velha classe dos «humilhados e ofendidos».

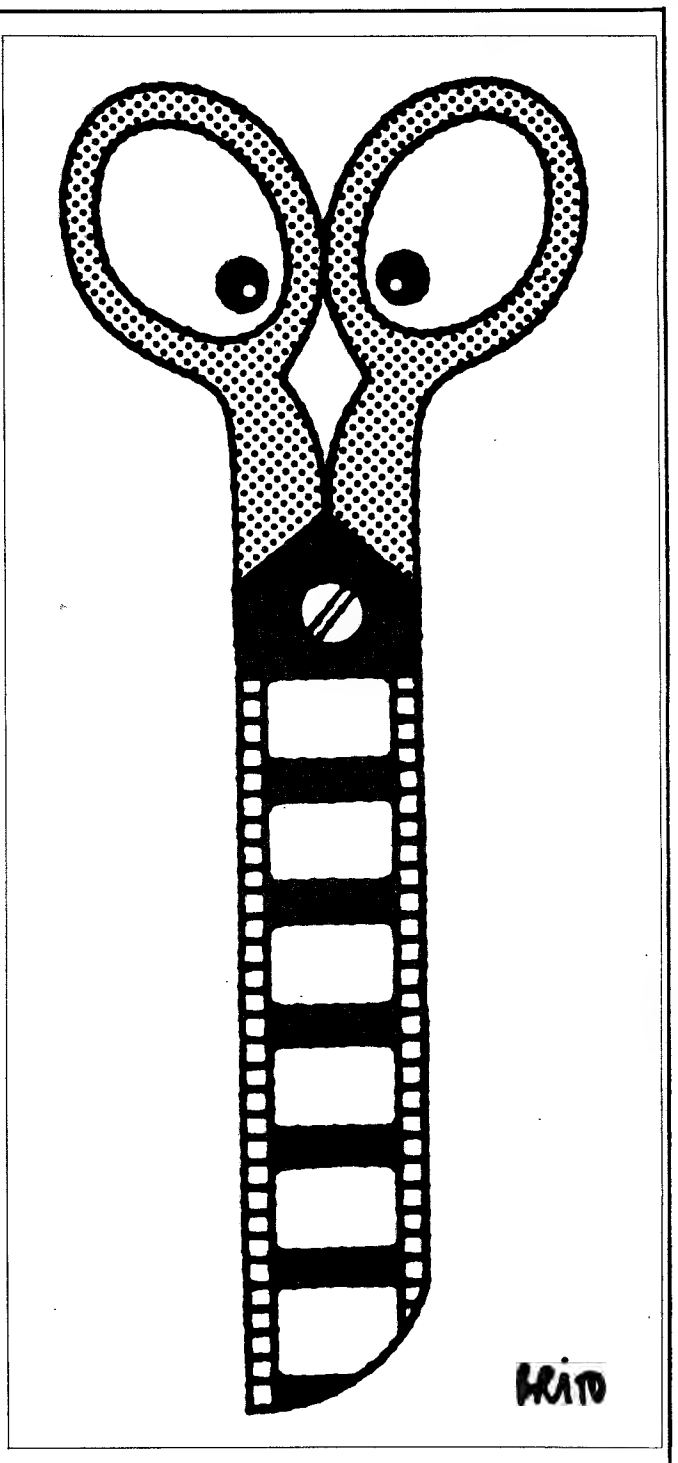
O culminar da Primeira República foi Salazar. O desfecho do 25 de Abril foi o 25 de Novembro. No plano cultural, a Regeneração oitocentista deu o regime serôdio dos Pinheiros Chagas e dos Tomaz Ribeiro, «cristão, português e bacharel formado» (Prólogo do **D. Jaime**); a Primeira República, no intervalo de encaixar insultos integralistas, assistia enlevada ao espiralar do fumo da «cigarrette» do embaixador Augusto de Castro; com o salazarismo, os modernismos de António Ferro e os cortejos históricos de Leitão de Barros embasbacaram toda a gente. Até aos dias de hoje, segue-se um longo etc.

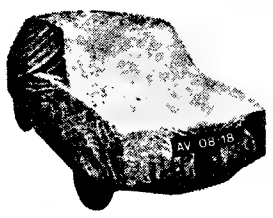
Se pensam que isto é pessimismo atrevido e ofensivo, tomem lá Oliveira Martins: «Também os médicos, por via de regra, escondem às famílias a gravidade das doenças: umas vezes não as percebem, outras convém-lhes mentir, para não assustar! Assim estão as classes que nos governam; e até hoje, força é dizer que o povo não descobriu ainda meio de se libertar delas. Nem descobriu o meio, nem demonstrou a vontade.»

Voltando à literatura, digamos que o seu material — as palavras — não tem hoje qualquer valor social: cercam-nos a rádio, a televisão, a publicidade, cantigas ineptas, ninharias, banalidades. Só a poesia guarda o segredo da verdadeira linguagem, e só essa linguagem capta o apelo de uma outra vida.

Vivemos numa civilização niilista, passiva, que se insinua e difunde por toda a parte. A única luz que ainda brilha, debilmente sobre os corpos e os espíritos oprimidos, é a da poesia. Os modelos culturais, numa época que se reclama do «individualismo» (ironia das ironias) correspondem a um esquema abstracto e anónimo, e as pessoas conformam-se, instalam-se nas suas crenças, nos seus hábitos.

Fez-se silêncio. Um silêncio rumoroso, entenda-se. Povoado de **best sellers** ilegíveis e realmente apenas lidos por quem ignora de todo a arte de ler.





SR. AUTOMOBILISTA

COLOQUE A GARAGEM NO SEU AUTOMÓVEL

Proteja-o com uma cobertura (Gónia) as únicas coberturas totalmente cozidas e vulcanizadas em todas as costuras com matrícula gravada e feita por molde certo, e temos coberturas para os bancos do seu automóvel.

DAMOS ASSISTÊNCIA ÀS COBERTURAS DO NOSSO FABRICO
Casa Fundada em 1974
PEÇA AMOSTRAS E PREÇOS • ENVIAMOS PARA TODO O PAÍS • ESCREVA HOJE PARA:

JOAQUIM EZEQUIEL LDA. – R. Filipe de Magalhães, 14-A – Bairro Novo • Tel.: 208 06 13 (Rede de Lisboa)
Vila Nogueira de Azeitão – 2925 AZEITÃO

ESTRELA MOITENSE, CRL
COOPERATIVA OPERÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

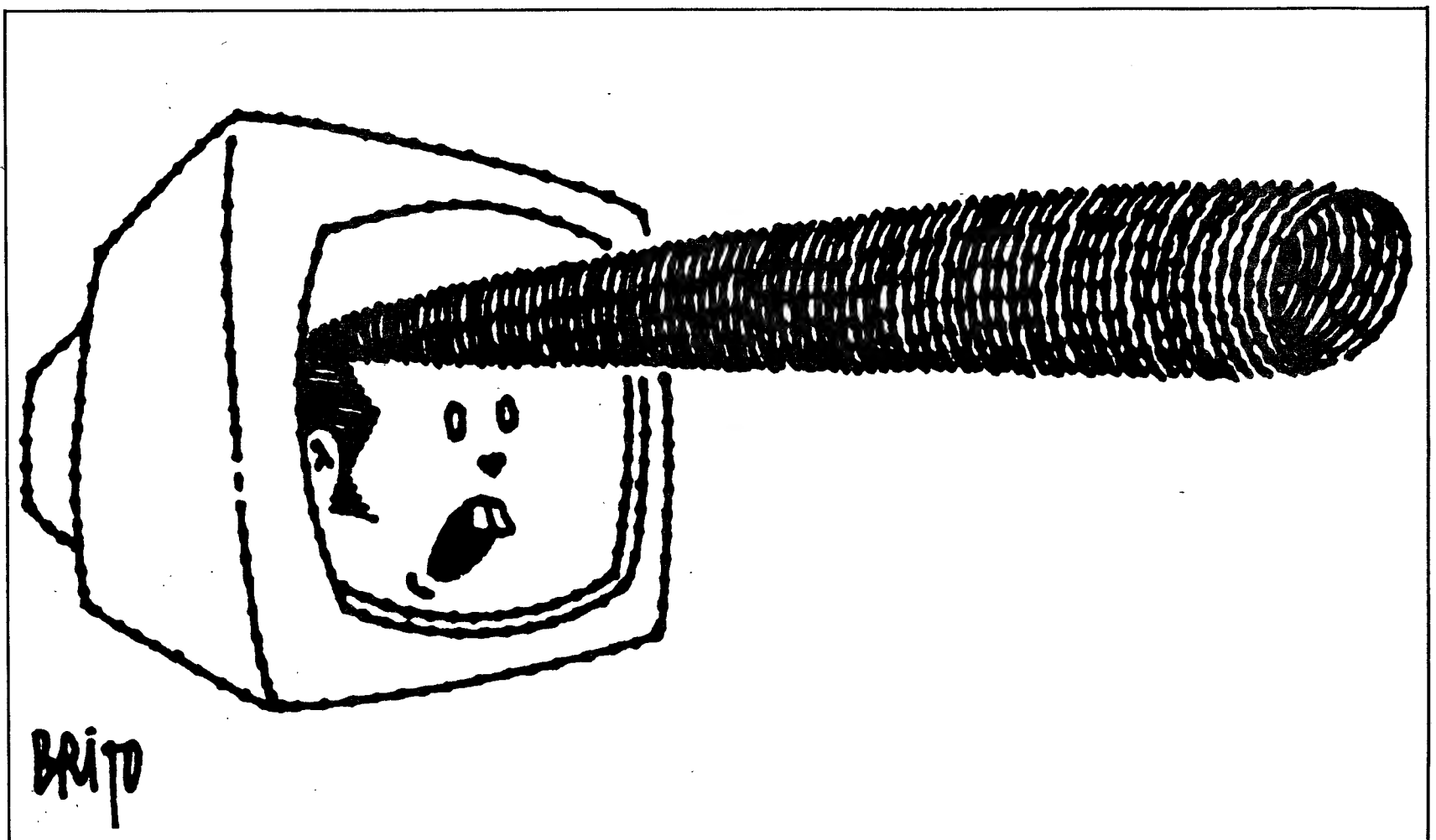
* **CONSTRUÇÃO CIVIL**

* **OBRAS PÚBLICAS**

RUA 25 DE ABRIL, 39-r/c
TEL: 204 02 47
2830 BAIXA DA BANHEIRA

TELEVISÃO-TAMPÃO

Mario Castrim



1 — A respeito da televisão há quem diga que, sem ela, nada seria o mesmo. É um truísmo. Sem o furebol nada seria o mesmo. Sem a cama, sem o garfo, sem o avião.

Mas é da televisão que se diz isso e não de mais nada. Nem do cinema. Nem do teatro. Nem da Imprensa.

Aceitemos pois o dito como simples homenagem à TV. Que diabolicamente tem Imprensa, tem teatro, tem cinema. E poupa às pessoas a incomodidade de sair de casa.

2 - Às pessoas, evidentemente, que não podem sair de casa com comodidade.

Antes de 1974 publicou-se um curioso estudo sobre a tipologia da teleaudiência. Uma das conclusões: o grosso da coluna era constituído por pessoas cujo vencimento ia até aos três mil escudos. Quem ganhasse vinte contos achava-se representado com uma percentagem irrisória.

Contando com a inflação, creio que a situação se mantém.

3 — A captação de audiência tem a ver com outros factores. A qualidade e a credibilidade da informação, por exemplo.

Repare-se no que sucedeu nos meses seguintes ao 25 de Abril. Era o encontro (o «encontrão») com a realidade, na sua expressão política. Certamente alguns televisores se fecharam, mas muitos mais se abriram. Curiosamente, muitos destes se fecharam agora, enquanto os primeiros refloriram.

Com novas cores.

4 — No plano figurado, e não só. A televisão a cores veio trazer novo e importante impacte. Ter um televisor a cores era sinal de promoção pessoal. Ia-se a casa de um amigo que tinha disso. Os ajuntamentos diante de uma montra (que se não viam já desde os anos sessenta) voltaram à rua, principalmente quando havia futebol.

A existência real de televisores a cor não acerta com a existência legal. Para o nível de vida nacional, a taxa é elevada. Muita gente continua a pagar a pretibranco e a ver a cor.

A RTP não pode desencadear processos repressivos, tremendamente impopulares. Falta-lhe, além disso, campo de manobra de fiscalização. Entrar em casa de cada um com mandato judicial, estão a ver?

Com bom-senso, a RTP resolveria tudo e com vantagem para si própria.

5 — Aproximam-se avanços técnicos que, aumentarão a capacidade espectacular da TV. É difícil saber onde é que vamos parar. Se é que vamos parar.

Em todo o caso, se a Televisão criou, com a cor, maior audiência, não criou mais amigos. Existe hoje uma desconfiança, uma agressividade em relação á informação de TV, talvez maiores do que antes de 25 de Abril. Basta ver como desceu o nível de audiência do Telejornal.

É certo que os processos de «tratamento» da notícia se aperfeiçoaram. O que antigamente vinha inquinado de ditadura, vem hoje afiançado pela «democracia». É maior a possibilidade de enganar, mas a politização de cada vez maior número de portugueses conduz a uma melhor defesa.

Que ninguém se iluda, porém: a imunidade de manipulação da Televisão é dificílima, se considerarmos o deplorável acesso à informação da maior parte da população portuguesa. Cavaco Silva é um produto da TV, como qualquer outro detergente.

6 — Antes do 25 de Abril, a RTP era uma sociedade anónima na qual o Governo, começando por estar minoritário, acabou por ficar com a maioria na sociedade mercê de sucessivas injecções de capital. Privada na ordem formal, era, na prática, estatizada.

Depois do 25 de Abril, a RTP foi estatizada mas, alguns anos volvidos, tornou-se governamentalizada — sem que o Governo injectasse qualquer sangue novo no orçamento da RTP. Ela é, hoje, mais governamentalizada do que nunca. No seu mais importante jornal de informação, chegam a aparecer cinco e seis membros do Governo! Estamos perante um caso flagrante de proxenetismo: o Governo explora, não paga e ainda recebe!

7 — Uma das tradições mais fortes que nos legou 1974, no âmbito da Televisão, foi o pluralismo, a diversidade, a discussão aberta e participada num vasto leque de opiniões e de interesses. Recordemos, como símbolo dessa realidade, o programa «a política é de todos». Mas era de todos mesmo. Mesmo dos adversários do regime. O célebre comício da Alameda e outro, em S. Pedro de Alcântara, em que se ouviram **slogans** como «o povo não está com o MFA», foram amplamente transmitidos na Televisão. No tempo do MFA...

Nos nossos dias, esse legado foi abandonado completamente. Se não fossem os **tempos de Antena** ainda em vigor (por quanto tempo?) as vozes da oposição ficariam completamente arredadas dos horários nobres.

Antes do 25 de Abril, a Televisão era o tampão do regime. Hoje, funciona como tampão do Governo.

8 — Ao nível da programação geral e em termos de qualidade, a Televisão actual oferece-nos muitos motivos de interesse, no domínio cultural. Nota-se **efectivamente** pela primeira vez a preocupação de cuidar da produção nacional.

Mas esses esforços resultarão inúteis se verbas importantes não forem devidamente canalizadas. Se não se procurar a colaboração dos mais aptos. Se não forem arredadas forças de inércia que lá se encontram fortemente instaladas.

A introdução obrigatória da dobragem tarda em demasia. Os problemas que ela coloca não são irresolúveis. A dobragem é indispensável se quisermos estancar com urgência o interesse que se volta para a Televisão espanhola.

Repito: com urgência. Cada hora de atraso é um prejuízo incalculável.

Cabouco
COOP. DE CONSTRUÇÃO CIVIL, CRL

- ANDARES PARA VENDA EM MASSAMÁ: 2, 3 E 4 ASSOALHADAS
- EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS E PARTICULARES
- CONSTRUÇÕES CIVIS E INDUSTRIAIS

FACILIDADES AOS SÓCIOS DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO

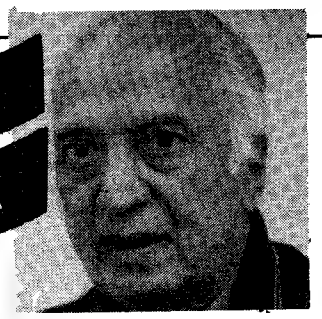
RUA NOVA DA TRINDADE, 1, 2.º-DT.º
1200 LISBOA TELEF. 36 06 10

G.C.
GESTÃO E COORDENAÇÃO, SA

- ANDARES PARA VENDA EM ALFRAGIDE COM 5 ASSOALHADAS
- OBRAS PÚBLICAS E PARTICULARES
- CONSTRUÇÕES CIVIS E INDUSTRIAIS

RUA NOVA DA TRINDADE, 1, 2.º-Drt.
TELEF. 36 06 18/9
1200 LISBOA

PORTUGUÊS, LÍNGUA VIVA



Carmo Vaz

ABRIL EM SOL

As grandes datas históricas só funcionam como sólidos marcos assinalando «viragens» históricas de profundidade e duração apreciáveis, quando um «processo histórico» atinge o seu desenlace e morte, substituído por outro novo cuja perspectiva futura mal se adivinha ao cabo de uma dúzia de anos.

Assim, catorze anos volvidos sobre o 25 de Abril dos portugueses, já é possível analisar serenamente o fim de quase meio século, 48 anos de 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974, de vida nacional, agora se dirá com amarga ironia do Minho a Timor, sem comovidos juízos de valor, sempre tão presentes como inúteis. Tanto colhe erguer ditirambos como lançar maldições sobre a Revolução Francesa. Para o ano, 1989, vai o mundo inteiro comemorar o seu 2.º centenário, porque foi este facto histórico que abriu incontestavelmente de par em par, as portas de uma melhor situação humana nas sociedades ditas civilizadas, **a igualdade perante a Lei,** a **liberdade** para todos, a **fraternidade** como ideal.

Após 48 anos de orgânica político-administrativa totalitária, centralizadora, discriminatória e cruelmente repressiva, o 25 de Abril representa historicamente para o mundo em que vivemos, antes de tudo o mais, a liberdade devolvida aos portugueses. Frise-se bem este ponto. Nenhum observador nacional ou estrangeiro teve a menor dúvida que, durante estes 48 anos, os portugueses viveram num Estado policial, em que a Lei para os chamados «crimes políticos» (acções, escritos, pensamentos, desabafos e até intenções ocultas) foi sempre o **arbítrio** dois senhores do poder político, servido por dezenas de instituições repressivas (a PVDE depois PIDE finalmente DGS, a Censura Prévia à Imprensa e ao Livro, a União Nacional, a Legião Portuguesa, a Liga 28 de Maio, a Mocidade Portuguesa, a PSP e a GNR, a PVT e GF) todas apoiadas pelo Exército, que em 1926 proclamara a ditadura nacional, em 1933 uma pseudo Constituição cujos artigos relativos aos direitos dos cidadãos foram simplesmente suspensos por um decreto do ditador, em 1961 a guerra colonial contra homens nos continentes africano e asiático, que apenas pediam a liberdade e independência das suas terras.

No mesmo ano de 1961 (18 de Dezembro), a União Indiana numa célere operação de guerra, libertou os territórios de Goa, Damão e Diu, pomposamente chamados Estado da Índia Portuguesa, hoje (1988) por ironia da história, 25.º Estado da Índia **tout court,** mas minúsculas colónias na imensidão da península indostânica, a quem o governo ditatorial português negava a liberdade e independência, aduzindo argumentos históricos e colonialistas que não convenciam ninguém e lançando o terror nos políticos goeses da oposição, prendendo-os,

arrancando-os das suas terras e lançando-os nas enxovias da fortaleza de Peniche, como fez já em 1948 ao dr. Inácio Loyola, Laxmicanta Bhembre, T. Bragança Cunha, Purhotam Kakadcar, Rama Hedge e tantos mais, que nas grades das prisões cimentaram uma amizade imorredoura com os portugueses que lá penavam o seu amor à liberdade. Ainda por ironia da história se poderá lembrar

Mário Deitado
DECORAÇÕES EM CORTIÇA

PAVIMENTOS * TECTOS * ARTESANATO
MATERIAIS DIVERSOS PARA DECORAÇÃO

—— ORÇAMENTOS GRÁTIS ——
EXPOSIÇÃO E VENDA
R. 5 de Outubro, 1 • ☎ 221 05 32 • SEIXAL

FARMÁCIA DIAS

DIRECÇÃO TÉCNICA:

Maria Lúcia de Carvalho

PERFUMARIA - ORTOPEDIA

Rua 5 de Outubro, 115-117 - Telef. 6 22 69 7600 ALJUSTREL

Supermercado NISA SOL

De MIGUEL MARIA PÓVOA E FILHOS, LDA.

14 anos ao Serviço do Concelho
COMBATENDO A INFLAÇÃO

O estabelecimento onde encontra tudo
MAIS BARATO

ESTRADA DAS AMOREIRAS - 7

Telefone: 4 23 04 6050 NISA

TÁXIS
AUTO ESTRELA ALMADENSE
Cooperativa de Táxis de Almada,C.R.L.–
– Viaturas c/ Rádio-Telefone em Serviço Permanente
– Serviço p/ todo o País e Estrangeiro
Local das Praças
Almada,Cacilhas,Lisnave,Cova da Piedade,Laranjeiro,Feijó
Vale Figueira, Sobreda, Monte Caparica

Sede: R.Adriano C Oliveira,20A - Qtª Álamos
LARANJEIRO ..... ☎ 229 6768-229 6868-229 6969

RESTAURANTE TÍPICO

MURALHA DE AVIS

PRATOS REGIONAIS
PRATOS TÍPICOS ESPANHÓIS
ESPECIALIDADE; «ZARZUELA»

(FECHADO AO SÁBADO)

"PUB D. JAIME"

Cerca do Convento 7480 AVIS
Tel. (042) 4 23 01

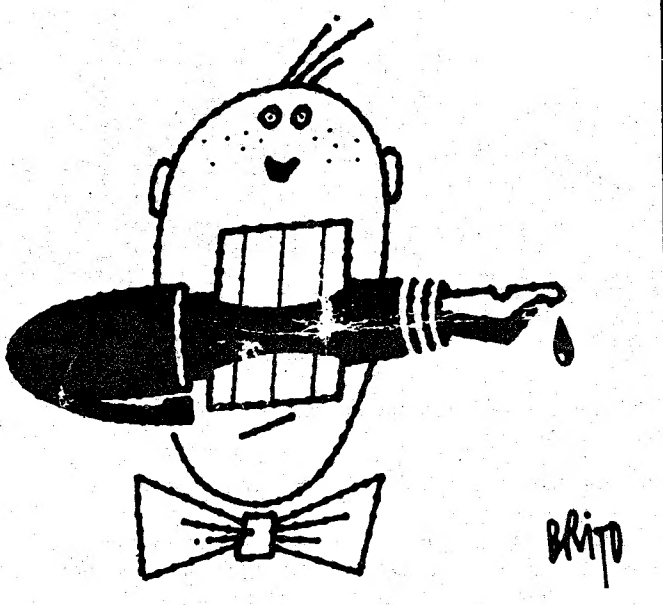
MAIOR

que hoje, na Assembleia da República, dois dos mais brilhantes deputados defensores dos direitos dos portugueses, são dois goeses, um cristão e outro hindu originalmente, os drs. Correia Afonso e Narana Coissoró.

Começara em Goa o fim do processo histórico do colonial-fascismo português, que seria mais cruelmente manchado pelos treze anos de guerra colonial até o 25 de Abril, que em velozes golpes de recuperação do tempo perdido, derrubou todas as terríveis, embora avelhentadas, instituições do chamado Estado Novo, e **rapidamente** como se exigia, — a bem dizer todo omundo exigia, — libertou as colónias, dando-lhes as independências por que tanto sangue inutilmente se derramara. Abria-se em todo o mundo o novo tempo democrático do espaço português, visto a princípio pelos olhos vesgos dos passadistas e saudosistas das tiranias como a redução ao pequeno rectângulo europeu, pobre e subdesenvolvido, mas hoje, catorze anos passados sobre o 25 de Abril, visto em todo o mundo como uma grande nação europeia, com uma dimensão demográfica, económica e sociocultural, como nunca teve em toda a sua história, integrada no maior bloco mundial democrático e evoluído, a Europa dos Doze, mantendo boas relações com todas as suas antigas colónias, terra de paz, de sol e amável acolhimento a todos os que a pisam, o Portugal de Abril que em curtos catorze anos de democracia se transformou por completo numa sociedade aberta, corajosa e dinâmica com um nível de produção cultural como nenhuma outra pátria de escassos quinze milhões dentro e fora das suas fronteiras, se pode orgulhar.

Como não podia deixar de acontecer, a língua portuguesa acompanhou todo este novo processo histórico, ilustrando-se e expandindo-se como não acontecera em muitos decénios anteriores. A oralidade portuguesa, que abriu sem temor as suas portas aos variados «acentos» portugueses em todo o mundo, do brasileiro ao açoriano, do angolano ao madeirense, do alentejano ao goês, enriqueceu-se com a emigração por todo o mundo e a veloz circulação dos lusófonos por todos os continentes. Falar português e compreender português não é hoje apenas um sinal de pertencer a uma antiga cultura latino-europeia que levou o ideal humanista de solidariedade humana a todo o mundo, mas um óptimo passaporte para quem queira circular pela Europa e África, pelas Américas e Ásia. Antes do fim do século, cerca de 400 milhões usarão a língua portuguesa como instrumento privilegiado de Comunicação Social.

Em nenhum outro tempo da sua longa história de oito séculos, se produziram **em língua portuguesa,** grandes obras de literatura e cultura, como se produziram nos últimos 14 anos em Portugal e no Brasil, em Angola e Moçambique, nos Açores e em Macau, nas ilhas de Cabo Verde e na Guiné, nos tantos mundos dos emigrantes portugueses e em S. Tomé e Príncipe. Nunca a Imprensa portuguesa alcançou o nível cultural, técnico e artístico como oferece hoje aos milhões dos seus leitores espalhados pelo mundo fora. A Linguística Portuguesa, que pouco ou nada pesava nos quadros da nossa cultura antes de Abril, é hoje um campo de actividade cada vez mais vasto e promissor. E apesar de ainda não termos uma política linguística externa, claramente definida e firmemente apoiada pelo Estado, a vitalidade e virtualidades da nossa língua vicejam nos trópicos a todos os níveis. Um simples exemplo ao nível **popular:** sendo a formação de palavras por derivação um processo rico ao alcance de todo o lusófono, um leitor angolano popular em



carta dirigida ao «Diário de Luanda» em Outubro de 1982, inventa galhardamente as seguintes novas palavras. Depois «dos camionistas, tractoristas e motoristas» alinha os «carrinhistas e autoligeiristas»; além do «embelezamento, ajardinamento e arrelvamento» acrescenta o «afloramento da cidade, ali no sítio da paragem dos ditos quadri ou plurirolantes, pois a maioria tem mais de 4 rodas». Pois se já tínhamos os arruamentos, o nosso K. Wa Zangula propõe o «avenidamento», porque as árvores são «pisoteadas pelos elefantíacos locumóveis». Também sugere «abonitar a zona» e remata pedindo ao «Camarada Director» «rogadamente» que etc. Eis como o Português continua a ser uma língua viva em permanente enriquecimento, fora e dentro do nosso país. Compete, pois, aos portugueses prestar uma atenção renovada à sua grande língua, não incorrer em desleixos tristes e erros ridículos, provar sempre na prática oral e escrita da língua que bem se ganhou a nova dimensão do Português de Abril.

AGORA TAMBÉM EM BEJA

FILIAL DA

TECLASUL

NA RUA DR. BRITO CAMACHO, 18-20
TELEFONE 2 30 98

(Junto do Jardim do Bacalhau)

- **equipamentos hoteleiros**
- **montagem de supermercados e pronto-a-vestir**
- **máquinas e móveis para escritório**
- **móveis para restaurantes, cafés, bares e similares**
- **estantarias**

SEDE EM ALJUSTREL - Telef. 6 23 20
RUA 31 DE JANEIRO, 29 7600 ALJUSTREL

GRANCOOP

CARTAS DE CONDUÇÃO

LIGEIROS, PESADOS E MOTO
AMADOR OU PROFISSIONAL

VEÍCULOS NOVOS

Consulte-nos:
Trata de toda a documentação referente a automóveis e cartas de condução.

COOPERATIVA DE ENSINO DE CONDUÇÃO AUTOMÓVEL DE LISBOA

Av. João Crisóstomo, 66, 1.º Dto. (a S. Sebastião)

Telefones 53 52 63 – 57 72 09 — 1000 LISBOA

LAVORES FEMININOS

nos mais belos momentos da vida

ENXOVAIS E ARTIGOS MANUAIS

Rua do Ouro, 175-179 • 1100 LISBOA • Telef. 322303

GelSilves

Comércio de Congelados, Lda.

ARMAZÉM
Sítio da Oliveira da Guerrilha – ☎ 42389 – SILVES

LOJA
Rua Dr. Nobre de Oliveira – SILVES

marisco em viveiros,
marisco congelado,
peixes,
carnes,
etc.

PRONTO A VESTIR *MARQUES*

- UM DOS «PRONTOS A VESTIR» MAIS MODERNOS DE LOULÉ
- AS MELHORES MARCAS NOS MELHORES ARTIGOS
- VISITE-NOS, QUE VAI GOSTAR

TELEFONE 08963254

PRAÇA DA REPÚBLICA, 12 – LOULÉ

PALESTINIANOS RECUSAM A NÃO EXISTÊNCIA

Clara Viana

Os palestinianos «não existentes» dos territórios ocupados por Israel recusam a «nacionalidade indeterminada». «Morrer não é nada, o inferno é viver sem que nos vejam», diz um dos jovens que luta, à pedrada, contra o exército mais poderoso do Médio Oriente.

Chamam-lhe a «revolta dos filhos da ocupação». Porque os seus protagonistas nasceram e cresceram em territórios militarmente ocupados. Chamam-lhe, ainda, a «revolução das pedras». Porque são pedras as armas que utilizam contra um dos exércitos mais bem armados do mundo. São designações que patenteiam o drama vivido nos territórios árabes ocupados por Israel.

Nasceram depois de 1967, o ano da «guerra dos seis dias». Têm 20 anos ou menos, e desde há quase seis meses defrontam-se, nas ruas, com o mais poderoso dos exércitos do Médio Oriente. As imagens têm corrido mundo: pedras contra balas, espancamentos, mais de cem mortos palestinianos contra dois mortos israelitas.

Os números falarão porventura por si, mas o certo é que, por vezes, também ajudam a escamotear a realidade. A realidade, na margem ocidental do Jordão e na faixa de Gaza, parece ultrapassar em muito a contabilidade das forças em presença. Mais do que nunca, o que parece estar, hoje, em jogo, é não apenas o destino de um povo--o palestiniano-- como também a própria concepção de um Estado--o de Israel--que esta semana começa a celebrar o quadragésimo aniversário da sua fundação.

Um cancro

Em 1967, os soldados israelitas conquistaram todos os territórios da Palestina Ocidental. A «guerra dos seis dias», como passou a ser conhecida, saldou-se pela maior vitória militar de sempre de Israel que, em menos de uma semana, conseguiu derrotar as forças do Egipto, da Jordânia e da Síria.

A vitória trouxe para sob o domínio de Israel os lugares sagrados do judaísmo. Mas trouxe também um milhão e meio de palestinianos que passaram a viver, desde então, sob ocupação militar.

Segundo a versão oficial, os territórios ocupados protegiam Israel dos seus inimigos--representando uma espécie de terreno «tampão»-- e constituíam uma «cintura de segurança indestrutível». É essa leitura da ocupação que, desde o dia 9 de Dezembro, tem vindo a sofrer golpes após golpes.

que, ao sétimo dia da guerra dos seis dias, proclamava: «é necessário desembaraçarmo-nos dos territórios ocupados». Uns fazem-no por uma questão ética. Outros, por medo. Para os primeiros, os protestos iniciados em Dezembro constituem a prova de que não existem «ocupações inocentes». Para os segundos, a tese oficial surge agora como contrária à realidade, com os territórios ocupados a transformarem-se de tampões de segurança, em factores de perigo para a integridade de Israel.

Uns e outros partilham, aliás, a opinião de que, seja qual fôr o desfecho do actual confronto, nada será como dantes, depois. Vai longe o tempo em que Ben Gurion proclamava, em Telavive, a independência de Israel lendo uma declaração em que se prometia igualdade para todas as raças e religiões. O Estado judeu, que nos seus primeiros anos desejara transformar-se numa democracia exemplar, entrou na quarta década da sua existência a braços com o conflito porventura mais agudo da sua história: é que os seus antagonistas já não são uma organização que classificam de «terrorista», a OLP, ou os seus poderosos vizinhos árabes, mas sim toda uma população que se cansou de uma situação a que foi remetida-- pura e simplesmente a de «não existência».

Em Jerusalém, Jeshaiu Leibowitz, filósofo judeu de 83 anos, exortou o governo a «desembaraçar Israel do cancro dos territórios ocupados». O discurso de Ben Gurion é também ressuscitado por vozes eminentes da diáspora judaica. Mas o governo israelita continua profundamente dividido. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Shimon Perez, do Partido Trabalhista, mostra-se favorável à solução defendida pelos E.U.A., que pode sintetizar-se na fórmula «ceder territórios em troca da paz».

A aceitação do plano apresentado por George Shultz equivaleria, de facto, à retirada de Israel de grande parte da margem ocidental do Jordão e talvez de toda a faixa de Gaza.

Mas o primeiro-ministro Yitzhak Shamir, do Likud, bloco de direita, tem intransigentemente recusado qualquer solução que passe pela devolução dos territórios ocupados.

Perez e Shamir são, à sua maneira, os porta-vozes de duas das três grandes concepções actuais do Estado de Israel. O primeiro está próximo dos que admitem o regresso às fronteiras anteriores à «guerra dos seis dias», com o Estado judeu responsável pela absorção de apenas 650 mil árabes; o segundo afirmando que Israel terá sempre de defender os territórios ocupados--o que, no ano 2.000, equivalerá a fazer coabitar 4,3 milhões de judeus e 3,7 milhões de árabes.

Com a vitória de 1967, renasceu e reforçou-se igualmente entre judeus a ideia de que Israel deveria ocupar toda a «terra bíblica»-- ou seja, ambas as margens do Jordão-- e esta é a terceira grande concepção de que falámos.

Para um homem como Leibowitz, porém, a margem de escolha de que Israel dispõe é bem reduzida. Em declarações à revista francesa «L'Evenement de Jeudi», ele afirmava, recentemente: «Se não nos desembaraçarmos, o mais depressa possível, dos territórios ocupados, em breve não teremos mais margem de manobra: Israel transformar-se-á, decerto, numa segunda África do Sul. Não perdermos apenas a nossa alma, falharemos também o nosso destino: o sionismo queria libertar o povo judeu das suas algemas, mas não terá conseguido senão oprimir um outro povo, transformando-nos, assim, em opressores. Eu, como sabem, nasci sionista. Por isso nunca aceitarei tal suicídio».

Nacionalidade: «indeterminada»

Na margem ocidental do Jordão são 850 mil, na faixa de Gaza 550 mil. Todos palestinianos. Vivem em aldeias, cidades e campos de refugiados.Muitos deles falarão hebreu. Todos os seus documentos são israelitas. No que respeita a nacionalidade, una única menção: indeterminada. Reivindicam em comum uma identidade nacional, um passaporte próprio, um Estado.

«Ignorados» pelos israelitas, vieram igualmente a ser condenados ao esquecimento pelos Estados árabes da região. Aquando da votação, na ONU, a favor da criação do Estado de Israel, os Estados árabes opuseram-se, simultaneamente, ao surgimento do Estado judeu e de um eventual outro, palestiniano. Isto passou-se em 1947. Um ano depois da proclamação de Israel independente, em 1949, um acordo de cessar-fogo assinado pelo Egipto, Jordânia e pelo novo Estado rede que lhe correspondiam eram divididos entre os signatários.

Mas os palestinianos são actualmente 60 por cento da população da Jordânia. Em todo o mundo árabe, estes palestinia-

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

PROGRAMA DO 25 DE ABRIL

FREGUESIA DE SANTIAGO

23 DE ABRIL

15H00 — Música no coreto com Ribasado
16H00 — Inauguração da Exposição venda de pintura no Largo da Marinha
21H30 — Música no coreto

24 DE ABRIL

9H30 — VIII Torneio Aberto Distrital de ténis de mesa na Sociedade Musical Sesimbrense
15H00 — Ginástica no Largo da Marinha
21H30 — Espectáculo com o grupo «Xutos e Pontapés» no ginásio
24H00 — Lançamento de morteiros e foguetes

25 DE ABRIL

8H00 — Alvorada com morteiros e foguetes
9H00 — Inauguração do circuito de manutenção da Quinta do Conde
9H30 — IV Torneio Aberto de ténis de mesa do Concelho de Sesimbra na Sociedade Musical Sesimbrense
10H00 — Cerimónia do hastear da Bandeira no Largo do Município
10H45 — Romagem ao cemitério
11H45 — Descerramento de placas toponímicas
11H30 — Inauguração da exposição de trabalhos de crochet dos idosos de Argeis no espaço cultural da Junta de Freguesia de Santiago
12H00 — Largada de pombos no Largo da Marinha
15H00 — Teatro Infantil «O Cavaleiro e o Dragão» na Sociedade Musical Sesimbrense pelo Grupo de Teatro de Campolide
19H30 — Jantar de democratas no salão dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra

FREGUESIA DA QUINTA DO CONDE

23 DE ABRIL

Boa Água

10H00 — Matança do porco
— Exposição de tapeçaria de Arraiolos
15H00 — Futebol (homenagem à equipa de U.D.R. da Quinta do Conde)
17H00 — Karaté (exibição do Ginásio Clube Conde)
18H00 — Teatro Infantil
22H00 — Baile «Discoteca Movel»

Casal do Sapo

15H00 — Torneio do jogo do burro
17H00 — Corridas de sacas

24 DE ABRIL

Boa Água

10H00 — Início de Torneio de ténis de mesa
15H00 — Torneio de tiro aos pratos
17H00 — Torneio de chinquilho
22H00 — Baile com Fernanda Silva

Casal do Sapo

10H00 — Corrida de arcos
11H00 — Torneio de chinquilho
12H00 — Jogo de não t'irrites
15H00 — Torneio de futebol 5
18H00 — Finais do não t'irrites
19H00 — Torneio de ténis de mesa

25 DE ABRIL

Boa Água

8H00 — Alvorada com morteiros
10H00 — Atletismo
15H00 — Futebol feminino
17H00 — Espectáculo com ranchos folclóricos
19H00 — Cerimónia de encerramento com individualidades convidadas
— Encerramento da exposição

Casal do Sapo

8H00 — Alvorada com morteiros
9H00 — Largada de pombos-correios
10H00 — Atletismo juvenil
11H00 — Final do chinquilho
15H00 — Mostra de desenho — «25 de Abril»
16H00 — Futebol de 5
17H30 — Espectáculo com ranchos folclóricos
— Entrega de prémios aos participantes
19H00 — Lanche de amizade para as crianças participantes

FREGUESIA DO CASTELO

23 DE ABRIL

Santana

7H00 — Partida para o passeio cicloturista — Sesimbra-Montechoro

Maçã

10H00 — Inauguração do circuito de manutenção da Maçã

24 DE ABRIL

Azoia

— Torneio de xadrez

Castelo

10H00 — Partida para o acampamento
11H15 — Hastear da bandeira do grupo
11H30 — Montagem do campo
15H00 — Jogo escutista «Espiões entre nós»
21H00 — Jogo nocturno

Zambujal

21H30 — Revista popular — «Aqui Há Festa» pelo Grupo Cénico da Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense

25 DE ABRIL

Azoia

8H00 — Alvorada com morteiros
10H00 — Atletismo juvenil
11H00 — Corrida de sacas
15H00 — Futebol
17H00 — Torneio do jogo do burro
18H00 — Piquenique

Castelo

00H00 — Hastear das bandeiras e fogo de concelho
7H00 — Alvorada com morteiros
7H30 — Prática escutista «educação física»
9H30 — Inspecção ao acampamento
10H00 — Jogo escutista
16H00 — Desmontagem do acampamento
17H00 — Canção do adeus
18H00 — Arrear das bandeiras e regresso

Toda a Freguesia

9H00 — Estafeta da Liberdade
15H00 — Torneio de xadrez

Zambujal

8H00 — Alvorada com foguetes e morteiros
9H00 — Atletismo com lanche para todas as crianças participantes
10H00 — Cinema para crianças com sessões contínuas
DAS 10H00 ÀS 17H00 — Exposição de trabalhos de utentes do Infantário no Jardim Infantil no Centro de Actividades de Tempos Livres (ATL) Centro de Formação de Jovens (cerâmica, tapeçaria de Arraiolos, costura e artesanato local)
Trabalhos de utentes do Centro de Dia da 3.ª Idade
12H30 — Almoço de confraternização de idosos do Centro de 3.ª Idade do Centro Zambujalense
— Passagem de vídeo dos acontecimentos do dia 25 de Abril de 1974
14H00 — Final do torneio do cavalo (cartas) para jovens com mais de 60 anos no Centro de Dia, 3.ª Idade
14H30 — Conjunto Típico de Alfarim
17H00 — Actuação da Banda da Associação Zambujalense
18H00 — Rancho Folclórico Infantil do Pinhal dos Frades
18H30 — Rancho Folclórico de Adultos do C.S. Social de Pinhal dos Frades
21H00 — Grande noite do fado com:
— Ana Pinto
— César Pinto
— Jaime Coelho
— José Castanheira
e outros amadores
Acompanhados à guitarra por Paulo Luís e à viola por Fernando Rodrigues

HAVERÁ BONS PETISCOS E BOA PINGA PARA TODA A GENTE

SEMENTES DO FUTURO

Jorge Ferreira

nos jordanos são, hoje, os únicos a disporem de um verdadeiro estatuto de cidadania e de passaporte. Talvez seja essa uma das razões que levam sectores da OLP a defender que um futuro Estado palestiniano só poderia agora definir-se no contexto de uma confederação com a Jordânia.

Mas, à semelhança do que se passa no seio do governo israelita, também na complexa liderança palestiniana existem profundas divergências sobre o futuro: subsistem os palestinianos que recusam o reconhecimento da existência de Israel--cuja «destruição» a OLP continua, presentemente, a defender-- e alguns dos jovens que hoje lutam, com pedras, contra o exército de Israel, afirmam não existir lugar para dois povos naquela «terra ingrata». Mas existe também uma corrente moderada que deseja a coexistência de um Estado palestiniano democrático com o Estado judeu.

Seja qual fôr o perfil da questão palestiniana, os seus «novos protagonistas» de hoje deixaram de tolerar a ocupação: como afirmava um jovem palestiniano de 17 anos dos que resolveram passar a atacar, à pedrada, o exército ocupante, «morrer não é nada. O verdadeiro inferno é viver sem que nos vejam».

O crescente reforço dos entendimentos Leste-Oeste, a par de um aligeiramento de posições, surge neste quase fim de século como um bálsamo para o mundo, atormentado pelo fantasma de uma nova guerra, que, a ser desencadeada, conduziria rapidamente a uma hecatombe, sem remissão. Com efeito, o futuro, não obstante as vozes dos arautos da desgraça e da tomada de consciência relativamente aos inúmeros problemas que dentro de algumas décadas se colocarão à humanidade, já não se nos afigura tão sombrio como em épocas anteriores. É que, talvez sem que disso nos apercebamos cabalmente, marxistas e liberais do Ocidente actualmente já não se encontram tão afastados, como seria de supor, na sua concepção da política. Mas mais do que isso, o encarar cada vez com mais realismo as situações conduzirá provavelmente a um esbatimento dos antagonismos.

Não acreditamos que a URSS e as democracias populares europeias venham algum dia a ser capitalistas ou que a Europa ocidental se torne comunista. Mas uma coisa parece certa: os ventos liberalização que, com Gorbachev, conduziram à implementação da "perestroika" e da "glasnost" são irreversíveis, porque a lição do passado tem o seu peso. No que toca ao Ocidente, onde já se tem consciência do processo liberalizador do bloco Leste, a socialização, embora a passos muito lentos, é uma realidade incipiente, mas realidade.

Hoje, nenhum tipo de ditadura é defensável à luz dos princípios que regem os direitos humanos. Tanto no Leste como no Ocidente, os cidadãos têm vontade de gozar a vida, de viajar, de saborear os frutos do desenvolvimento tecnológico. A par disto, a multiplicação dos "mass media" nutre o espírito comparativo, o espírito crítico, o espírito da liberdade, o que torna insustentável o isolamento dos mundos.

Esta realidade em marcha poderá no entanto ser acelerada ou refreada pelos países do Terceiro Mundo. O caminho que esses países doravante tomarem será decisivo. Todavia, não é nossa convicção que esses países consigam superar as suas enormes dificuldades e ascender à categoria de países industrializados pela via capitalista. Pela simples razão de que não dispõem de capitais internos suficientes e os capitais estrangeiros nunca são investidos nessas nações sem que disso advenham vantagens. Temos disso provas cabais tanto em África, como na Ásia e nas Américas.

O socialismo do Terceiro Mundo, atendendo às lições da experiência, tenderá a ser autoritário, mas isso não será mais do que uma primeira etapa para uma forma de socialismo com rosto mais humano.

Todo este arrazoado conduz-nos à conclusão de que o futuro da humanidade será o de um socialismo democrático, com cambiantes, ditadas pelas culturais e pelas características regionais. Liberalização a Leste e socialização a Oeste a isso conduzirão, não obstante os recuos que nesse caminho temporariamente se venham a verificar.

As superpotências já não aspiram à conversão uma da outra, confinando-se a preservar o rosto que as caracteriza. Valores ocidentais e marxistas já hoje se confundem e encontram expressão em ambos os lados.

O futuro tende, pois, para o socialismo, através de um processo que poderá ainda levar muitos decénios até à sua maturação. Mas é evidente que o desenvolvimento técnico permitirá a organização global da economia, porque mais eficaz que os ajustamentos aproximativos resultantes da concorrência. É sabido que este desiderato não pode ser realizado num sistema capitalista, que não consegue, pelas suas características individualistas, satisfazer o conjunto das necessidades colectivas. Sendo assim, um sistema destes implicará necessariamente o desaparecimento do poder dos proprietários de firmas, quanto às decisões fundamentais.

Concluindo, diremos que a superioridade da planificação sobre a anarquia, a impossibilidade de edificar uma verdadeira comunidade na base dos princípios capitalistas conduzirá os dirigentes das gerações vindouras a optar pelo caminho mais racional, em prol do bem comum.

E quando issto acontecer, a liberalização nos países de Leste não ficará provavelmente a dever nada aos de Oeste. E as pessoas compreenderão então que o grande "medo" do comunismo totalitário era afinal o fundamento do capitalismo.

Junta da Freguesia da Cova da Piedade

XIV Aniversário do 25 de ABRIL

Programa

A Junta de Freguesia em colaboração com o Movimento Associativo, Comissões de Trabalhadores e de Moradores, Sindicatos e restantes Autarquias do Conselho de Almada, convidam a população da área da Cova da Piedade a participar nas manifestações evocativas do 25 de Abril de 1974, cujo programa é o seguinte:

25-4-88 - Às 9 Horas
Concentração da população das áreas da Cova da Piedade e Laranjeiro no Largo 5 de Outubro, junto à S.F.U.A.P.

Às 9,30 Horas
Inícioido desfile com o seguinte itinerário: Largo 5 de Outubro, Rua da Liberdade, Praça Com. José Braz, Av. Rainha D. Leonor, Rua Luís de Queirós e Largo M.F.A., onde se procederá à cerimónia de deposição de flores no monumento aos perseguidos.

Às 11 Horas
Exibição de classes de ginástica na Praça S. João Baptista.

Às 15 Horas
Desfile evocativo do 25 de Abril, em Lisboa, com concentração na Praça Marques de Pombal.

cccpinhal
cooperativa de consumo popular pinhalnovense, c.r.l.

UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO AO SERVIÇO DOS CONSUMIDORES

- CONTRA A ESPECULAÇÃO.
- CONTROLO DEMOCRÁTICO DOS PREÇOS

UMA GRANDE COOPERATIVA DE CONSUMO EM PERMANENTE DESENVOLVIMENTO

- 800 m2 DE ÁREA COBERTA (ADMINISTRATIVA E SÓCIO-CULTURAL).
- 1450m2 DE ÁREA COBERTA (LOJA E ARMAZÉNS).
- 4400 FAMÍLIAS ASSOCIADAS (MAIS DE 15 000 CONSUMIDORES).
- 520 MIL CONTOS DE VENDAS EM 1987.
- 606 MIL CONTOS DE VENDAS PREVISTAS PARA 1988.
- 51 POSTOS DE TRABALHO.

EM PROJECTO:

- CONSTRUÇÃO DE NOVA LOJA NA ZONA NORTE DE PINHAL NOVO COM 1500m2 DE ÁREA COBERTA.

INTENSA ACTIVIDADE SÓCIO-CULTURAL

- GRUPO CORAL (30 ELEMENTOS DE AMBOS OS SEXOS).
- GRUPO TEATRO INDEPENDENTE (ATA).
- JORNALISMO (BOLETIM MENSAL "LINHA DO SUL".
- INSTALAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS COM AUDITÓRIO PARA 200 LUGARES.

PARTICIPAÇÃO ACTIVA NO MOVIMENTO COOPERATIVO

- MEMBRO DA DIRECÇÃO DA FENACOOP (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMO).
- MEMBRO DA DIRECÇÃO DA COOPLISBOA (UNIÃO REGIONAL DE COOPERATIVAS DE CONSUMO, UCRL).

O MAIOR EMPREENDIMENTO ECONÓMICO-SOCIAL PÓS 25 ABRIL NO CONCELHO DE PALMELA

O 25 DE ABRIL DEU UM GRANDE PASSO MAS A JUVENTUDE VAI TER QUE DAR O OUTRO...

(Paulo Tiago da Conceição, 18 anos)

Augusto Vilela

Os que na altura tinham apenas quatro anos têm agora dezoito. São cidadãos maiores, eleitores, politicamente responsáveis pelo futuro da sociedade portuguesa. Para muitos deles o 25 de Abril é apenas uma pequena luz na memória de um tempo infantil que não dava para entender o dramático bloqueamento da sociedade sem futuro em que nasceram. Os mais novos viram o 25 de Abril do berço.

A escola, na maioria dos casos, nada lhes ensinou sobre isso. Nos compêndios escolares o 25 de Abril não existe. Ou, quando existe, levou um tratamento asséptico. Não passa do «golpe de Estado» que derrubou o «regime anterior». E o «regime anterior» não era a ditadura. Era simplesmente «o regime anterior». Da transição da ditadura para a democracia não se oferece ao conhecimento dos jovens mais que uma simples datação histórica.

Não admira, pois, o alheamento da maior parte dos jovens de hoje em relação às questões políticas e sociais. Encarcerados pelo consumismo que a sociedade lhes impõe deixam a ordem estabelecida em paz. Não questionam nem ameaçam o sistema. Das escolas, a sociedade tecnocrática não deseja mais que a saída de legiões de jovens dispostos a entrar no mundo do trabalho de gravata às riscas, e meninas precocemente candidatas ao «vison» que assinala o estatuto do sucesso individual.

Mas, como dizia Brecht, a propósito de canhões e máquinas de guerra, o homem tem um grande defeito: é capaz de pensar. Nos jovens, a esse defeito, juntam–se dois outros não menos ameaçadores: eles não só são capazes de pensar como são capazes de imaginar e criar outros conceitos de vida. Daí que não valha a pena tentar enganar o futuro ocultando–lhes a história.

Os depoimentos que apresentamos, da autoria de jóvens daquela que podemos definir como a geração que herdou o 25 de Abril, demonstram que eles não são tão indiferentes como se possa pensar. Que são capazes, por eles próprios, de encontrar as respostas para as interrogações que não viram satisfeitas de construir o seu próprio 25 de Abril, numa sociedade em que cada um o reclama à sua maneira.

Falam do 25 de Abril tal como o sentem no seu subconsciente na mensagem difusa que lhes chegou. Mostram que afinal não estão narcotizados para os problemas sociais ainda sem resposta. Para além dos comportamentos por vezes marginais, esconde–se a inquietação, germina alguma coisa de positivo.

Maria do Carmo, 15 anos, 10º ano

«Bem, eu não sei quase nada sobre o 25 de Abril e o que sei é tudo influência dos meus pais e de alguns livros de escola.

Sei, por exemplo, que anteriormente ao 25 de Abril existia um tipo de ditadura comandada por Marcelo Caetano. Sei também que este regime estava a chegar a um ponto em que não se conseguia atingir uma estabilidade social. Portugal tinha colónias que queriam a independência e acho que este foi o maior factor que fez desencadear o 25 de Abril. É claro que, com 15 anos agora, não me lembro do que aconteceu. Por isso não sei dizer se foi bom ou mau o 25 de Abril. Para mim, que nunca senti falta de nada, só teve boas consequências, embora repita que não posso dizer se melhorou ou não a situação dos portugueses. Pelo que me dizem, penso que foi bom, mas não posso fundamentar–me no que vozes alheias me dizem.

Existem tantas versões, consoante o partido político a que se pertence, que não dá para ter uma ideia bem clara do que foi e do que fez o 25 de Abril. Portanto, posso concluir que talvez uma informação mais pormeorizada sobre o assunto seria mais esclarecedora para mim e para todos os que partilham a mesma sabedoria sobre este assunto - o 25 de Abril».

Rui Ribeiro, 19 anos, 11º ano

«Eu pouco sei sobre o 25 de Abril, mas sei que o que sucedeu foi uma mutação na sociedade portuguesa.

A partir desse dia a sociedade mudou para melhor, penso eu, apesar de nem tudo estar bem. As escolas estão um caos, porque os alunos estão sobrecarregados de disciplinas. Não se admite que nós alunos no 10º ou 11º ano de escolaridade tenhamos 9 disciplinas. Para nós é uma sobrecarga porque não podemos aprofundar os nossos conhecimentos em cada uma delas e torna–se difícil estudar para se ter boas notas.

Mas nem tudo está mal. Eu apercebo–me que a sociedade de hoje é bem mais liberal do que antes do 25 de Abril. Apesar disso continuam a fechar–se–nos todos ou quase todos os caminhos para o nosso futuro, o que por vezes leva a um desprezo tal que tentamos encontrar outros caminhos, perdemo–nos na selva da cidade.

Bem, mas acerca do 25 de Abril gostava saber quais foram os motivos que levou a essa tal revolução e em que sentido foi bom para nós jovens dos anos 80».

Paulo Tiago da Conceição (18 anos, 12ºano)

O 25 de Abril foi uma mudança em todos os aspectos, desde o nível político até ao social. No meu ponto de vista o 25 de Abril deu ao «Futuro» boas perspectivas para que Portugal se desenvolvesse em todos os aspectos.

Em contrapartida penso que foi um pouco mal aproveitado. A ideia foi excepcional, mas na realidade «ficaram muitos buracos por tapar»

É lógico que o 25 de Abril não poderia tornar Portugal um «super–país» mas a meu ver tenho muita esperança e enquanto houver esperança há vida.

O 25 de Abril, para nós jóvens, não passa de uma data. Nas escolas nada se aprende cerca do 25 de Abril. A História que me lembro de ter sido dada nas aulas relatava acontecimentos de há 200 ou 400 anos atrás.Talvez daqui a 200 anos o 25 de Abril seja falado nas aulas e toda a juventude fique a saber O QUE FOI O 25 DE ABRIL...

Os conhecimentos que tenho acerca deste assunto foram–me transmitidos pelos meus pais. Mesmo assim levantam–se–me muitas questões para as quais eu não sei a resposta.

Penso que terá que haver «outro 25 de Abril» para resolver assuntos como o desemprego, a falta de habitação, em resumo melhores condições de vida para podermos sobreviver, e é «nesse 25 de Abril» que eu tenho esperança.

Mas temos que ter em conta que o primeiro 25 de Abril foi um grande passo para o nosso desenvolvimento, pois o anterior regime tinha poucas perspectivas mundiais. Desde a Pide à pouca liberdade.

O 25 de Abril deu um grande passo mas a juventude vai ter que dar o outro...»

João Barbosa, 18 anos, 10º ano

«A idade que tinha na altura não me permite lembrar–me do que então se passou. Todo o conhecimento sobre a Revolução e os tempos anteriores e posteriores, foram adquiridos através de jornais da época e de reportagens transmitidas pela televisão, ou de informações tiradas com pessoas que viveram a Revolução.

Tenho assistido nos últimos tempos ao ressuscitar lentamente da «velha». Não só por atitudes tomadas pela televisão que omite e altera factos, ou por calúnias escritas em jornais que se queriam isentos.

Falar–se do que a Revolução trouxe a um País ressequido pela ditadura deveria orgulhar–nos de facto. Penso que foi um sonho lindo ou tudo se passou rapidamente com o regresso dos «velhos senhores» de antigamente que de novo ocupam ministérios e lugares públicos. Todos os «pides» estão á solta e em lugares chave.

Há algo que está errado nisto tudo.

Se em tempos houve homens capazes de lutar contra uma ditadura, de momento não se atingiu uma consciência popular de que a ditadura está lentamente a regressar. Note–se as atitudes de Cavaco Silva.

O 25 de Abril é utópico. Foi tudo bonito, libertaram–se as correntes mas o povo português foi traído, manipulado mais uma vez pelos interesses de meia dúzia de senhores. Uns entretêm–se a denegrir o 25 de Abril, conferindo–lhe pouca importância, sujando e prendendo homens que libertaram Portugal. Outros vivem saudosos não reparando no que se passa á sua volta.

Se houve de facto Revolução onde estão os resultados?

A Reforma Agrária desmantelada; a entrega das empresas públicas lucrativas à iniciativa privada, pagas pelos portugueses e oferecidas aos tubarões, o regresso dos reitores às escolas parece que está para breve, a falta de isenção da TV e da Rádio.

Será que existe democracia nas novas leis laborais?

O que posso sentir eu senão raiva da estupidez do povo português, enganado e revoltado contra os que o libertaram. Portugal precisa de uma nova Primavera. Viva Portugal livre. Não existe liberdade condicional».

Arnaldo José Nisa da Silva, 17 anos, 12º ano

O 25 de Abril! O que foi?

Talvez um reflexo oportunista por parte dos «capitães de Abril» condicionados pela falta de condições que os militares da época, os que passavam dias no mato e meses sem verem a dita «civilização» combatendo contra um inimigo desconhecido, passavam. Talvez tenha sucedido não pelo que o povo passava, pelas privações de liberdade e de um ideal próprio, mas pelo descontentamento dos «capitães», pelo facto de serem mandados para a selva enquanto os coronéis e demais ficavam no «bom e no melhor».

O facto é que a ideia foi apadrinhado pelo tal povo, que viu no evento a solução para todos os seus males, a cura milagrosa, a dádiva da liberdade suprema.

Mas como sempre, o que a princípio agrada a alguns (a maioria) irá certamente desagradar a quem se tenha acomodado á custa da anterior situação.

Enquanto todo esse ideal persistiu foi bom, mas foi então que se começou a pensar que as mudanças estavam a ser radicais. E o que é radical é mau!?

Conclusão: veio o 25 de Novembro e as coisas levaram uma reviravolta e adoptou–se então regime chamado «democrático».

Agora, 14 anos passados sobre a data, convém interrogar–mo–nos se o espírito de então continua vivo no povo português.

Pela falta de informações dadas á juventude sobre tal duvido seriamente.

Quanto aos benefícios trazidos será que continuam invictos ou terão sido destronados por preciosismos «democráticos» de governos estropiados? Terão sido substituídos pelas constantes manipulações oportunistas dos ditos governos?

Uma coisa é certa: será á juventude de agora, ás crianças de quatro anos na época, a quem cabe a tarefa de manter a chama acesa, de não deixar por mãos alheias os ideais de então, não deixar perder o que muito custou a conquistar.

E vale a pena tentar? Acho que sim, pois o que seria de Portugal com uma juventude sem ideais?»

Graça Maria, 19 anos, 12º ano

«Concretamente pouco sei sobre o 25 de Abril. O que seu são coisas que ouvi na Televisão, livros, rádio e conversas entre parentes.

.Lembro–me vagamente, recordo–me de o meu pai dizer que não saíssemos para a rua nem abríssemos as janelas. Naquela altura não percebi porquê. Mas hoje, se existisse outro 25 de Abril, eu penso que participava nele porque, pelo que sei, penso que foi uma luta dos portugueses por melhores condições. E se foi isso que se pretendia eu acho que para alguns isso se realizou, mas o 25 de Abril pretendia uma democracia para toda a sociedade. Isso é que não se conseguiu totalmente e ainda existem pessoas que necessitam de um novo 25 de Abril.

A nossa sociedade está hoje menos hierarquizada, mas continuam ainda a existir os grandes «patrões» e os «escravos». Para a minha família o 25 de Abril veio trazer melhores condições de vida.

Os portugueses têm mais direito de dizerem o que pensam e o que querem, mas o maior problema é que ainda não são ouvidos. Antes do 25 de Abril estávamos num tipo de ditadura «quero, posso e mando».

João Pedro Cavaleiro, 18 anos, 12º ano

«Como em todas as mudanças de regime há opiniões favoráveis e desfavoráveis, e isso aconteceu também com o 25 de Abril. A minha opinião sobre o 25 de Abril é praticamente nula. E é nula porque nunca fui devidamente informado, quer pela escola, quer por qualquer outro meio. E quando informados por outros meios temos que nos sujeitar ás ideologias de quem nos informa.

Do pouco que sei do 25 de Abril, foi a liberdade de expressão, que antes não havia, só que nos dias de hoje vêm–se constantemente coisas escritas por tudo quanto é sítio, inclusivé nos monumentos. Só se foi a «sede de liberdade», mas devia ter sido controlada.

Se eu for pela opinião de quem me informa, nomeadamente os meus pais, era contra o 25 de Abril, porque, segundo eles, se não fosse o 25 de Abril «nós» agora vivíamos melhor. Mas isto é a opinião deles, porque eu não posso ter uma opinião própria baseando–me naquilo que me contam. Mas por outro lado não tenho hipótese de ter outra opinião porque na escola, quando se começa a estudar História, começa–se pela pré–História e quando se acaba a disciplina de História (no meu caso no 9º ano) fica–se pela segunda guerra mundial. E quem segue História (nos anos seguintes), apenas aprofunda os conhecimentos adquiridos. Portanto não se pode ficar admirado quando se diz que a juventude nada sabe do 25 de Abril. Mas sempre que há eleições, todos sem excepção, falam no 25 de Abril e nos seus benefícios. Que benefícios, se NÓS não sabemos os ideais pelos quais se regeu o 25 de Abril? Mais que uma opinião, isto é um modo como a juventude vê o 25 de Abril».